



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

PRÁTICAS E APROPRIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO URBANO NA CIDADE
DE ARACAJU/SE

Autor: Waldefrankly Rolim de Almeida Santos

Orientador: Prof^ª. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas

Março de 2007
São Cristóvão – Sergipe
Brasil



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

EM

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**PRÁTICAS E APROPRIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO URBANO NA CIDADE
DE ARACAJU/SE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

MARÇO - 2007

São Cristóvão – Sergipe

Brasil

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Waldefrankly Rolim de Almeida
S237p Práticas e Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de
Aracaju/SE / Waldefrankly Rolim de Almeida Santos. -- São Cristóvão,
2007.
144 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo
de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa
Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-
Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2007.

Orientador: Prof. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas.

1. Desenvolvimento Urbano. 2. História Ambiental. 3. Legislação
Urbana. 4. Aracaju/Sergipe. I. Título.

CDU 930:711.4:504 (813.7)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

EM

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**PRÁTICAS E APROPRIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO URBANO NA CIDADE
DE ARACAJU/SE**

Dissertação de Mestrado defendida por Waldefrankly Rolim de Almeida Santos e aprovada em 26 de março de 2007 pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Dra. Maria Augusta Mundim Vargas –
PRODEMA/UFS (Orientadora)

Dra. Eliane Oliveira de Lima Freire
PRODEMA/UFS

Dr. Antônio Lindvaldo Sousa
DHI/UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Dra. Maria Augusta Mundim Vargas –(Orientadora)

PRODEMA/UFS

É concedida ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Waldefrankly Rolim de Almeida Santos - autor
PRODEMA/UFS

Maria Augusta Mundim Vargas– Orientador(a)
PRODEMA/UFS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste estudo. Mas, não poderia deixar de abrir alguns parágrafos para agradecer a importância da presença feminina sobre ele.

Nesse aspecto, agradeço a minha mãe Rita de Cássia Rolim, a minha esposa Edna Nascimento e a minha irmã Waldete Rolim, pelo amor e paciência que me dedicaram mesmo nos momentos de ansiedade e estresse.

Dedico um agradecimento especial à minha orientadora, Maria Augusta Mundim Vargas (Guta), pelos momentos agradáveis que tive durante os encontros de orientação, bem como pela simpatia e paciência dedicada aos meus momentos de dúvidas.

Às professoras Adriana Dantas Nogueira e Eliane Lima Freire pelas valiosas contribuições durante a qualificação, muitas delas deram a forma final deste trabalho. Meu muito obrigado!

À professora Verônica Nunes, pelo apoio constante nesses anos desde a orientação monográfica durante a graduação.

Ao professor Luiz Eduardo de Andrade Lima pela revisão gramatical do texto final desta dissertação

Tenho a satisfação de possuir amigos bem presentes em minha vida acadêmica, capazes de oferecer preciosas contribuições no debate de questões importantes. Companhias sempre agradáveis. Em particular, quero agradecer a Vanessa Oliveira, J. Mário Rezende, Sheyla Farias, Isabela Neves, Luciana e Arley Leão, Jenilton Ferreira, Márcio e Murilo Giovanni, Marcos Santana amigos de todas as horas. Muito obrigado a todos!

RESUMO

Esse estudo pretende inserir a história da cidade de Aracaju no âmbito de uma história ambiental, na qual as inquietudes residam em encontrar os momentos em que algumas premissas e práticas mal reinteiradas do seu processo de fundação foram reforçadas permanecendo nas práticas contemporâneas sobre seu ambiente urbano. Tais preocupações se enquadram, na atualidade, dentro das preocupações decorrentes da crise ambiental contemporânea e da participação das cidades nesse contexto. Desse modo, este trabalho pretende contribuir para o entendimento da natureza da relação homem-meio ambiente em seus mecanismos de práticas e apropriações. Dentro de uma perspectiva ambiental, nosso objetivo é descrever e analisar como evoluiu a legislação urbana de Aracaju na perspectiva do seu meio ambiente, entre as décadas de 1855 e 1920. Da mesma maneira, entender como se processou o gerenciamento da cidade de Aracaju em seus anos iniciais na articulação da questão urbana com o seu desenvolvimento. Nesse sentido, buscamos compreender as diversas apropriações realizadas pelo discurso competente produzido pelos intelectuais que se dedicaram à cidade e o cruzamos com a legislação traçada para normatização e regulamentação do uso do espaço aracajuano em seus anos iniciais. Ao final, identificamos que as práticas esboçadas sobre a cidade que se afirmaram na evolução de sua legislação urbana concorreram para as permanências no trato da integração da questão urbana com seu desenvolvimento. Neste caso, entendemos que as ações do Estado estiveram diretamente ligadas à execução e elaboração do aparato legal que permitiu, desde a origem da cidade, o surgimento de uma tradição que tem se prolongado em sua história: a tradição de aterramentos e arrasamentos de dunas para a promoção, estruturação e valorização, direta ou indireta, de algumas áreas específicas da cidade e a formação de uma periferia desestruturada com alta densidade de ocupação. Para melhor operacionalização da pesquisa aplicamos à legislação urbana aracajuana a técnica da Análise de Conteúdo e empregamos como aporte teórico os conceitos de uso definidos por Michel de Certeau (1994) e aplicados aos praticantes da cidade.

Palavras chaves: Desenvolvimento Urbano, História Ambiental, Legislação urbana, Aracaju/Sergipe.

ABSTRACT

This study aims to insert the history of Aracaju city into an environmental history, whose questions reside to find the moments in which some premises and practices had reintegrated were reforced in their foundation process, they have been remaining in the contemporary practices about their urban environment. Such worries at the present time join themselves, into the worries during the environmental crisis contemporary and the cities participation in this context. Like this, this work intends to contribute to the nature understanding of the relation man – environment in their mechanisms of practices and appropriations into an environmental perspective, our objective is to describe and to analyze how evolved the urban legislation of Aracaju city in its environment perspective, among the decades from 1855 to 1920. In the same way, to understand how processed the management of Aracaju city in its initial years in the articulation of urban question with its development. Thereby, we search to understand several appropriations realized by competent discourse produced by intellectuals who themselves dedicated to the city and we crossed it into the legislation made to normalization and regulation of the urban legislation concurred to permanencies in the integration of urban question with its development. In this case, we understood that state actions were straight connected with the executing and elaborating of legal particularities that has permitted since the city origin, the rising of a tradition that has been prolonging itself in its history: The tradition of put land and destroy dunes to the promotion, struturation and direct and indirect valorization of some specific areas of the city and the formation of an unstructured periphery with high occupation density. For better research operacionalization we applied to the urban legislation aracajuana the technique of the content analyze the urban Aracaju legislation and the usage concept definite by Michel de Certeau (1994) and applied to the city's users.

Key words: Urban development, Environmental History, Urban Legislation, Aracaju/Sergipe.

SUMÁRIO

	Página
ABREVIATURA	xii
LISTA DE FIGURAS	xiii
LISTA DE TABELAS	xiv
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 2 – SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO: FUNDAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA CIDADE.	23
2.1 - SOCIEDADE	27
2.2 - NATUREZA	35
2.2.1 Sociedade e Natureza	41
2.2.2 - Novos Paradigmas	44
2.3 - DESENVOLVIMENTO	48
2.3.1 - Desenvolvimento Urbano	50
CAPÍTULO 3 – APROPRIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO URBANO E A PROBLEMÁTICA DA NATUREZA: O CASO DE ARACAJU	53
3.1 - A CIDADE	60
3.2. A CIDADE CONTRA A HISTÓRIA E A NATUREZA	76
3.3 - A HISTÓRIA CONTRA A NATUREZA NA CIDADE	82
3.3.1 - O Problema da natureza na historiografia sergipana	86
CAPÍTULO 4 – USOS DA CIDADE DE ARACAJU: DAS APROPRIAÇÕES AS PRÁTICAS	93
4.1.- DO CONCEITO ÀS PRÁTICAS	99
4.2 - DA NORMA A FORMA	102
4.3 --USOS OU CONTRA-USOS DA CIDADE?	124

4.4. AS PRÁTICAS E A TRADIÇÃO: UM PROBLEMA SÓCIO-AMBIENTAL	127
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

ABREVIATURAS

AN – Arquivo Nacional

APA – Arquivo Público Municipal de Aracaju

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe

AGJ – Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe

BPED – Biblioteca Pública Epiphâneo Dórea

IHGS- Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

MS- Memorial de Sergipe / UNIT

PDPH – Programa de Documentação e Pesquisa Histórica/ UFS

UNIT – Universidade Tiradentes

UFS – Universidade Federal de Sergipe

LISTA DE FIGURAS

Número	Título	Página
01	Localização de Aracaju no Estado de Sergipe	61
02	Planta do sítio do Aracaju em 1855	66
03	Cópia da Planta do Eng ^o Francisco Pereira da Silva	67
04	Planta do Plano de Pirro pelo Eng ^o Francisco Pereira da Silva	68
05	Fac-simile do Mapa Estatístico de Aracaju em 1856	70
06	O quadrado Pirro e Alguns edifícios do poder político-administrativo-religioso.	74
07	Vista do Morro do Urubu /Integração Global de Aracaju em 1890	75
08	Região do Bomfim em 1923	81
09	Desmorte do Morro do Bomfim. Início solene das obras em 1955	81
10	Alguns modelos de Cachorros	107
11	Alguns modelos de Cornijas	107
12	Vala da cidade. Área de maior vigilância. Planta reconstituída por Fernando Porto a partir de documentos do período	109
13	Ruas com maior referencias de infração de postura por uso de palha nas edificações	126
14	– Fac- Simili da Pág., 26 do relatório do Presidente da Província de Sergipe em 1856.	129

LISTA DE TABELAS

Número	Título	Página
01	Ocupação dos habitantes de Sergipe em 1854	69
02	Estrutura da Postura Municipal de Aracaju de 1856	104
03	Estrutura da Postura Municipal de 1858	106
04	Estrutura do Código de Postura de 1903	115
05	Estrutura do Código de Postura de 1912	116
06	Estrutura do Código de Postura de 1926	118

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.0 - INTRODUÇÃO

E se não fizermos nada? [..] Aumentará o número de domicílios sem dispor de sequer um banheiro; [..] As dunas, lagoas e manguezais serão destruídos; A poluição será maior, em todas as suas vertentes: a sonora, no centro; a das águas, em toda a cidade e praias, e a do ar; [..] A lixeira se esgotará e poderá contaminar a região do entorno. (Plano, 2003, p. 09)

As considerações acima correspondem a algumas das muitas preocupações discutidas e esboçadas no "*Plano Estratégico de Desenvolvimento Aracaju + 10*" (2003), elaborado com o intuito de planejar os próximos dez anos da cidade. Tais preocupações, formuladas nesse plano, foram expostas no Congresso da Cidade (2003) e correspondem as inquietações atuais da ameaça da não sustentabilidade do ritmo de crescimento que se processa em seu espaço.

As inquietações atuais sobre o crescimento urbano das cidades têm se inscrito na ordem das preocupações sobre o problema da natureza na sua relação com a sociedade e o desenvolvimento. Os riscos de colapso ecológico e a crise ambiental que o prefigura coloca em debate o papel das cidades, além de se tentar compreender quais os limites do seu crescimento.

Na atualidade, a lógica do desenvolvimento urbano e os problemas como desigualdade, pobreza, poluição, degradação do meio, crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos figuram como pontos de partida para uma reflexão ambiental. Preocupações dessa ordem levaram no Congresso da Cidade em Aracaju (2003) à reflexão acerca dos problemas de seu crescimento e da racionalidade que o movimenta. A racionalidade econômica na qual se fundamenta o processo de globalização e o princípio tradicional do desenvolvimento urbano se encontra diante da necessidade de uma outra racionalidade: a ambiental, cuja natureza se firma na necessidade de incorporar normas ecológicas aos processos econômicos.

Leff (2005, p.285), ao se referir ao problema da urbanização acelerada e globalizada no mundo contemporâneo, entende que “a racionalidade econômica e a urbanização da civilização moderna precipitaram a morte entrópica do planeta, destruindo o habitat como suporte das formas sustentáveis de habitabilidade do mundo”. De acordo com o próprio Leff, o fundamento da sustentação do crescimento econômico e do desenvolvimento urbano se encontra na desorganização de seu entorno ecossistêmico.

No caso aracajuano, em seus 152 anos de existência, a problemática ambiental já se faz sentir. As discussões apresentadas pelo “Plano de desenvolvimento Aracaju + 10” (2003) corresponderam ao seu debate socialmente mais integrado. Contudo, ela não se encontra estritamente no presente, mas se fundamenta na própria história da cidade e no processo pelo qual ela foi fundada no século XIX e gerenciada a partir de então.

No século XIX, a razão com a qual foi projetada Aracaju partiu de um pressuposto de desenvolvimento que em sua base negava a natureza e afirmava o progresso como parte de um processo civilizatório da modernidade, cujo fundamento principiou na racionalidade econômica e instrumental. Tal processo permitiu que se iniciasse nos primeiros anos uma prática que se firmou como tradição na cidade e que compromete o seu entorno ecossistêmico: a tradição de aterramentos de mangues e desmanche de dunas, bem como a formação de uma periferia sem organização e com alto adensamento em regiões menos propícias para habitação.

O modelo centro-periferia no qual cresceu a cidade de Aracaju a partir dos seus primeiros anos contribuiu para que a questão ambiental não se restringisse apenas a razões ecológicas, mas também compreendesse as questões sociais como pobreza e as desigualdades sociais ligadas a problemas como habitação, saneamento básico, dentre outros. Nesse caso, então, podemos falar em processos sócio-ambientais cujas raízes se consolidaram na história da cidade.

Contudo, a questão ambiental ainda não faz parte das práticas dos historiadores tradicionais e dos contemporâneos da cidade. As perspectivas das quais partiram para narrar a história de Aracaju ainda têm se firmado na dimensão de uma história sócio-econômica, cujas análises das questões que envolvem o crescimento urbano se utilizaram

de indicadores subscritos no maior ou menor aumento produtivo da indústria, do crescimento econômico e no perfil das edificações da cidade.

Nesse sentido, um dos nossos maiores objetivos nesta dissertação é inserir a história da cidade de Aracaju no âmbito de uma história ambiental na qual as inquietudes residam em encontrar os momentos em que algumas premissas mal reinteiradas do seu processo de fundação ainda permaneçam nas práticas contemporâneas sobre seu ambiente urbano. Ao explorarmos a perspectiva do desenvolvimento nos estudos referentes à cidade de Aracaju do passado, pretendemos construir uma discussão que não se localiza estritamente no passado, mas refere-se antes de tudo a uma compreensão contemporânea, muito próxima de uma nova ética na relação sociedade e natureza: a perspectiva ambiental.

A cidade de Aracaju passou, antes de tudo, por uma construção na ordem do ideal, auxiliada pela razão técnica, que fundou sua lógica na compreensão da cidade capital como espaço de fluxos, de circulação, acessibilidade, centralidade geopolítica e econômica. Salgueiro (2001a, p.23) afirmou que “a transferência de modelos, tema da atualidade na história do urbanismo, supõe uma reflexão atenta as modalidades e aos graus diversos de apropriação em cada país, especialmente no caso do modelo hausmanniano”. Suas importações não só fundaram novas leituras da cidade a partir da apropriação que deles fizeram (e de certo modo ainda fazem) médicos, urbanista, engenheiros, arquitetos, geógrafos e historiadores dentre tantos, como também interferiram em suas práticas sobre o ambiente.

Na contemporaneidade, a cidade de Aracaju passa por uma reavaliação estratégica. O seu atual desenvolvimento urbano tem suscitado dúvidas sobre sua sustentabilidade, o que levou diversos gestores a elaborarem o "Plano de Desenvolvimento Estratégico: Aracaju + 10" (2003), no qual aparecem estratégias de ações em diversos setores da sociedade com o objetivo de garantir a sustentabilidade da cidade de Aracaju.

Muitas das discussões travadas nesse plano também constituíram preocupações dos primeiros gestores da cidade. Diversas medidas de gerenciamento através da formulação de instrumentos legais foram adotadas com o intuito de promover seu desenvolvimento nos

primeiros anos da cidade de Aracaju. Todavia, é na característica do desenvolvimento urbano dos anos iniciais da cidade que reside nosso interesse com o presente.

Caracterizados como Posturas ou Código de Posturas, esses instrumentos legais deixam entrever as preocupações mais recorrentes dos primeiros gestores da cidade, como também fornecem elementos para entendermos como os processos de segregação espacial foram pensados e quando eles se coadunaram com os problemas ambientais, na história de Aracaju

Dessa forma, nosso objetivo neste trabalho é descrever e analisar como evoluiu a legislação urbana de Aracaju na perspectiva do seu meio ambiente entre as décadas de 1855 e 1920. Da mesma maneira, entender como se processou o gerenciamento da cidade de Aracaju em seus anos iniciais na articulação da questão urbana com o seu desenvolvimento.

A escolha pelas décadas de 1855 a 1920 segue apenas uma questão metodológica, sem que pretendamos enrijecê-los. Partimos do ano oficial da fundação da cidade (1855), para a década que a historiografia sergipana consensualmente tem apontado como período em que o projeto urbano da cidade de Aracaju pôde ser consolidado, mediante os efeitos positivos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) sobre a economia sergipana e das reformas empreendidas pelo governo para as comemorações do Centenário da Independência de Sergipe (1820-1920).

Dentro desses marcos identificamos e selecionamos as posturas produzidas para gerenciar a cidade nos anos 1856, 1858, 1864, 1872, 1881, 1903, 1912, 1926 cujos conteúdos serão analisados e cruzados com outros referenciais empíricos, como relatórios de presidente de província e Estado, jornais locais do período, mensagem da intendência municipal, dentre outros. Também avançamos temporalmente para a década de 1930 ao selecionarmos alguns trechos do Código de Postura de 1938 que cruzamos com os anteriores, na perspectiva de uma melhor análise da evolução desses instrumentos legais.

Construímos, para que fosse possível concentrar as análises, algumas categorias. Inicialmente, formulamos as categorias edificação e aterramento. No entanto, as posturas

não regulamentaram aterramentos. Dessa forma, foi formulada a categoria edificações (com ênfase nas moradias) e quatro subcategorias (higiene das edificações, lixo, licença para edificar e salubridade) que possibilitaram uma melhor análise da categoria edificações.

Os documentos foram examinados através da técnica da Análise de Conteúdo, conceituada por Bardin (1977, p. 42) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens.

A Análise de Conteúdo se desenvolveu nos Estados Unidos, no contexto behaviorista das ciências humanas, para analisar inicialmente material jornalístico. A partir da Primeira Guerra Mundial, passou a ser aplicada na análise das orientações políticas e estratégicas dos países estrangeiros, tendência acentuada com a Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria. A partir da década de 1950, seu uso se estendeu a outras disciplinas como a história, a etnologia, a linguística, a psiquiatria e a psicanálise. As contribuições dessas disciplinas criaram algumas disputas nos campos epistemológico, entre o modelo instrumental e o representacional, e no plano metodológico, entre a abordagem quantitativa e a qualitativa. A partir da década de 1960, a técnica passou a contar com o auxílio do computador e de programas de informática desenvolvidos com esse fim, facilitando o trabalho de pesquisadores que utilizam grande quantidade de material.¹

Segundo Bauer e Gaskel (2002), a análise de conteúdo é uma técnica híbrida, que pode mediar a improdutiva discussão sobre métodos quantitativos e qualitativos nas ciências sociais. Trata-se de um método de investigação baseado na inferência que se aplica as formas de comunicação extremamente diversificadas, com o objetivo de desvendar os sentidos escondidos nos discursos. Como lembrou Bardin, “apelar para estes instrumentos de investigação (...) é rejeitar a tentação da sociologia ingênua, que acredita

¹ Para uma exposição histórica da análise de conteúdo ver BARDIN, Laurence. História e Teoria. In Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 11-22.

poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais (...) é dizer não à leitura simples do real.” (1977, p. 28).

Os textos coletados através da pesquisa documental passaram por um processo de pré-análise, constituída pela escolha dos documentos, formulação de hipóteses, objetivos e de indicadores que fundamentem a interpretação final. Inicialmente, procedemos a uma leitura flutuante dos documentos para estabelecer contato com o material a ser analisado, no sentido de constituir um *corpus* documental.

Diante da opção por uma análise de conteúdo temática, na leitura flutuante serão mapeados os temas-eixos emergentes nos documentos. Passaremos então à fragmentação do material, numa fase de codificação. A partir desse momento, foi necessário um tratamento separado dos dados. Assim, foram criados codificadores para a classificação do material.

O tratamento dos resultados foi efetuado recorrendo a indicadores quantitativos e qualitativos e baseados nos objetivos da pesquisa, quando foram formuladas inferências através da análise categorial. Um ténue fio condutor das análises deste trabalho são as idéias de Michel de Certeau esboçada em sua obra “A invenção do Cotidiano” (1994), onde o conceito de uso se correlaciona as práticas espaciais sobre a cidade.

Desse modo, esta dissertação é fruto da necessidade de inserir na historiografia sergipana uma história ambiental de Aracaju, contribuindo para pensá-la na relação entre sociedade, natureza e desenvolvimento. Desse modo, ao tentarmos encontrar as continuidades históricas de algumas práticas analisaremos a presença da habitação popular na legislação traçada para a cidade, a formação de uma periferia marcada por desigualdades sociais e territoriais e a formação da tradição de arrasamento de dunas e aterramentos de mangues que se fundamentam em discursos de progresso e modernidade.

Ignacy Sachs (1986) evidenciou a importância do conhecimento dos modelos ambientais e dos estilos de desenvolvimento empregados no passado como importante para que se desenhe uma perspectiva para o futuro. Diante disso, podemos perceber que mesmo

se situando em uma perspectiva histórica, nossa proposta de investigação possui uma contribuição atual. Assim,

[. ..] a perspectiva passa pela prática da história operacional no sentido braudeliano do termo. Para que se aprenda a resgatar os futuros possíveis, será preciso começar por demonstrar os múltiplos modelos do passado, onde população, recursos, energia, técnicas, ambientes e organizações sociais assumem múltiplas formas. (Sachs, 1986, p.11).

Para atingir os objetivos a que nos propomos, dividimos este estudo em cinco capítulos, que possuem uma discussão teórica acompanhada de uma apresentação do conteúdo proposto. Na estruturação e formatação deles, preferimos dividi-los internamente de forma que possam ser lidos individualmente ou em conjunto com os outros. Entretanto, o primeiro e o quinto capítulos correspondem, respectivamente, a introdução do trabalho e as considerações finais.

No segundo capítulo, intitulado “*Sociedade, Natureza e Desenvolvimento: Fundamentos para a compreensão da Cidade*”, temos como intuito discutir as bases de leitura das quais partimos para entender as cidades, situando-as no universo dos debates contemporâneos sobre meio ambiente. No terceiro, “*Apropriações na Construção do Urbano e a Problemática da Natureza: O Caso de Aracaju*”, apresentamos a estrutura da cidade de Aracaju e discutimos as apropriações que concebem sentido às práticas que operam sobre a cidade. Dessa maneira, analisamos o papel do discurso competente, sobretudo historiográfico, na apropriação da idéia de natureza e de cidade e os problemas que surgem dessas visões sobre as práticas desenvolvidas acerca do ambiente. No quarto capítulo, intitulado “*Usos da Cidade de Aracaju: das Apropriações às Práticas*”, analisamos a evolução do problema da moradia, dos aterramentos e morros na legislação produzida sobre a cidade e identificamos as práticas de segregação sócio espacial e habitacional que a permeia. Nesse caminho, identificamos os usos da cidade pelas práticas de negação da norma, bem como a participação do setor público e privado no processo de organização da cidade. Encerramos apontando para alguns problemas socioambientais existentes nas práticas de uso do espaço aracajuano.

CAPÍTULO 2

**SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO:
FUNDAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA CIDADE.**

2.0 – SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO: FUNDAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA CIDADE.

Fruto da imaginação e do trabalho articulado de muitos homens, a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza. [...] Seu aparecimento delimita uma nova relação homem/ natureza. (Rolnik, 2004, p. 8)

Na atualidade, a relação entre sociedade, natureza e desenvolvimento tem sido discutida com grande ênfase quando reavaliada a partir da problemática das cidades. Tais reflexões são possíveis mediante a emergência da crise ambiental que pôs em xeque os problemas e a sustentabilidade do modelo civilizatório que adotamos, a crise do mundo globalizado e o papel da técnica nesse contexto.

Quanto ao papel da técnica, entendemos que se constitui na principal forma de relação do homem com a natureza (Santos, 1996, 1997), e que, portanto, acompanha-o desde os primórdios. Todavia, a questão não está na técnica em si, mas na ordenação e hierarquização de um modelo civilizatório e de desenvolvimento que a fundamentou em um tipo de racionalidade. Uma racionalidade econômica.

A cidade é, antes de tudo, uma intervenção do homem sobre a natureza pela técnica. Desse modo, a construção e organização do habitar perpassam pela relação dicotômica entre espacialidade geográfica – organização ecológica e significação cultural, existindo, portanto, formas diferentes de habitar um habitat², de se apropriar da natureza. (Leff, 2002, 2005)

Assim, a idéia de natureza é alicerce para entendermos as práticas culturais e produtivas do habitat, sobretudo quando entendemos que elas não se fundamentam em um

² Optamos por utilizar constantemente o termo habitat, por acreditarmos que consegue situar melhor as questões levantadas neste estudo, porém partimos das observações realizadas por Leff (2005) quando o define como território que fixa ou assenta uma comunidade de seres vivos, uma população humana. Sua organização pelo organismo que o habita, conforme o referido autor, é condicionada pela cultura (referindo-se à população humana): “cada cultura vai configurando um estilo étnico de apropriação de seu ambiente” (Leff, 2005, p. 283).

conceito cristalizado e único, mas corresponde a representação humana do mundo e sua estruturação. Nesse sentido, as construções humanas sobre o habitat – da qual a cidade é uma delas - parte da representação que cada sociedade possui da natureza. Natureza, por conseguinte, é uma idéia socialmente construída (Silva, 2005).

A intervenção antrópica da ordem natural tem sido bastante evidenciada neste período de crise, sobretudo, quando observada à luz dos impactos das evoluções e transformações das cidades, mas assim mesmo não podemos qualificar como processo de destruição do habitat, ao menos que esse processo civilizatório rompa com os equilíbrios entre cultura e natureza (Leff, 2005).

O período mais crítico ao equilíbrio dessa relação revela sua intensidade a partir da Segunda Revolução Industrial no século XIX, o ritmo de desenvolvimento processado nas grandes cidades ocidentais desse momento não só possibilitou a consolidação global do capitalismo como se fundamentou em um desenvolvimento de ordem econômica, uma racionalidade econômica que se incorporou na lógica planetária de ordenação do mundo contemporâneo. Contudo, é a partir do final da segunda Guerra Mundial que essa sociedade técnico-científica acelera sua dinâmica globalizadora, sobretudo nas últimas décadas do século XX. (Santos, 1996).

Dentro dessa lógica, o desenvolvimento das cidades, nesse período, remete a relação sociedade e natureza às perspectivas do desenvolvimento, base que tem fundamentado o crescimento econômico e o desenvolvimento urbano e que possui existência, também, na desorganização de seu entorno ecossistêmico. Assim, uma das impressões mais comuns para quem estuda a história e o desenvolvimento das cidades entre a segunda metade do século XIX e o século XX é a que se refere à mudança vertiginosa dos cenários e dos comportamentos, sobretudo nas grandes cidades.

Os efeitos da Segunda Revolução Industrial ou Revolução Científico-Tecnológica possibilitaram a reformulação das estruturas urbanas ao tempo em que permitiram a assimilação e aplicação das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos, transformando o modo de vida das sociedades e instalando-lhes diferentes hábitos, práticas de produção e consumo. Nesse sentido, o desenvolvimento das cidades e dos meios de

comunicação foi indispensável para a fixação e consumo dos novos padrões, forjando um sentido de modernidade e garantindo o que seria uma das conseqüências da referida Revolução, a consolidação global do mercado capitalista com sua dinâmica expansionista.

Conforme Sevcenko (1998, p. 11) o impacto da Revolução Científico-Tecnológica se fez sentir na plenitude, "alterando tanto os hábitos e costumes cotidianos quanto o ritmo e intensidade dos transportes, comunicações e do trabalho". Berman (1986) denominou de "turbilhão da vida moderna", e que não demoraria muito para atingir o Brasil, propiciando, no desenvolvimento do setor urbano, o aparecimento de novos grupos sociais concomitantes com novas correntes científicas das quais se apropriariam, a exemplo do positivismo francês e do darwinismo social. Essa mudança afetou diretamente o equilíbrio da relação entre sociedade e natureza

Nosso objeto de interesse neste trabalho é entender a relação sociedade, natureza e desenvolvimento, em seu conjunto de apropriações e práticas travadas na construção da cidade de Aracaju, a partir de meados do século XIX, nas quais, através da análise de alguns de seus elementos, tentaremos entender as permanências de um ideário de desenvolvimento baseado na lógica de uma racionalidade que aponta para um desenvolvimento urbano insustentável.

Todavia, o presente capítulo tem como objetivo introduzir, simplificadaamente, a base que sustenta nosso trabalho, a perspectiva ambiental e a problemática das cidades. Todavia, nos dedicaremos aqui em partir da relação dicotômica entre sociedade, natureza e desenvolvimento.

Inicialmente abordaremos os problemas da sociedade, o modelo de civilização e a crise ambiental, bem como o paradigma biologizante e a naturalização das cidades na constituição da idéia de meio ambiente urbano. No segundo momento, levantaremos questões referentes à constituição da idéia de natureza e os problemas escondidos por trás da indefinição conceitual. No terceiro momento, traçaremos algumas considerações sobre as perspectivas do desenvolvimento aplicadas a relação sociedade e natureza e a problemática das cidades.

2.1 - SOCIEDADE

O fato é que os agravos à natureza são, sobretudo, originários do modelo de civilização que adotamos. Será este irreversível? É esta a discussão que se impõe para evitar as ofensas a terra e aos homens. [...] Certos partidos verdes europeus não são verdes como os nossos, por que eles estão tratando da sociedade, *o ambiente é a sociedade*. (Território..., 2000, p. 20. Grifo nosso).

No mundo contemporâneo, a crescente concentração da população nos meios urbanos vem cada vez mais acompanhada pela deteriorização da qualidade de vida, em especial em cidades de países em desenvolvimento. A crescente multiplicação das aglomerações implica mudanças na gestão urbana e suscita a necessidade de internalização da problemática ambiental em seu processo de formulação de políticas públicas. (Ferreira, 2004).

No Brasil, dada as condições históricas de seu desenvolvimento, industrialização e urbanização, essa crescente aglomeração demonstra a falência de políticas administrativas ao revelar também a deteriorização ambiental e o estrangulamento das infra-estruturas das cidades. (Ferreira, 2004).

Tanto no Brasil como no restante do planeta a crise ambiental aponta para uma crise de civilização. A discussão que surge disso não se restringe à dimensão ecológica somente, mas encontra propriedade na ressignificação e no alargamento do conceito de ambiente, reconstruído de uma correlação complexa que envolve ordem física, biológica, termodinâmica, econômica, política e cultural. Segundo Leff (2005, p.282) “vem ressignificar o sentido de habitat como suporte ecológico e do habitar como forma de inscrição da cultura no espaço geográfico”.

Por essa perspectiva, já não é possível pensar o ambiente separado da sociedade, como categoria distinta e, por vezes opostas. As tentativas de restringi-lo a sua dimensão biológica escondem o perigo de um olhar determinista. Faz sentido, portanto, o que já foi afirmado anteriormente: “O ambiente é a sociedade”. (Território..., 2000, p.20) “A espécie

humana e a sociedade são beneficiadas pela saúde ambiental” (Coimbra, 2002, p.168). Se o fato biológico se encontra bem presente na vida dos seres vivos, o fato existencial, a dimensão histórica e cultural que caracterizam e ampliam a participação do homem nessa esfera, consegue imprimir sua influência sobre o fato biológico.

Assim, se o fato existencial, a dimensão histórica, a cultura se define sobre o biológico, devemos pensar também que a cultura é condicionada e não determinada por seu meio. O ambiente é transformado pelas práticas culturais e produtivas, é ressignificado. (Leff, 2005). Qualquer tentativa homogênea de construir indicadores de qualidade-de-vida deve perpassar pelo entendimento da natureza da sociedade (Coimbra, 2002; Leff, 2002, 2005).

Com isso, devemos entender que qualidade-de-vida³ é importante, mas deve ser planejada, “por nós ou por nossos governos, é preciso decidir sobre o tipo de vida que queremos para nós e nossos descendentes [...], pois não há Meio Ambiente Ideal”⁴ (Coimbra, 2002, p. 168).

Mais do que nunca, a perspectiva ampliada da noção de ambiente, diante da emergência da crise, revela o processo de degradação ambiental como fator de processos

³ O interesse em medir qualidade de vida surge da emergência da crise ambiental, mas representa ao mesmo tempo um termo em avaliação. Inúmeras críticas são destinadas aos instrumentos que se preocupam em medi-lo. Ávila Coimbra (2002) tratou da importância de aplicá-lo, mas a partir de um planejamento rigoroso que compreenda as particularidades e dinâmicas de cada sociedade, e que levem em consideração suas representações sócio-ambientais.

⁴ Visualizamos na retórica humanista de Ávila Coimbra (2002) que a idéia da não existência de um Meio Ambiente Ideal (sua negação) remete a (afirmação) de um Meio Ambiente construído socialmente, respeitando o *Ethos* de cada sociedade e suas representações da natureza. Parte, por sua vez, da negação da totalidade homogênea do mundo e encontra respaldo em autores conceituados no campo do pensamento ambiental como Henrique Leff (2002, 2005) e o geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto Gonçalves (2004, 2005). Contudo, é com Gonçalves (2004) que essas noções são, também, postas em xeque. Em seu entendimento, a imagem difundida pela corrida espacial de que a terra é um globo, azul e pequeno, solto no espaço, em que não se verifica fronteiras a não ser as da natureza, constitui uma metonímia perigosa. A visão de eliminação de fronteiras – cujo pensamento econômico neoliberal contemporâneo conclama – marca a mudança na concepção do homem em relação à terra. Existe uma naturalização da globalização em escala planetária. Para essa naturalização, Gonçalves ainda afirmou que se construiu uma forte imagem que englobou a problemática ambiental numa perspectiva econômico-financeira, muito própria dos protagonistas que vêm comandando o atual período neoliberal. Esse posicionamento de Gonçalves encontra respaldo nas do também geógrafo Milton Santos (Território..., 2004), quando este afirmou existir um lado perverso do discurso da globalização, que inclui uma dose forte de ecologia. Gonçalves chamará isso de ecologismo ingênuo e de armadilhas conceituais, noções superficiais – que não revertem o modelo civilizatório nem a racionalidade que o opera – como a idéia de “qualidade de vida” e “desenvolvimento sustentável” (Gonçalves, 2004, p. 18).

sociais (Leonel, 1998), intrinsecamente vinculado à ordenação do mundo social contemporâneo e as perspectivas de desenvolvimento que a engendra.

Assim, o que apontamos como crise ambiental é, por sua vez, recolocada aqui, também, como crise de civilização, ao alargarmos nosso entendimento à noção mais genérica de civilização apresentada por Nobeit Elias:

O conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, o tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema jurídico aos modos como são preparados os alimentos. (Elias, 1994, p.23)

Em outras palavras, o processo civilizador que se firma também no processo de transformação do comportamento, cujo resultado expressa a “consciência que o ocidente tem de si mesmo” (Elias, 1994, p. 13), refere-se à própria forma de organização do universo social, aos anseios de seus atores e à apropriação e representação que fazem do mundo na configuração do habitat.

Entretanto, essa crise de civilização remete a uma necessidade de transformação do comportamento, a uma nova base de reflexão e racionalização do mundo. Nesse contexto histórico e diante da iminência de novos paradigmas é que se esboçam conceitos novos a exemplo do de desenvolvimento sustentável.

A discussão reside, diante da crise, na substituição de uma racionalidade econômica, cujas amplas esferas da vida se encontram bem emaranhadas, (religião, arte, política, economia, ciência, dentre tantos outros) e que conduz o processo de modernização. Contudo, a globalização da racionalidade econômica e tecnológica foi possível graças a um processo de negação da diversidade, da produção de desigualdades sociais e exploração da pobreza, do esgotamento dos recursos naturais e energéticos, de um processo de uniformização da paisagem, homogeneização cultural de destruição das bases ecológicas e urbanização dos assentamentos humanos. (Leff, 2005).

A lógica do desenvolvimento a todo custo e o processo modernizador que o prefigura em discurso, criaram condições para a existência de demandas que movimentam o ciclo de exploração e circulação do capital. Gonçalves (2004) percebeu essa globalização modernizadora e a chamou de colonização, cujo objetivo se mascara por trás da idéia de modernização e de desenvolvimento celebrados como meio sinônimos de civilização ⁵.

O processo civilizatório da modernidade fundou-se em princípios de racionalidade econômica e instrumental que moldaram as diversas esferas do corpo social: os padrões tecnológicos, as práticas de produção, a organização burocrática e os aparelhos ideológicos do Estado. A problemática ecológica questiona os custos socioambientais derivados de uma racionalidade produtiva fundada no cálculo econômico, na eficácia dos sistemas de controle e previsão, na uniformização dos comportamentos sociais e na eficiência de seus meios tecnológicos. A questão ambiental estabelece assim a necessidade de introduzir reformas democráticas no Estado, de incorporar normas ecológicas ao processo econômico e de criar novas técnicas para controlar os efeitos contaminantes e dissolver as externalidades socioambientais geradas pela lógica do capital. (Leff, 2005, p.133)

A ânsia por crescimento econômico legou ao século XX uma intensificação no processo de degradação ambiental cujos problemas como industrialização, crescimento populacional, urbanização crescente, poluição, aquecimento global da terra, ameaça aos ecossistemas e a biodiversidade pela degradação da fauna e flora, gestão dos recursos hídricos, aumento das desigualdades sociais e da pobreza, crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos, possibilitaram um questionamento importante: Quais os limites do crescimento?⁶

⁵ Anthony Giddens (1991) também evidenciou como uma das conseqüências da modernidade o problema da lógica capitalista em relação à crise ambiental contemporânea, situando-a dentro do que chama de dimensão institucional da modernidade. “A história dos últimos dois séculos não é portanto a história da perda progressiva da soberania por parte do estado-nação. Aqui mais uma vez devemos reconhecer o caráter dialético da globalização e também a influência dos processos de desenvolvimento desigual”. (Giddens, 1991, p.63).

⁶ As contribuições mais conhecidas à tese do limite do crescimento vieram justamente da década de 1960, e ganhou maior densidade na década de 1970 com a contribuição do Clube de Roma. Organização criada em 1968 pelo antigo Primeiro-Ministro italiano, Aurélio Peccei, formada por líderes mundiais, empresários, intelectuais e políticos com seu foco nos problemas globais de longo prazo, que não podem ser resolvidos totalmente pelos governos ou pela iniciativa privada. O Clube de Roma não só rediscutiu a tese do Malthus sobre os perigos do crescimento desenfreado da população, como propôs que para se alcançar a estabilidade econômica e ecológica se fazia necessário o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial. Defenderam o crescimento zero. Embora tivessem recebido inúmeras críticas, sobretudo de países em desenvolvimento, abriram uma discussão fundamental: Quais os limites do crescimento e quais as conseqüências se o atingirmos? É possível desenvolver sem crescer? Seguindo as contribuições do Clube de Roma, outras formulações se encarregaram de pensar sobre o problema ambiental a exemplo do Ignacy Sachs (1986) com o conceito de ecodesenvolvimento, e o Relatório de Brundtland (1987 - sustentabilidade como ponto de partida para o desenvolvimento) dentre outros.

Assim, foi possível visualizar: (1) os limites da industrialização e do crescimento populacional, da produção de alimentos e da escassez de recursos naturais, do desequilíbrio provocado, também, pela visão cornucopiária⁷ da natureza alimentada pela utopia do crescimento econômico a todo custo, bem como (2) entender que esses problemas remetiam a uma crise ambiental, a um “processo que se alimenta da destruição das bases ecológicas de sustentabilidade e de suas condições de habitabilidade” (Leff, 2005, p. 282).

A tomada de consciência dos riscos ambientais, não só possibilitou o aumento das críticas ao modelo civilizatório e às conseqüências do projeto modernizador globalizado, mas também teve como implicação a elaboração de um novo pensamento ambiental, cujo sentido não se reduz à dimensão ecológica, somente, mas parte de uma posição ética e de uma mudança de paradigma, na qual inclui ao processo de desenvolvimento o conceito de ambiente.

Tal posição pretende estabelecer-se no princípio de uma racionalidade ambiental. Dessa forma, o confronto contemporâneo entre a racionalidade econômica (hegemônica e institucionalmente legitimada) e racionalidade ambiental representam, por sua vez, dois confrontos de valores⁸. A mudança constitui primeiramente um posicionamento ético sobre o mundo, mas, sobretudo um novo alicerce para ação, objetivando reconstituir o equilíbrio entre cultura e natureza.

Não representa uma novidade na história o fato de o desequilíbrio entre desenvolvimento cultural e equilíbrio ecológico levar ao colapso de uma civilização. A questão contemporânea, no entanto, habita na compreensão de que é pela primeira vez que

⁷ Cornucópia é uma referência à mitologia grega: Corno que simbolizava a abundância. Neste caso, serve como uma metáfora para denominar a visão da natureza que compreende enquanto fonte inesgotável de recursos sempre disponíveis para o uso. Agora a consciência ambiental que reconhece a crise parte, justamente, na negação da visão cornucopiária, a natureza não é mais vista como fonte inesgotável de recursos e por isso mesmo deve ser bem gerenciada para garantir sua sustentabilidade às futuras gerações.

⁸ Nesse contexto o adjetivo sustentável foi acrescido à noção de desenvolvimento dentro das perspectivas de se pensar o ambiente em uma nova racionalidade. Contudo, algumas práticas identificadas como desenvolvimento sustentável evidenciam a existência de uma incompreensão conceitual quando a pretende aplicar mantendo a primazia do econômico. Diante disso, algumas confusões são inevitáveis. Zulma Schussel (2004) levanta questões que apontam para essa linha de reflexão, como pode ser notado na passagem seguinte: “É também recorrente a afirmação de que a noção de desenvolvimento sustentável implica ao mesmo tempo em sustentabilidade ecológica, viabilidade econômica e equidade social. Nenhuma ligação necessária existe entre os três objetivos fixados que deverão ser alcançados independentemente, o que abre a porta para uma enorme possibilidade de combinações: a sustentabilidade ecológica sem equidade social; a viabilidade econômica sem as duas outras; a equidade social sem viabilidade econômica.” (Schussel 2004, p 63).

esse processo de desequilíbrio e ruptura adquire uma dimensão global e planetária. (Giddens, 1991, Gonçalves, 2004, 2005; Leff, 2005; Território..., 2004).

Leff (2005) afirmou que não se trata apenas de uma questão de território: os processos locais da relação entre cultura e natureza e suas formas de habitar foram invadidos, transformados e dominados pelo macro processo de modernização. A globalização da racionalidade econômica e tecnológica subjuga os potenciais ecológicos, domina as identidades técnicas e desconhece seus saberes.

Todos esses problemas da sociedade são agravados quando analisados à luz do desenvolvimento das cidades. Como disse Schussel (2004, p. 58): “as cidades, pelas suas próprias características, têm sido consideradas como os principais focos geradores dessa crise”. Assim, a conceituação do desenvolvimento sustentável tem implicações sobre as reflexões atuais acerca das cidades:

Implica na reflexão sobre a noção de “cidade sustentável” porque atualmente as cidades concentram a maior fonte de poluição e produção de resíduos, além de consumirem a maior parte da energia do planeta. A existência da cidade implicou no abandono progressivo de um modo de vida e organização social inteiramente baseados na integração do homem com a natureza por um modelo baseado na integração dos homens entre si, o abandono das relações de produção baseados na terra e no trabalho por relações de produção baseadas no capital, na informação e na energia. (Schussel, 2004, p. 64).

Na atualidade, o aumento da concentração urbana se intensifica nos países mais pobres⁹. A incapacidade de acompanharem o ritmo desse desenvolvimento com respostas positivas para o ambiente e seus atores, dirige nosso olhar para entender a problemática das cidades no contexto da crise ambiental. O próprio termo “países em desenvolvimento” nos faz refletir sobre o problema do modelo de desenvolvimento empreendido.

Esse processo é uma característica marcante da Revolução Científico-Tecnológica e do desenvolvimento do capitalismo iniciadas no século XIX. Existe, portanto, um encadeamento histórico que devemos levar em consideração. A formulação do pensamento

⁹ Segundo dados apresentados por Leila Ferreira (2004, p.24), existe uma previsão de que “Em 2015, 4 das 5 maiores aglomerações urbanas do planeta estarão em países emergentes. As metrópoles desenvolvidas, superadas em população por centros como Lagos (Nigéria) e Dacca (Bangladesh), manterão seu poderio econômico por meio de uma rede de cidades globais, onde se concentram as sedes de multinacionais e de grande parte do dinheiro que gira pelo mundo”.

científico sobre as cidades que se completa com o surgimento do urbanismo e as perspectivas que essas deveriam obedecer na lógica desses cientistas serão marcantes para a compreensão das cidades que surgiram ou se reconfiguraram no desenrolar das décadas seguintes.

Sevcenko encontrou na atualidade uma relação muito estreita com os acontecimentos iniciados no século XIX, ao afirmar que “embora estejamos convivendo hoje com um momento ainda mais intensamente marcado pela saturação tecnológica, podemos perceber que é dentro dessa configuração histórica “moderna”, definida a partir da passagem do século, que encontramos nossa identidade”. (Sevcenko, 1998, p.13).

Obviamente, não podemos acreditar que não existiram rupturas significativas, mas entendemos, também, que existiram algumas continuidades, e que podem ser observadas. Para Marcos Silva (2005), por exemplo, a formulação da idéia de Meio Ambiente Urbano perpassa por algumas continuidades paradigmáticas. Nesse sentido, ele vê perigo nas tentativas de colocar as cidades como centro do problema ambiental contemporâneo.

A constituição da idéia de meio ambiente urbano é aqui avaliada sob a perspectiva das concepções que, historicamente, tentam enquadrar as cidades em categorias biológicas, tais como “corpo”, “organismo” e, contemporaneamente, “(ecos)istema”. Essa tendência de naturalização ou biologização das cidades é característica do pensamento social pelo menos desde o século XIX: seus antecedentes são certamente ainda mais remotos, mas as origens de seus aspectos contemporâneos mais característicos podem ser encontradas em meados do século XVIII. [...]. Desde o sanitarismo do século XIX até a Ecologia do pós-2ª. Guerra Mundial, passando pelo caso particularmente controverso da Eugenia, as tentativas de biologização das cidades, tanto por parte das ciências biomédicas quanto do próprio Urbanismo em constituição, apontam para uma tendência de dominação pelo conhecimento técnico que permeia de forma recorrente a modernidade capitalista. Nela, tanto a “natureza” quanto os seres humanos comuns (não “escolhidos”) são concebidos como recursos naturalmente passivos e sujeitados, incapazes de criar, cabendo-lhes apenas o papel de “resistir” ou “reagir”, ou ainda serem “protegidos”. Esse “paradigma da dominação” é que requer reconhecimento e enfrentamento, indicando à necessidade de politizar e historicizar a questão ambiental, principalmente em relação às cidades. (Silva, 2005, p.05)

Em que pesem as críticas pelo uso dessas concepções (“corpo”, “organismo”, “ecossistemas”) elas são responsáveis pela formulação do conceito de meio ambiente urbano e contribuíram para redução de sua complexidade. A questão é que, de analogias,

elas se estabeleceram como modelos explicativos com forte capacidade técnico-científica de intervenção sobre a natureza. Os modelos explicativos utilizados para entender a realidade urbana – pelo urbanismo que se inicia no século XIX – partiram de concepções biológicas e médicas do próprio século. Vocábulos, conceitos, descrição, interpretação e intervenções sobre as cidades foram possíveis a partir do instrumental fornecido por esses saberes.

A crítica às cidades, que a enquadram como “vilãs da natureza” ainda têm sido formuladas a partir de discussões que reduzem a sua complexidade a questões de engenharia¹⁰ : gestão de recursos naturais (água, ar, solo) e dos resíduos (lixo, emissão de gases, etc.); ou à questão de saúde pública como as epidemias ou a proliferação de doenças causadas pela degradação ambiental, desconsiderando os elementos mais complexos que a envolvem dentro da sua dimensão social e dentro da sua complexidade epistêmica. Portanto, para Marcos Silva, não é a cidade em si, enquanto conceito universal, que representa um problema a ser resolvido, mas são as práticas que a criam, “cientificamente” e a recriam ideologicamente, seja do urbanismo, da engenharia ou qualquer outro saber que a converte em uma construção insustentável¹¹. (Silva, 2005).

O retorno ao passado para entender a cidade hoje, contudo, constitui-se em um empreendimento arriscado, uma vez que não podemos pensar que na cadeia evolutiva que sustenta o discurso histórico não tenha havido mudanças capazes de alterar completamente nosso entendimento sobre o fenômeno urbano. Existem discontinuidades fundamentais. Contudo, nos dedicaremos neste trabalho a identificar as continuidades. Não é nosso objetivo, neste capítulo, apresentá-las, ficará para os próximos. Neste primeiro momento, dedicaremos-nos aqui, apenas, a mostrar os problemas que nos convidam a entender a cidade sob a perspectiva ambiental.

Assim, essa perspectiva ambiental perpassa, antes de tudo, pelas apropriações que fazemos da natureza na configuração do habitat e na sua construção. As nossas relações

¹⁰ Marcos Silva (2005) reconhece, nos movimentos ambientalistas contemporâneos uma ênfase maior na premissa antiurbana, para identificar os impactos sobre a natureza. Partem, segundo o autor, de noções simplificadas e por vezes idealizadas de meio ambiente, para se referir as condições ecológicas do mundo.

¹¹ Leff (2005) chega a afirmar que como se encontra o processo de urbanização é insustentável. Segundo ele é necessário revalorizar o fato urbano a partir de outra racionalidade, seria necessário “desconstruir a cidade e reconstruir o habitat”. (p. 287)

com a natureza transcorrem antes de tudo pela natureza de nossas relações. Nesse sentido, o estudo sobre sociedade, natureza e desenvolvimento só se torna possível pelo entendimento que formamos da própria idéia de natureza. Desse modo, é importante entendermos um pouco da evolução dessa idéia e sua relação com nossas práticas sobre o mundo.

2.2 - NATUREZA

A idéia de natureza – qualquer que seja o nome com o qual ela encontre, dependendo da época, um meio propício de expressão – afigura-se como um dos maiores obstáculos que isolam o homem do real, ao substituir a simplicidade caótica da existência pela complicação ordenada de um mundo. (Rosset, 1989, p.10)

A ausência de um conceito de natureza filosoficamente corroborado tem remetido o seu entendimento a questões de outras ordens, levando alguns filósofos a entendê-la como um mecanismo muito eficiente presente nos ideais naturalistas que acompanham a humanidade desde seu nascimento (Rosset, 1989). Nesse sentido, a natureza apresenta-se nos ideais naturalistas como uma instancia alheia ao homem e ao acaso, como uma ontologia além da física.¹²

Por sua vez, no campo epistemológico, ‘natureza’ tem se apresentado, como uma categoria de análise para pensar o homem e o mundo, separadamente. Desta sorte, tem se considerado como coisas “artificiais” aquelas feitas e produzidas pelo homem, enquanto “naturais”, as coisas que existem ou acontecem por si, sem que ninguém as tenha

¹² Na visão de Clément Rosset “acaso” está relacionado a independência absoluta dos elementos em constantes movimentos e choques. Tais choques gerariam as aparentes estabilidades do mundo. Rosset tenta responder a pergunta de Nietzsche esboçada em um aforisma da obra *Gaia Ciência* (apud Rosset, 1989, p.09. Grifo nosso): “*Quando acabaremos com nossos escrúpulos e precauções? Quando todas essas sombras de Deus deixarão de nos obscurecer? Quando teremos a natureza completamente desdivinizada? Quando nós, homens, com pura natureza, descoberta como nova, redimida como nova, poderemos começar a nos naturalizar*”. Nesse sentido, a natureza como algo que se faz “por si mesma” se opõe ao que se produz, se fabrica, portanto o artifício. A natureza situa-se como um terceiro estado, zona intermediária entre o homem (artifício) e a matéria (acaso), que por sua vez encontram-se excluídos dela. Rosset (1989, p. 09) então se posiciona: “o homem será ‘naturalizado’ no dia em que assumir plenamente o artifício, renunciando a própria idéia de natureza, que pode ser considerada uma das ‘sombras de Deus’, ou então o princípio de todas as idéias que contribuem para ‘divinizar’ a existência (e, dessa maneira, depreciá-la enquanto tal)”. O ‘por si mesma’ da natureza não pode se sustentar racionalmente sem que na premissa se insira uma causa divinizante”. Rosset não vê nenhuma possibilidade desse quadro se reverter na medida em que compreende que a ilusão naturalista está sempre pronta a se regenerar em novas feições.

produzido. Esses dois pontos se consolidaram como pressupostos indispensáveis para qualquer “ciência da natureza” (Collingwood, 1976) ou na raiz dos ideais naturalistas esboçados historicamente. A este último respeito, Rosset comenta:

No mais, esse paradoxo [natureza e artifício] não constitui uma contradição senão aparentemente, já que inexiste a instância que se supõe que ela contradiga: a idéia de natureza. Por nunca ter sido honrada com uma definição (o que implicaria o estabelecimento de uma fronteira entre o que é natural e o que não é, todas as proposições concernentes a natureza destinam-se a uma indefinida compossibilidade, mostrando-se apenas contraditória graças à ilusão de existir alguma coisa realmente pensada sob o conceito de natureza. Os jogos da natureza desnaturalizada e do artifício naturalizante não são jogos contraditórios porque não comprometem nenhum conceito: indicam um silêncio conceitual [...]. A idéia de natureza nunca foi pensada, mas somente oposta [...]. (Rosset, 1989, p.23)

Esse caráter de oposição está bastante presente nas práticas sociais, nas relações humanas e nas preocupações, um tanto herdadas do pensamento judaico-cristão, de um fim último, de causa final. Assim, sobre a força do pensamento judaico-cristão a interpretação do pensamento grego (socrático-platônico-aristotélico), legou ao pensamento ocidental a idéia de oposição à natureza: a dicotomia homem-natureza, espírito matéria.

Todavia, não podemos esquecer também que uma oposição muito cara tem sido a de natural-sobrenatural. O sobrenatural só existe em oposição ao natural. Desse modo, o mundo natural tem sido encarado como imperfeito. Se Platão apresentou os argumentos de mundo das idéias (perfeito) em oposição ao mundo sensível, a leitura que o cristianismo operou não apenas garantiu essa separação, mas afirmou o privilégio do homem diante dos outros seres no mundo, bem como, afirmou a perfeição e oposição de Deus à imperfeição do mundo material (Gonçalves, 1989, 2004). Tal oposição cristã afirma o mundo como lugar de passagem para o homem, mundo esse imperfeito e cheio de vícios, do qual ele deve se desapegar e cuja existência humana nele é apenas passageira, etapa necessária para chegar ao reino perfeito de Deus (oposição ao mundo natural).

Clemente Rosset esclareceu que é sempre a natureza que tem representado o papel de base oculta dos pares antitéticos que opõem tradicionalmente natureza e uma outra instância metafísica. Segundo ele

Qualquer que sejam a força e o alcance atribuídos a palavra ‘natureza’, nas diversas épocas da história ocidental, em cada momento esta palavra contém uma interpretação do ente em sua totalidade – mesmo onde, aparentemente, só é entendida como noção antitética. Em todas essas distinções (Natureza-Sobrenatureza, Natureza-Arte, Natureza-História, Natureza-Espírito) a natureza não é unicamente signo de oposição, mas é propriamente primeira, porque sempre e primordialmente é por oposição à *natureza* que as distinções são feitas; por conseguinte, o que dela se distingue recebe sua determinação *a partir* dela. (Heidegger, *apud* Rosset, 1989, p.19. Grifo do autor).

Rosset (1989, p19) ainda afirmou que o nada de pensamento sobre o conceito de natureza não é um nada qualquer, define-se como um nada a partir do qual se é possível pensar outra coisa.

Faz-se justo dizer que o pensamento esboçado nos parágrafos anteriores remete às concepções ocidentais que marcam a hegemonia dos posicionamentos e pensamentos diante da natureza. Contudo, se sobre o tripé socrático-platônico-aristotélico a concepção de natureza se tornou forte e arraigada na cultura ocidental, ela se fez negando um outro pensamento. Fez-se sobre a negação do mundo enquanto totalidade, como *physis*.

A *physis*, formulada pelos primeiros filósofos gregos, não era natureza (que se opõe), era totalidade da vida, o *arké*, o princípio de tudo que vem a ser. Não existe separação entre inteligência e matéria, entre espírito e corpo. O mundo da natureza está penetrado pela mente, pelo entendimento. A ordem é definida por essa inteligência que existe no mundo natural. Como destacou Collingwood (1976, p11): “Dado que o mundo da natureza é um mundo não só ordenado, os gregos afirmavam de acordo com isso que o mundo da natureza era não só vivo como inteligente; não só um vasto animal racional, com ‘mente’ própria”.

Em oposição a esse pensamento, a herança filosófica deixada por Platão e Aristóteles foi eficaz, desprezando a *physis* enquanto totalidade, e consagrando ao homem a idéia e a razão, a primazia do mundo. Aos poucos, portanto, trilhou-se um caminho para

uma mudança que marcou o entendimento sobre a natureza, uma concepção de natureza desumanizada, natureza não-humana, tão cara a contemporaneidade.

Historiadores como Collingwood (1976) conseguiram perceber que a idéia de natureza apresenta diversas formas no percurso histórico do pensamento europeu, do qual somos herdeiros. Segundo ele, são identificados três grandes períodos de mentalidade cosmológica construtiva, quando a idéia de natureza foi posta em foco pelo pensamento, pela meditação filosófica e que conceberam uma nova feição a ciência da natureza: a visão grega da natureza (cosmologia grega), a visão da Natureza na renascença, a visão moderna da natureza.

Na primeira visão, o conceito de *physis*, enquanto unidade vital do mundo é predominante, mostrando as variações filosóficas desse pensamento e especificando as formulações dos filósofos “pré-socráticos”, bem como em Platão e Aristóteles. Na segunda, o que chama de renascentista (XVI e XVII), uma visão antiaristotélica torna-se visível e a metáfora do mundo como máquina passa a ser confundida com a própria realidade do mundo, compartimentando-o e estabelecendo bases de raízes muito fortes, na compreensão da natureza e na formulação da ciência moderna.

Na terceira visão, a principal característica é a idéia de progresso que se vincula a uma concepção histórica ligada a idéia de evolução. Tal pensamento marcará o século seguinte, XVIII, até os meados do século XX, como modelo de ciência, de progresso baseada em um paralelismo com a história, em que a mudança do mundo já não é cíclica como nos gregos, nem mecânica, mas evolutiva.

Diversas implicações permeiam esses estudos sobre a natureza, mas é importante pensar que uma determinada concepção de natureza subjacente à ciência e parte de nosso senso comum emerge em meados do século XVII. Essa concepção é aquela que vê a natureza como algo capaz de se manifestar através de um conjunto de evidências organizáveis por leis probabilísticas, e essa concepção surge através de transformações na maneira como os homens até então percebiam seu próprio mundo.

Estão nessa base pensadores como Copérnico, Galileu Galilei, Francis Bacon, René Descartes, dentre outros, que de diferentes formações e lugares reconheceram no próprio homem e na razão a capacidade de conhecer o mundo. Esses homens não só se apresentaram com novos valores para a ciência e para a filosofia moderna, como também reforçaram a categoria ‘natureza’ como oposição. Gonçalves (1989, p.33) afirmou que foi com Descartes, contudo, que essa oposição homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto se tornou mais completa. Descartes, portanto, assumiu uma posição importante para o pensamento moderno e contemporâneo, principalmente por posicionar o homem como centro do mundo, como sujeito que pode conhecer o mundo através da instrumentalização do método científico que ele propõe. O pragmatismo cartesiano e o antropocentrismo forte marcaram a modernidade e o modo de fazer ciência.

A respeito da ciência moderna Gonçalves (1989) nos apresentou três eixos pelos quais ela se configura: a oposição homem e natureza; a oposição sujeito e objeto; o paradigma atomístico-individualista. Não podemos pensar que tais eixos diferem do período que Collingwood definiu como de visão renascentista, nem mesmo podemos afirmar que esse período se apresenta totalmente desvinculado daquele que o historiador evidenciou como moderno, em suas abordagens sobre as três visões de natureza esboçadas em sua pesquisa. Pelo contrário, sobretudo se pensarmos no século XIX.

O desenvolvimento industrial verificado durante o século XIX, a confiança na capacidade humana de criar e intervir no mundo, permite-nos evidenciar que, enquanto prática de ciência, o modelo cartesiano foi eficaz, e enquanto perspectiva e entendimento a ciência acreditava em sua contribuição para o progresso da humanidade, atingido de maneira evolutiva, o que corresponderia caminhar para uma sociedade sempre melhor, numa expectativa de futuro próprio de cada época. Essa perspectiva, no entanto, construiu-se sobre o entendimento (de raízes judaico-cristãs, também) de que a natureza era uma fonte inesgotável de recursos, esperando pelo homem, uma cornucópia. Do mesmo modo que natureza e homem são duas coisas completamente diferentes, o que, no entendimento de Gonçalves (1989, p38) a busca por algo que comprove que o homem não é natureza se constituiu “numa verdadeira obsessão do pensamento herdado no Ocidente”.

O pensamento da ciência moderna também se construiu sobre o isolamento do indivíduo, seja nos elementos em laboratório como nos de investigação social. A totalidade, a síntese era realizada pela análise, pela decomposição, pelo elemento individual. Gonçalves, portanto, explicou que:

O século XIX [foi] o do triunfo desse mundo pragmático, com a ciência e a técnica adquirindo, como nunca, um significado central na vida dos homens. A natureza cada vez mais um objeto a ser possuído e dominado, é agora subdividida em física, química, biologia. O homem em economia, sociologia, antropologia, história, psicologia, etc. *Qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza de uma forma orgânica e integrada torna-se agora mais difícil, até porque a divisão não se dá somente enquanto pensamento.* (Gonçalves, 1989, P.34. Grifo nosso.).

A divisão não acontece apenas em pensamento, está intimamente presente na natureza das nossas relações. A divisão social e técnica do trabalho constituem realidades na vida dos homens. A idéia de homem não-natural, fora da natureza, cristaliza-se. Gonçalves (1989, p.35) ilustra bem esses pensamentos, mostrando que aqueles que ensaiassem um retorno ao passado, eram tratados como “românticos”, idealistas, com as características pejorativas que esses termos pudessem assumir.

Ainda no século XIX, em sua segunda metade, surgiram pensamentos que perceberam efeitos danosos na atuação desse homem na ordenação do mundo pela indústria e seus impactos sobre o modo de vida, sobretudo das cidades. Nesse sentido, as idéias envolvendo práticas preservacionistas foram assumindo um lugar de destaque em algumas sociedades.

No campo das artes Williams Morris (1834-1896) mostrava seu repúdio a produção industrial. Não se divorciou necessariamente da ciência, mas apresentou sua insatisfação com o estado de coisas gerados com a contribuição da “divinizada” sociedade industrial.

Ainda a respeito do entendimento preservacionista do final do século XIX, esse evidencia para nós o caráter dicotômico da relação homem-natureza. A criação de jardins botânicos, áreas de conservação de unidades não exploradas pelo homem; a proteção de uma natureza idílica revela o caráter estético de tais práticas. A natureza (preservadas nessas unidades de conservação) assume um caráter de uma grande obra de arte, um quadro para – com certa distância se contemplar, ou um grande “divã” para o homem fugir do caos da cidade por um tempo. A natureza era ainda encarada como cornucópia. Embora possam parecer exageradas essas informações, elas nos apontam perspectivas para entendermos melhor as oposições à natureza que anteriormente apresentamos.

2.2.1 - Sociedade e Natureza

Uma análise significativa formulada sobre a relação sociedade e natureza, sobre o homem e a natureza, vem do século XIX e parte de uma crítica formulada por Karl Marx e Friedrich Engels ao modelo de produção e acumulação capitalista. Mesmo assim, essa crítica mantinha a dicotomia tão bem fundamentada na dualidade cartesiana.

Por um lado, a visão da natureza como uma cornucópia alimentou o sentido de que o crescimento econômico não possuía limites e de que desenvolvimento era sinônimo de progresso e se realizava por meio de um domínio da natureza e dos homens. Nesse sentido, a relação sociedade e natureza apresenta algumas contradições, estudadas por Marx e Engels por meio da dialética, inovada pela inserção que fizeram da noção de práxis.

Assim, a idéia de natureza no pensamento marxiano permanece como aquilo que independe da ação humana para existir. Esta seria a natureza primeira, mas não a única. O homem, nessa interpretação, também constrói natureza com o fruto do seu trabalho e de suas relações com os outros homens, nesse sentido ela seria sua segunda natureza. “Na compreensão da natureza enquanto matéria reelaborada pelo trabalho humano, o conceito de trabalho é fundamental” (Bernardes; Ferreira, 2003, p.18), pois também cria valores de uso, além de mediar o intercâmbio material entre homem e natureza. Compreende-se,

portanto que a categoria espaço é um aspecto fundamental da “natureza segunda”, ou seja, da natureza transformada pelo trabalho e pelas práticas sociais dos homens.

Nesse sentido, essa visão é antropocêntrica e aborda as questões naturais enquanto recursos para a vida humana, em que a apropriação da natureza pelo indivíduo está inserida em uma forma social, nas relações sociais que, por sua vez são mediadas por coisas naturais e vice-versa. Assim, a relação sociedade e natureza apresenta-se sempre dialética, conforme nos esclarece Bernardes e Ferreira (2003, p.19).

Na abordagem de Marx, as relações sociedade/natureza são enfocadas em termos das formas como determinada sociedade se organiza para o acesso e uso dos recursos naturais [produzindo espaço] [...]. Nesse processo [...] a natureza se humaniza e o homem se naturaliza, estando a forma historicamente determinada em cada situação. Nesse nível, a troca material é uma relação de valor de uso e, desse modo, a natureza entra em relação com os seres humanos. O fato de o homem viver da natureza tem um sentido biológico, mas principalmente social.

No entrecruzamento de natureza e sociedade permite-se perceber, por conseguinte, a natureza como uma categoria social e a sociedade como uma categoria natural, à medida que o homem incorpora suas ações, suas forças à natureza trabalhada, ela adquire uma nova qualidade que se situa no campo social enquanto valor de uso.

Entramos, assim, em uma questão contemporânea, também, dessa maneira, devemos entender que os valores não são produzidos isoladamente. As coisas só se tornam valores em sua relação social. Dessa maneira, a produção de um excedente é condição para que ocorra a troca regular dos valores de uso, logo, eles passam a possuir também um valor de troca o que, por sua vez, traz implicações de outras ordens na relação sociedade e natureza, sobretudo se empreendida dentro do modelo capitalista de produção, pois esse modelo se dá numa escala maior, em que os valores das coisas estão definidos pelo seu valor de troca.

A apropriação da natureza é para transformá-la em meios de produção. Assim, “Marx viu o pecado original do capitalismo na mudança de valor de uso para valor de

troca” (Bernades; Ferreira, 2003, p.21). Em outras palavras, ele percebeu que essa mudança significativa que o crescimento econômico no capitalismo trouxe, aconteceria sob a forma de acumulação de capital, tornando-se isso uma necessidade social absoluta, portanto “natural” e vital para o sistema.

[...] Na realidade, a natureza, hoje é um valor, ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas, no processo histórico ela é social. Quer dizer, eu a valorizo em função de uma história. [...]. O valor da natureza está relacionado com a escala de valores estabelecidos pela sociedade para aqueles bens que antes eram chamados de naturais. Hoje, quando a economia e a mais valia se globalizam, a natureza globalizada pelo conhecimento e pelo uso é tão social como o trabalho, o capital a política... (Território..., 2004, p. 18)

Entretanto, os recursos naturais não estão distribuídos igualmente sobre o planeta, “os objetos espaciais refletem os conteúdos das relações sociais, e o valor do espaço se expressa na qualidade, quantidade e variedade de recursos naturais disponíveis numa dada porção do espaço” (Bernades; Ferreira, 2003, p.21). Na construção do espaço, portanto, a técnica é fundamental para mediar o nível dos recursos naturais¹³ disponíveis e os construídos pelo trabalho. Assim, “o espaço no capitalismo é condição e meio de produção implicando a sua privatização e a de seu conteúdo”. (Bernades; Ferreira, 2003, p.21), o que evidencia um caráter desigual nas relações sociais, no uso dos espaços e dos recursos disponíveis. Dessa forma, a nossa relação com a natureza reflete na natureza de nossas relações.

No sistema capitalista o tempo, o espaço e a transferência geográfica do valor resultam de um desenvolvimento desigual e combinado que permite a sobrevivência do próprio sistema. Sendo assim, Bernades e Ferreira afirmam ainda que:

As relações sociais e econômicas não se realizam num distanciado círculo abstrato, mas ao contrário, estão solidamente inseridas numa materialidade espacial. Portanto, é pelas vias espaciais que o modo de produção veicula seus valores de troca e de uso, drenando os lucros obtidos neste processo e

¹³ Milton Santos entende essa relação de valor que a natureza exerce nas relações sociais, sendo assim ele vai questionar o próprio termo: “recursos naturais”. Conforme esse geógrafo “Os recursos naturais... se são naturais não são recursos, e para serem recursos têm que ser sociais”. (Território..., 2004, p. 20)

funcionando como um instrumento de concentração de renda. (Bernardes; Ferreira, 2003, p23).

Tais discussões são contemporâneas e revelam bem a posição que a natureza assumiu no entendimento do mundo. Ela não só é objeto, como participa do quadro econômico como valor de troca, participa como elemento importante no processo de acumulação de capital.

2.2.2 - Novos Paradigmas

Essas discussões sobre natureza têm ganhado força na contemporaneidade diante da constatação de que existe uma relação desigual e injusta nos acessos pelo domínio da natureza. Essa relação entre sociedade e natureza, contudo, ganhou importância política quando uma série de manifestações apontando os riscos que o planeta e a humanidade corriam em função de um modelo de desenvolvimento que não respeita os limites da intervenção humana sobre a natureza, sobretudo quando trágicos problemas advindos dessa relação começaram a impactar, principalmente a partir do final da II Guerra Mundial. Quando se começou a constatar que os recursos naturais são finitos e que podem se extinguir se utilizados incorretamente, gerando expectativas sobre o futuro da humanidade. O surgimento dessa “consciência” ambiental pôs em questionamento a ciência e a tecnologia; tal como estavam sendo praticadas (Gonçalves, 2004; Bernardes; Ferreira, 2003).

Reavaliando as ciências e tomando a geografia clássica como exemplo, entende-se que se outrora ela contribuiu para o entendimento da natureza como condição ou obstáculo para o desenvolvimento de uma sociedade, a partir da década de 1960 essa visão foi sendo modificada, principalmente com a geografia crítica. Permitiu-se, portanto, que novos paradigmas fossem formulados, basicamente para a compreensão do papel da ciência e da técnica no uso e gestão do ambiente, além da inserção do papel dos nossos hábitos de consumo e da compreensão da capacidade de espaço físico de suportar a quantidade de objetos industriais.

No entanto, foram os desastres ambientais de proporções gigantescas que permitiram uma maior seriedade nas práticas que envolvem os problemas e políticas ambientais. Desastres como o da baía de Minamata, no Japão, ou Chernobil na antiga União Soviética. Os pesticidas jogados pelos EUA no Vietnã e os acidentais vazamentos de petróleo, no Alasca, ou gás tóxico, na Índia, trouxeram não somente problemas e seqüelas para essas sociedades até hoje, como suscitaram uma maior preocupação mundial para as questões ambientais, exigindo assim novas posturas e um novo diálogo com a natureza.

Nesse contexto, novos modelos foram aparecendo para resolver os problemas ambientais e muitas empresas passaram a inserir em suas agendas o tema do ambientalismo. Embora os hábitos de produção e consumo, bem como a nossa organização social e a de nossas vidas pessoais ainda não tenham sido transformadas, resiste com eles a maioria dos problemas ambientais mais elementares.

As ONG's (Organizações não governamentais) tiveram um papel importante nas discussões ambientais, pressionando os Estados e a iniciativa privada. Um claro exemplo é o Greenpeace¹⁴. Todavia, essas ONG's não apresentam um padrão único, sendo muitas delas ligadas aos interesses econômicos e financeiros da indústria e do mercado. Mesmo assim, é possível perceber o aumento das discussões ambientais e de movimentos preocupados com essas questões.

Os movimentos ambientalistas tiveram (e continuam a ter) uma forte presença nessas questões com base nas principais correntes ecológicas, algumas extremamente conservadoras como a neomalthusiana que atribuía à superpopulação e à pobreza os desastres do planeta, sugerindo, por conseqüência, a intervenção internacional para frear o crescimento demográfico.

¹⁴ Organização não-governamental criada em 1971 no Canadá, financiada com recursos de pessoas físicas. Possui sede em Amsterdão na Holanda, com escritórios espalhados por vários países do mundo. Atua internacionalmente em questões relacionadas à preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Outras correntes mais progressistas também puderam ser verificadas, em particular os *ecoanarquistas*. Estes propunham a valorização das chamadas “comunidades orgânicas”, apontando para o modelo das sociedades primitivas de cooperação. Os que questionam essa corrente mostram que a existência do Estado, da propriedade privada e de instituições como a igreja são provas de que os homens não são naturalmente cooperativos.

Uma segunda corrente é a *ecologia profunda*. Nela a terra é vista como um organismo vivo único onde os seres humanos estão conectados com o universo; questiona – se o consumo, a ciência e a razão. Para eles, a consciência individual também é um fator decisivo no processo de equilíbrio ecológico). Por sua vez, os *ecossocialistas* surgem como uma corrente que alia o pensamento de Marx aos argumentos anarquistas. (Bernardes; Ferreira, 2003; Souza, 2002).

Consagrou-se, portanto, como tradicional a visão dicotômica do homem e da natureza. Contudo, um pensamento, ainda marginal no campo científico e filosófico, tem suscitado a necessidade da religação dos saberes, desligados pela abordagem analítica da ciência construída no século XVI e XVII e fortalecida no XVIII e XIX pela idéia de progresso e evolução respectivamente.

O pensamento complexo, tem tentado se apresentar conforme um novo paradigma no fazer científico. A complexidade nesse caso é resgatada em seu sentido etimológico de trançado, tecido, enroscado, apreendido, afastando o seu uso pejorativo de qualquer compreensão que remeta a complexidade como algo complicado. Assim, “o postulado do pensamento complexo corresponde essencialmente a uma reforma, se não mesmo a uma revolução do procedimento de conhecimento que quer de agora em diante manter juntas perspectivas consideradas como antagônicas (universalidade e singularidade)” (Morin, 2001, p.550).

Esse pensamento tem sido confrontado com o modelo hegemônico atual de ciência, o que tem representado um dos maiores obstáculos para seu desenvolvimento, bem como o tem marginalizado. Essa relação sistêmica (a complexidade), no entanto, tem contribuído para as discussões modernas sobre a natureza e sua aproximação no campo das relações humanas, discutindo um outro caminho para pensá-la, tentando comungar de alguns elementos que, historicamente, estiveram na noção grega de *physis*.

Desta maneira, se a *physis* ordenava o mundo, organizava o caos e transformava em ordem; e se o homem tentou ter acesso a essa força reguladora por meio da técnica e da ciência, ele sempre entendeu a ordem por um modelo de organização único, o qual o levou a apreender como caos outras organizações que fugiam do seu modelo racionalmente estabelecido. Se o pensamento grego e os anseios da humanidade estiveram constantemente vinculados à ordenação e harmonia do mundo ela deveria acontecer sempre como uma passagem do caos a ordem.

Enquanto marginal, o pensamento complexo tem mostrado que essas idéias fogem dos padrões reais das relações na natureza (incluindo nela o homem), oferecendo, para compreendê-las, um outro caminho: “no fundo, então, a idéia de complexidade poderia resumir-se a esta idéia: como conceber a relação entre aquilo que é ordem, desordem e reorganização?” (Morin, 1998, p.562).

Portanto, verificamos que a discussão é pertinente. A nossa relação com a natureza, entendida classicamente ou como totalidade, tem suas imbricações com a natureza das relações que estabelecemos entre nós. Todavia, no estado atual dos embates sobre a natureza, os séculos de confusão e dicotomia desses entendimentos e as implicações das práticas humanas sobre o planeta, decorrente dessa separação, tem suscitado um novo paradigma que pretende voltar a pensá-la na totalidade, no entrelaçamento com os demais componentes do mundo.

Em que pese o debate sobre a relação sociedade e natureza ele não pode ser feito, na atualidade, sem que entendamos a discussão sobre desenvolvimento que a perpassa,

especialmente quando identificamos que existe uma forte desvinculação entre políticas ambientais e as de desenvolvimento industrial, urbano, populacional, agrícola, de saúde, energética, cultural e, não menos importante, econômica. Sobretudo, quando a observamos a luz dos estudos sobre as cidades, uma vez que a cidade tende a consolidar um padrão de produção e consumo crescente do modelo de desenvolvimento atual que ameaça o equilíbrio entre sociedade e natureza.

2.3 – DESENVOLVIMENTO

No ano de 1972, após discussões organizadas pelas Nações Unidas para debater problemas do meio ambiente e direitos humanos, gestou-se a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - (CMMAD) que em 1987 conseguiu finalizar o documento “Nosso futuro Comum”, conhecido também como Relatório Brundtland. Uma das características marcantes desse documento foi definir e introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável. Como preparatórios para outra reunião ocorrida em 1992 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento/ (CNUMAD) - no Brasil, tinha como base discutir as conclusões e elaborar propostas surgidas a partir do Relatório Brundtland. Dessa conferência foi elaborado um programa de ação com base no estabelecimento de novos níveis internacionais de cooperação denominado de “Agenda 21”.

A grande questão que une esses dois eventos é a de que eles relacionam diretamente os problemas ambientais existentes no mundo ao modelo de desenvolvimento adotado que prioriza os aspectos econômicos em detrimento a outros do desenvolvimento humano. O problema, portanto, não se encontra no desenvolvimento em si, mas no estilo de desenvolvimento adotado, nas prioridades que ele possui e na sua capacidade de aceleração do ritmo de degradação ambiental e exclusão social. Nesse sentido, se o desenvolvimento permite o crescimento, deve-se pensar em qualidade de crescimento.

Desenvolvimento e crescimento devem possuir um ritmo harmônico. Mesmo as críticas desenvolvidas aos padrões de crescimento que priorizam o econômico terem-nos

colocado como insustentáveis e desequilibrantes, o crescimento econômico não foi negado por nenhuma das duas reuniões coordenadas pelas Nações Unidas. Diante disso, Veiga (2006, 10), explica que “o crescimento econômico é um ingrediente importante para o desenvolvimento, mas não o único. Ainda mais quando se deseja que o desenvolvimento seja sustentável¹⁵”.

A questão é que dentro da racionalidade econômica instrumental que opera a lógica do capitalismo contemporâneo, fica difícil pensar o desenvolvimento sustentável¹⁶, especialmente quando verificamos a limitada capacidade que o meio possui de absorver a alta entropia resultante desse processo econômico que se funda em bases materiais. (Stahel, 2003).

Na história das práticas dessa racionalidade econômica, percebe-se no capitalismo que a intensificação da produção e acumulação, que se baseou em uma visão cornucopiária da natureza, alimentou o sentido de que o crescimento econômico não possuía limites e de que desenvolvimento era sinônimo de progresso e se realizava por meio de um domínio da natureza, seja enquanto recurso, apenas, ou pelo saber técnico-científico que o legitima.

Gonçalves (2004) nos chamou a reavaliar o conceito de desenvolvimento. Antes, porém, ele mostrou como a idéia de desenvolvimento tem sido compreendida como etapa para o progresso, em que o padrão cultural para este é moldado no padrão cultural europeu norte ocidental e norte-americano.

¹⁵ Sachs formulou os princípios da sustentabilidade. Qualquer desenvolvimento só se torna sustentável se ampliar seu horizonte na perspectiva de compreender cinco aspectos, sem exclusividade de um sobre o outro: a viabilidade social; viabilidade econômica, viabilidade ecológica; viabilidade espacial e viabilidade cultural. O conceito de desenvolvimento sustentável tem sua base no de ecodesenvolvimento. Para Sachs, hoje, os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável são sinônimos. Embora as discussões sobre ecodesenvolvimento sejam anteriores, prepararam o terreno para a noção e as dimensões do desenvolvimento sustentável. (Sachs, 1994; Bruseke, 2003, Zancheti, 2000).

¹⁶ Existem aqueles que acreditam que para um desenvolvimento sustentável se faz necessário mudanças estruturais e institucionais tão profundas que o inviabilizam. (Veiga, 2006). Muitas críticas foram traçadas ao conceito de desenvolvimento sustentável. Autores como Stahel (2003) levanta algumas questões importantes: o conceito de desenvolvimento sustentável tem algum sentido dentro do quadro institucional e econômico atual, o capitalismo? Pode se pensar em desenvolvimento capitalista sustentável? É possível uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado? Dentre tantos outros questionamentos que o autor levanta para concluir que a popularização do conceito de desenvolvimento sustentável sem a resposta a essas questões pode levar a um esvaziamento conceitual e, por sua vez legitimar o que ele pretende negar.

“O planejamento do desenvolvimento [foi], em grande parte, planejamento econômico, pouca preocupação havendo com equidade, justiça ou bem estar social, ou com outros fatores não econômicos, isto é, o que era melhor para os ricos, tinha que ser melhor para os pobres”. Desta forma, o pensamento que prevaleceu foi o de que "a natureza deveria ser conquistada e domada e o universo remodelado, para servir aos seres humanos", pelo menos é o que nos revelam Gerald Caiden e Geraldo Caravantes (1988, p. 23). Dois conflitos podem ser apontados nesse modelo de desenvolvimento: progresso versus natureza; civilização versus barbárie¹⁷.

A idéia de progresso esteve, de certa maneira, estreitamente ligada ao projeto de civilização. O pensamento que prevaleceu foi o de que o desenvolvimento conduziria ao progresso que todos almejavam para, segundo suas premissas, serem civilizados. Progresso e desenvolvimento soaram, também, como sinônimos de crescimento, sobretudo, no âmbito econômico e das transformações materiais.

2.3.1 - Desenvolvimento Urbano

Ao nos referirmos anteriormente, a natureza entrópica do processo econômico capitalista, não queremos iniciar uma discussão sobre as leis da termodinâmica. Basicamente, queremos aqui chamar a atenção para as bases materiais desse processo na elaboração da “cidade moderna”, em suma, do processo de urbanização intenso no mundo contemporâneo e sua alta capacidade entrópica resultante da racionalidade que a conduz.

No século XX, como em nosso século, muitos dos países mais pobres, como vimos, intensificaram seu programa de desenvolvimento econômico e seu processo de urbanização. Em geral, o crescimento econômico não foi utilizado para transformar a

¹⁷ Esta última se encontra arraigada na idéia de modernização. Para Gonçalves (2004), quando aplicado a países em desenvolvimento, modernização é colonização. Em várias referências sobre Modernização identificamos a existência de um programa de necessidades homogeneizador, que não respeita as culturas e reais necessidades de onde se estabelece. Os bárbaros, em outras palavras podem ser os que não se enquadram em sua linguagem, definida em bases materiais. Em dimensões planetárias, na atualidade, parece existir uma naturalização desses padrões de necessidades apresentadas como parte imprescindível do processo modernizador.

realidade da população, pelo contrário, intensificaram as desigualdades e problemas sociais e a degradação de suas reservas naturais. Se o ideal da “cidade moderna” apresenta um grande potencial entrópico, nesses países tidos como “em desenvolvimento” essa realidade é perigo elevado. (Veiga, 2006)

[...] Um avanço na compreensão da problemática urbana, no sentido de superar a visão [que] atribui estatuto diferenciado para a questão da pobreza e da deteriorização do ambiente – ambos se originam de um estilo de desenvolvimento que gera desigualdades sociais e desequilíbrio ambiental. (Ferreira, 2003, p. 68)

No caso brasileiro, por exemplo, os frutos do crescimento econômico, como em muitos países com indicadores parecidos com o seu, foram utilizados para “reforçar a matriz institucional herdada de uma sociedade oligárquica e escravocrata” (Veiga, 2006, p. 16), não para transformar a sociedade.

Entre os séculos XIX e XX, o Brasil experimentou um avanço considerável do processo de urbanização. Muitas cidades foram criadas, outras transformadas obedecendo a dinâmica do crescimento econômico do país ou de suas regiões e os anseios de sua população diante da apropriação dos ideais de modernidade de cada período¹⁸. Mais ou menos, os impactos da consolidação do capitalismo nos países mais pobres como o Brasil se fizeram sentir na construção do habitat e nas formas de habitabilidade.

¹⁸ Desenvolvimento constituiu, na história brasileira, e continua a sê-lo, palavra chave para as atitudes de qualquer governo que pretendesse ter sucesso, independente da bandeira política que carregasse, sobretudo no período republicano. Chegou-se, no Brasil, a se discutir com ênfase, durante a década de 1950 e seguinte, por exemplo, qual seria o papel do Estado no desenvolvimento. Foi nesse âmbito que se surgiu a expressão nacional desenvolvimentismo. “A expressão nacional desenvolvimentismo, em vez de nacionalismo sintetiza, pois uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento com ênfase na industrialização”. (Fausto, 2000, p. 427). A discussão sobre desenvolvimento sempre esteve voltada ao crescimento econômico na história brasileira. As transformações materiais ocorridas nas cidades, serviam, de certa modo, como indicadores do desenvolvimento ou indicadores de modernidade. A discussão política, colocava o desenvolvimento como um sinônimo de progresso lhe atribuindo um caráter teleológico. A discussão, por muito tempo, entre os grupos politicamente divergentes (e, suposta e ideologicamente diferentes) situava-se em qual o papel do Estado nesse desenvolvimento? Qual o grau de participação do Estado? Forjou-se uma idéia de um estado controlador, investidor e gerenciador nesse processo, suscitando a noção de um estado de bem estar social (pelos “nacionalistas”), como também se elaborou a idéia de um estado mínimo, em que as leis da procura e da oferta permitiriam acesso fácil aos bens, e, portanto, a intervenção estatal deveria ser reduzida (os liberais). Não há divergências sobre o processo de desenvolvimento. O termo nacional desenvolvimentismo, por exemplo, marca a vitória dos nacionalistas nessa disputa, mas não reduz, por exemplo, os impactos da industrialização e do crescimento econômico sobre o modo de vida da população, pelo contrário, ampliou-se a urbanização brasileira, as desigualdades e os problemas sociais.

Portanto, qualquer tentativa de repensar o desenvolvimento em outra base não pode ser realizada sem incluir o problema das cidades dentro da denominada “utopia da cidade sustentável”. Assim:

O que tem se apresentado como inovador, nos últimos anos, é o tratamento destas questões específicas de forma integrada e sistêmica, tendo a dinâmica urbana como eixo de referência. Nessa perspectiva, o enfoque do sistema urbano como parte do ecossistema global coloca em pauta a discussão de como garantir o desenvolvimento urbano sustentável, tendo em vista os problemas ambientais globais (Ferreira, 2004, p.28).

É lícito pensar, diante da emergência da crise ambiental, nas possibilidades de um desenvolvimento urbano sustentável. A aplicação do adjetivo sustentável ao conceito de desenvolvimento, possibilita-nos reavaliar estrategicamente a relação sociedade, natureza e desenvolvimento aplicada na constituição do habitat pelas várias sociedades. Todavia, isso só se tornará possível se levarmos em conta às particularidades de cada local e os condicionantes históricos que o conduziram a atual situação.

CAPÍTULO 3

APROPRIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO URBANO E A PROBLEMÁTICA DA NATUREZA: O CASO DE ARACAJU.

3.0 – APROPRIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO URBANO E O PROBLEMA DA NATUREZA: O CASO DE ARACAJU

A cidade é uma construção. Não uma construção material, apenas, mas também imaterial. Iniciada primeiramente de um constructo imagético, de uma apropriação do mundo e da natureza, de uma organização desse mundo pelo conhecimento e pela técnica.

A cidade, no que já nos lembrou Leff (2005), representa uma das formas de organização do habitat pelo homem, possível a partir de uma relação dialética que inclui, a saber: espacialidade geográfica – organização ecológica – significação cultural. Essa última relação perpassa pelas práticas culturais e produtivas de cada sociedade, e não se representa do mesmo modo em tempos e lugares variados.

No entanto, toda a complexidade dessa relação foi cedendo lugar a um processo de simplificação, de redução estratégica. No século XIX, o acelerado ritmo que se processou com a revolução industrial, impactou diretamente sobre as cidades e as condições de vida de seus habitantes. O aumento populacional e os desníveis sociais fizeram das cidades um espaço privilegiado de reprodução dos conflitos sociais e das lutas pela sobrevivência, ao tempo que se figuravam como pontos estratégicos dos fluxos e reprodução do capital. A forte concentração urbana nas sociedades ocidentais, favorecidas pelos acontecimentos desencadeados pela referida revolução, marcou o início de um novo entendimento sobre as cidades¹⁹. Ao tempo que as elas cresciam, multiplicavam-se e se aglomeravam foi surgindo um pensamento, com forte premissa científica, que as tinham como objeto. Então:

surgem propostas na tentativa de buscar soluções para estes problemas, com uma pretensão científica, e também se criam modelos de desenvolvimento urbano para as cidades, muitos deles utópicos a fim de se organizar os espaços da cidade, os seus territórios, suas diversas atividades. Neste contexto é que surge o urbanismo. (Mellilo, 2007)

O urbanismo se apresentou como uma espécie de ciência do planejamento e organização dos espaços urbanos. Como ponto inicial, conseguiu simplificar o complexo

¹⁹ Compreendemos que as cidades não possuíram, unissonamente, um mesmo padrão. Estamos tratando simplificadamente das grandes metrópoles ocidentais.

entendimento da cidade ao promover sua redução conceitual. A formulação da cidade-conceito, homogêneo e universal, tornou-se parâmetro para as práticas sobre o habitat e expediente importante para intervenção sobre a natureza.

Assim, apropriada pelo saber técnico-científico, a cidade passou de uma construção social complexa à um conceito operatório²⁰. Nesse sentido, sua existência tem se construído enquanto conceito de natureza universal-abstrato, e enquanto representações dos intelectuais e cientistas que as formularam. Como resultado, várias teorias e modelos de desenvolvimento urbano surgiram sobre as quais a cidade deveria ser lida. Sua exportação, sob o argumento da modernidade e do progresso, teve impacto sobre a constituição de inúmeras experiências urbanas em diversas outras regiões do globo, sobretudo, quando o capitalismo foi se consolidando em sua dimensão planetária.

Nesse contexto, a França ocupou durante o século XIX um papel de destaque para o pensamento urbano mundial. Além de significar um importante centro cultural para o mundo ocidental do período, sob a tutela do governo de Napoleão III, o prefeito de Paris Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), conduziu uma ampla reforma urbana com a colaboração de variados arquitetos e engenheiros. A idéia era modernizar a cidade, para isso, demoliu as ruas sujas e superlotadas da cidade medieval e criou uma capital ordenada sobre a geometria de avenidas e bulevares: 12 avenidas amplas em volta do Arco do Triunfo.

A cidade de Paris não só se transformou em uma referência para o urbanismo moderno, para a idéia da cidade moderna, como também passou a servir de indicador, termômetro da modernidade para construção e reconstrução de múltiplas cidades que importaram e se apropriaram de seus fundamentos. “Paris representou, pois, o papel de modelo de capital cosmopolita a partir de meados do século XIX, após um longo processo

²⁰ De Certeau reconhece essa redução conceitual. Segundo ele, a cidade foi reduzida a um “conceito operatório”. Nesse sentido, “a ‘cidade’, instaurada pelo discurso utópico e urbanístico é definida pela possibilidade de uma tríplice operação: 1. a produção de um espaço *próprio*: a organização. Racional deve portanto recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam; 2. estabelecer um *não tempo* ou um tempo sincrônico, para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições [...]. 3. enfim a criação de um *sujeito universal* e anônimo que é a própria cidade: como a seu modelo político [...] Nesse lugar organizado por operações especulativas e classificatórias, combinam-se gestão e eliminação.” (Certeau, 1994, p. 173).

de maturação da idéia de centralidade na hierarquia de aglomerações em cadeia no território francês". (Salgueiro, 2001a, p. 25).

Sua experiência, de alguma forma, representou a necessidade do Estado-Nação, francês, de reorganizar o território. Também consolidou uma idéia muito recorrente no pensamento econômico urbano do período: o da capital. Acreditavam que a eficácia econômica de uma capital era decisiva para o Estado. A cidade capital adquiriu um sentido mais amplo e estratégico. Dessa maneira, ela deveria possuir uma geometria favorável e uma lógica de acumulação, não apenas de capitais, mas também de atribuições. Ao mesmo tempo, sede do poder político, do poder econômico e do saber. (Lepetit, 2001; Menezes, 2001). De acordo com o que escreveu Ulpiano Bezerra Menezes (2001) os utopistas e o Estado acreditavam que as mudanças na arquitetura e no urbanismo eram instrumentos de reforma social. Criam que “planejar a cidade (especialmente a cidade capital), [era] tanto planejar o território, quanto planejar a sociedade.” (Menezes, 2001, p. 10)

O modelo de Haussmann possuiu elementos que o tornou de absorção imediata para além da Europa, a exemplo das condições de sua flexibilidade estética. Sua existência marca o surgimento da concepção utilitária da cidade. Contudo, o modelo de Haussmann também trouxe outras questões para a composição das cidades.

Hausmann destruiu a cidade medieval, arrasando os densos e miseráveis quarteirões da região central, na Île de la Cité, e implantando a rede dos grandes bulevares, com suas perspectivas infinitas. *A tríade de artérias radiais, obras de saneamento e parques e edifícios públicos produziu um padrão de segregação espacial de tipo centro-periferia.* A reconstrução urbana representou a invenção simultânea das "rives de la Seine", o domínio das classes abastadas, e das "banlieues", os subúrbios populares. (Magnoli, 2005. Grifo nosso)

Contudo, não podemos partir da idéia de que, no longo percurso que marca a reforma de Haussmann e o atual desenvolvimento urbano das cidades e das práticas sobre elas, as cidades tenham caminhado pela mesma direção, dentro da linha contínua e evolutiva do progresso e da história. Rupturas consideráveis marcam os atuais modelos urbanos que possuímos. Como salienta Menezes (2001, p.11) não há dúvidas de que a cidade deste milênio “e a de século e meio atrás constituem objetos históricos distintos, que hoje não podem ser lidos com os mesmos parâmetros”. Desse modo as principais categorias utilizadas para conceituar as cidades já não conseguem apreendê-las, seja na

Sociologia Urbana, Antropologia Urbana ou mesmo na História Urbana. A cidade e o urbano na atualidade não se enquadram como expressão de um modo de produção específico (Marx), nem mesmo apenas como base da associação humana (Weber), ou como *locus* da divisão do trabalho (Durkheim). (Menezes, 2001).

Três dificuldades podem ser apontadas para se ler contemporaneamente o modelo exportado e aplicá-lo no entendimento da cidade hoje. O primeiro diz respeito ao próprio conceito de cidade: polissêmico, universal e difícil de conceituar historicamente. O segundo diz respeito às diferenças geopolíticas: existe uma porosidade das fronteiras e mobilidade do capital financeiro. Cada vez mais fragmentado e descentralizado, o modelo de cidade capital perde seu peso no território²¹. Existe uma impossibilidade de uma teoria universal da cidade capital. O terceiro trata das diferenças culturais, sobretudo nos países em desenvolvimento. Hoje as representações sobre a cidade não compreendem a cidade inteira, a metrópole só é possível ser vivida na fragmentação. Não existe uma ligação cultural entre a Paris de Haussmann e as metrópoles contemporâneas (Menezes, 2001).

Em que pesem as críticas esboçadas sobre as perspectivas históricas para se entender as cidades, Ulpiano Bezerra de Menezes (2001) faz algumas ressalvas quando se trata das experiências de construção das cidades em que o modelo haussmaniano foi determinante, as perspectivas históricas e a necessidade de cruzamento de experiências entre passado e presente se tornam relevantes. Segundo ele, a história urbana brasileira possui casos significativos, ao citar como exemplo a construção da cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais.

[...] propostas haussmannianas tiveram eco em outros casos relevantes de renovação urbana e “modernização” de cidades no começo do século XX. Mais que tudo, [estudá-los] fornece alimentação substancial para um exame dos erros e equívocos ainda hoje renovados, e problemas reiteradamente mal resolvidos, de falsas premissas, a que recorremos. (Menezes, 2001, p.12).

²¹ Na atualidade existe uma mobilidade do capital financeiro que não permite apreendê-lo mais dentro dos modelos da cidade capital. Ela já não pode ser lida, a priori, como elemento geopolítico estratégico. Na contemporaneidade existe uma fragmentação geopolítica que permite que a cidade capital ao competir com outros territórios, não figure como elemento centralizador exclusivo. Existe uma complexidade epistêmica muito maior hoje em dia nas questões que envolvem território e geopolítica, sobretudo quando se insere conceitos como desterritorialização e os cruzam com os debates em torno das novas tecnologias. Uma análise mais elaborada sobre essas questões pode ser encontrada em Anthony Giddens (1991).

Nosso interesse, contudo, não é apresentar a experiência de Belo Horizonte. O saber técnico-científico se fez presente alterando a realidade de outras localidades no Brasil. Dedicaremos-nos aqui a uma experiência anterior a mineira e que vai marcar a realidade sergipana: a construção da cidade de Aracaju. Nosso enfoque passa pela inserção da problemática na relação sociedade e natureza, bem como nas formas de apropriação exercidas para situá-la no contexto de uma cidade “moderna”.

Elaboraremos algumas considerações sobre o seu desenvolvimento urbano a partir das apropriações feitas por alguns historiadores ao construí-la teoricamente. Pretende-se, com isso, (1) visualizar as bases contemporâneas de que partem muitos dos entendimentos existentes sobre o desenvolvimento urbano atual da cidade, além de (2) contribuir para a uma maior abordagem da dicotômica relação entre sociedade-natureza na experiência urbana aracajuana. Para isso, utilizaremos concomitante com a bibliografia analisada, algumas das legislações elaboradas para a cidade de Aracaju a partir do século XIX, bem como relatórios de província do mesmo período.

A nossa preocupação em analisar o discurso do historiador na construção da cidade de Aracaju, remete-nos ao papel que os conhecimentos dominantes desempenham no entendimento e nas práticas sobre o ambiente. Nesse momento, a leitura de Leff, (2002, p. 17) nos convida a compreender que o “ambiente não é ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscrevem nas formas dominantes de conhecimento”. Não apenas os médicos, os engenheiros e arquitetos têm construído um entendimento sobre o ambiente que permite operar sobre ele, mas também o historiador. Ao explorarmos os estudos referentes à cidade de Aracaju do passado, pretendemos construir uma discussão que não se localiza estritamente no passado, mas refere-se, antes de tudo, a uma compreensão um pouco mais contemporânea, muito próxima de uma nova ética na relação sociedade e natureza: a perspectiva ambiental.

La historia ambiental se ocupa, pues, no sólo de asuntos como la forma en que ha cambiado el ambiente (si como resultado de la actividad humana o por otras causas) y de los efectos de los cambios em las sociedades humanas, sino también de las ideas sobre el mundo natural y cómo éstas se han desarrollado y pasado a formar parte de nuestro conocimiento de la historia y la cultura. Comúnmente, el historiador se ocupa aquí de varios conjuntos de ideas y actos, que representan diferentes clases o culturas. Lo que para una persona quizá sea

lo silvestre, para outra podría ser el paraíso terrenal. Para algunos pueblos, los bosques han sido hogar y fuente de satisfactores, así como de comodidad; para otros, han sido lugar de oscuridad y barbarie, útiles sólo para ser cortados en aras del progreso, la prosperidad y el orden. El ambiente o médio ha sido no sólo um lugar: también el campo de batalla donde han contendido ferozmente ideologías y culturas. (Arnold, 2001, p. 11)²²

Múltiplas são as formas de apropriação do mundo e da natureza quando analisadas à luz das formas variadas de conhecimento, bem como, quando cruzadas, na história dos comportamentos humanos sobre o espaço geográfico - com as representações e práticas do homem na elaboração das suas condições de habitabilidade. O que nos interessa, neste momento, é entender que essas condições de habitabilidade são mediadas pelas variadas formas de conhecimento que a engendram e pelas lutas de representação, circunscritas nas relações de poder que estabelecem entre si (Giddens, 1991).

²² “A história ambiental se ocupa, pois, não apenas de assuntos como a forma em que o meio ambiente tem mudado (se como resultado da atividade humana ou por outras causas) e dos efeitos dessas mudanças nas sociedades humanas, senão também das idéias sobre o mundo natural e como estes foram desenvolvidos e passaram a formar parte de nosso conhecimento da história e da cultura. Comumente, o historiador se ocupa aqui de vários conjuntos de idéias e ações, que representam diferentes classes ou culturas. O que é talvez uma coisa selvagem para uma pessoa, para outra poderia ser o paraíso terrestre. Para alguns povos, os bosques tem sido lugar de satisfação, como também de conforto; para outros, eles tem sido lugar de escuridão e barbárie, úteis somente para ser interrompido pelo progresso, para prosperidade e para a ordem. O ambiente o meio tem sido não só um lugar: também é campo de batalha onde se disputam ferozmente ideologias e culturas.” (Arnold, 2001, p. 11. Tradução livre).

3.1. A CIDADE

Aracaju, para quem não conhece ainda é uma tranqüila capital do nordeste. Novos imponentes edifícios foram erguidos nos últimos anos, shoppings centers brotaram aqui e ali, como, de resto, aconteceu em todas as principais cidades deste país. Só que grande parte de Aracaju moderna foi conquistada aterrando os manguezais. As multidões que atravancavam as galerias climatizadas da butiques na verdade, são os vencedores pisoteando o túmulo de uma paisagem dilacerada para sempre. (Gabeira, 2000, p. 47)

O município de Aracaju atualmente possui uma área aproximada de 181,8 quilômetros quadrados situados na zona de litoral, entre os rios Sergipe e Vaza-Barris. O Oceano Atlântico banha-o de leste a sudeste. O município permanece²³ limítrofe aos municípios de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro (a oeste e noroeste) e ao município de Santo Amaro das Brotas (a leste), possuindo uma população total, estimada em 2005, de 460.898 habitantes. Segundo dados do Censo de 2000 do IBGE, todo o município de Aracaju é área urbana. (Anuário, 2005; IBGE, 2006).

A maior parte do município encontra-se em área de planície flúvio marinha e planície marinha, com poucas áreas de ondulações, “aprofundamento de drenagem muito fraca e extensão de suas formas”, o que favorece inundações em períodos de chuva. Seu clima é Megatérmico úmido e Sub- úmido, possuindo uma temperatura média anual de 26°C. Existe uma predominância de vegetação higrófilas (Campos de várzeas e manguezais). (Anuário estatístico, 2005; Aracaju, 2006).

²³ De acordo com a Lei nº 554 de 06 de fevereiro de 1954-Anexo II publicado do diário oficial do Estado de Sergipe em 14.12.1954 o município de Aracaju mantém seus limites com os municípios de Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão e Nossa senhora do Socorro. (Anuário, 2005; Aracaju, 2006,)

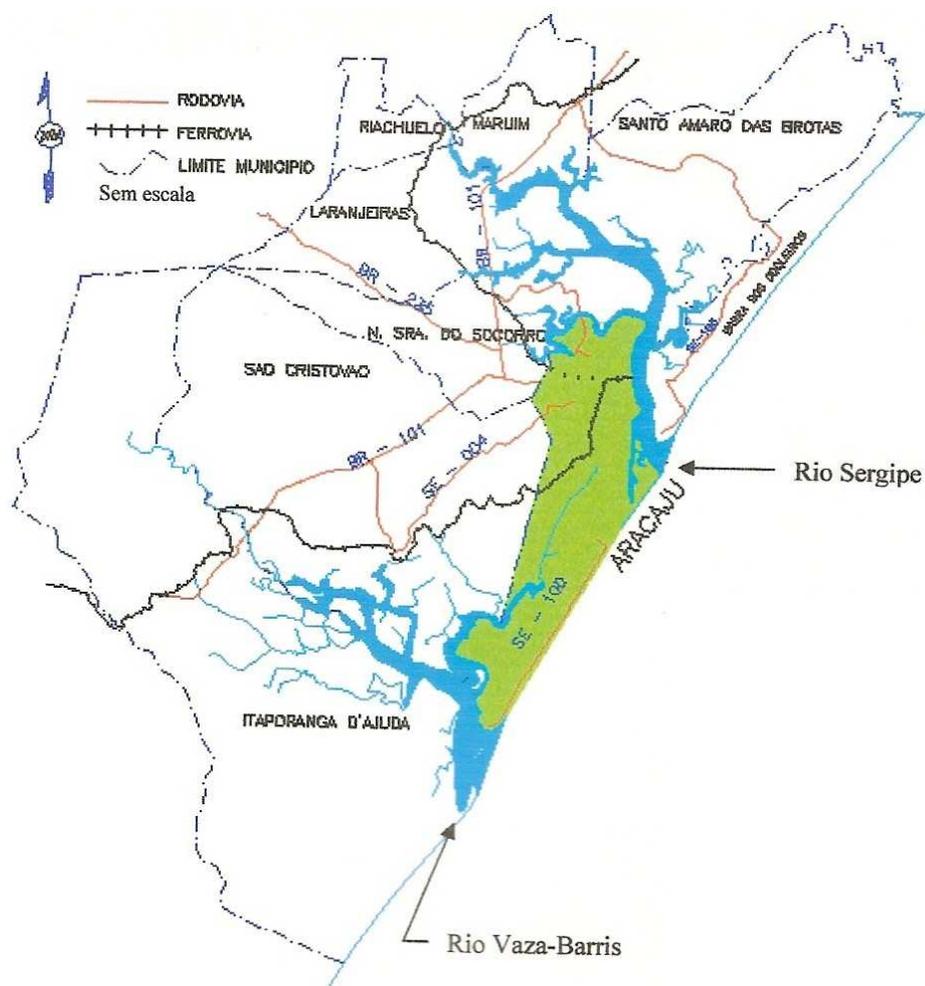


Fig. 1 – Localização de Aracaju no Estado de Sergipe.
 Fonte: Adaptado de A. D. Nogueira (2004, p.148).

A cidade de Aracaju surgiu em meados do século XIX como parte de um projeto de desenvolvimento econômico para Sergipe, cujo objetivo possuía um duplo sentido: O primeiro, e que serviu como principal justificativa foi o da criação de um porto capaz de concentrar a produção canavieira da maior região produtora da província, o Vale do Cotinguiba²⁴, e favorecer seu escoamento de maneira que possibilitasse a diminuição da sua dependência dos Trapicheiros da Bahia - objetivo que atraiu a simpatia dos produtores sergipanos²⁵, sobretudo da zona do Cotinguiba. Para isso seria necessário estabelecer um comércio direto com o exterior, o que demandou uma melhoria nas condições da barra para receber os navios. A medida adotada foi a de estimular, por meio de concessão de vantagens para quem o fizesse, a instalação de uma companhia de reboque a vapor. (Silva, 1992, p.50; Fortes Neto, 1955, p. 15).

No plano nacional, desde a segunda metade do século XIX, várias cidades brasileiras tinham passado por profundas transformações. A difusão das idéias do liberalismo econômico e o pensamento progressista do Barão de Mauá influenciaram muitas atitudes no país e é contemporânea ao pensamento que funda a cidade de Aracaju. Partia do entendimento de que o desenvolvimento econômico da província seria condição primordial para sua melhoria material, para a modernização das cidades e para transformações sociais, - mesmo que essas últimas se restringissem às elites, favorecendo sua distinção em meio aos vários grupos sociais.

²⁴A região do vale do Cotinguiba compreende na atualidade 18 municípios sergipanos. No século XIX representava a região mais produtora de açúcar a exemplo de Laranjeiras, Maruim, Santo Amaro e Riachuelo. Aracaju localiza-se na própria região do Cotinguiba, cujo Rio Sergipe na época, por falta de um melhor conhecimento da hidrografia local, era denominado também por rio Cotinguiba. A fundação de Aracaju e, sobretudo, sua elevação à categoria de capital é vista por muitos historiadores como resultado de um choque político e econômico, da luta entre senhores de engenho do norte e do sul da província, ou seja, entre o Vale do Vaza Barris e o Vale da Cotinguiba. Nesse sentido, a concretização de Aracaju é referenciada como a vitória desse último. (Silva, 1992; Oliva; Santos, 1998).

²⁵Essa justificativa prevaleceu na historiografia sergipana. Os motivos econômicos para a criação de Aracaju não só figuram como elementos que por si só justificam a mudança da capital tanto nos relatórios provinciais, quanto na abordagem dos historiadores que deles se apropriaram. No “*Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura de sua sessão ordinária no dia 1º de março de 1855*” (p. 13-14. Biblioteca Nacional) reunida em Aracaju, o presidente da província Ignácio Joaquim Barbosa tratou dos problemas dos trapicheiros da Bahia e das fraudes que praticavam na pesagem do açúcar sergipano, como também, tratou do problema da arrecadação dos impostos que essas práticas dificultavam. Segundo J. Calazans Silva, a passagem do açúcar pelos portos da Bahia encarecia a arroba do produto sergipano em 400 reis. Com exceção de Felisbello Freire em sua história de Sergipe escrita em 1891 (1973), que viu na criação de Aracaju um ato de decadência do Império, grande parte da bibliografia sobre o tema naturaliza o processo econômico que fez parte da fundação de Aracaju, inserindo-o em uma cadeia de acontecimentos evolutiva e necessária. Além de Calazans Silva (1992), podemos destacar: Loureiro, (1983); Forte Neto (1955); Porto (1991), Ribeiro (1989); Diniz (1987).

Inácio Barbosa era um homem evoluído para seu tempo. Da estirpe dos Mauás, estava anos adiantado à mentalidade da grande maioria. Ele sabia que o progresso de uma região estava diretamente subordinado ao escoamento de sua produção e seu aumento dependendo, em grande parte, das possibilidades e facilidades da distribuição. (Fortes Neto, 1955, p. 14)

O primeiro a inserir a discussão da fundação da cidade de Aracaju na dimensão dos acontecimentos nacionais, especialmente ligados a figura do Barão de Mauá, ainda na década de 1940, foi J. Calazans B. Silva (1992), logo seguido por outros como Bonifácio Fortes Neto (1955). Outras mudanças no período também foram destacadas, ainda no plano nacional, como a (1) tranquilidade política iniciada com o segundo Reinado, o que favoreceu um maior diálogo entre as elites políticas locais se comparado com o período anterior (regência); e (2) a nova concepção de cidade que substituiu o modelo medieval de cidade-fortaleza pela de porto-comercial, o que altera a maneira de projetar o espaço das cidades que agora se insere na lógica do capital.

O segundo sentido da fundação de Aracaju se inscreve exatamente nessa última assertiva apresentada: a nova concepção de cidade. Ela deveria obedecer a um novo projeto de desenvolvimento econômico e de modernidade. Para os que defendiam a fundação de Aracaju, não bastava a construção de uma cidade, ela deveria ser capital. Assim, o pensamento urbano que legitima o sentido da cidade soma-se com aquele que dominou o pensamento econômico urbano, sobretudo francês, desde o antigo regime: o ideário da cidade-capital: espaço de fluxos, circulação, acessibilidade, fluidez e centralidade²⁶. (Salgueiro, 2001a; Lepetit, 2001).

Ao contrário de muitas cidades brasileiras, Aracaju surgiu – enquanto cidade e capital - por força de uma única resolução provincial de nº. 413, de 17 de março de 1855, em terras com predominância de manguezais, alagadiços e dunas, cuja infra-estrutura mínima para comportá-la não existia. Em outras palavras, a cidade, enquanto espaço

²⁶ De uma outra maneira, J. Calazans também escreve sobre a importância econômica de uma capital. De acordo com ele, para o pensamento do século XIX, a situação das metrópoles provinciais deveria ser estratégica. “A capital deveria exercer um forte controle sobre as diversas regiões econômicas da província. Assim aconteceu em Alagoas e no Piauí. O porto de Maceió venceu, em 1839, a velha cidade de Alagoas, e Terezina, localizada à margem direita do rio Parnaíba, o grande rio da região derrotou, em 1852, Oeiras, situada em um pequeno vale à margem do riacho Mocha”. (Silva, 1992, p. 64). Essas mesmas observações a respeito de Maceió e Teresina são apresentadas pelo Jornal Correio Sergipense de 23 de Maio de 1855 em matéria elogiando e justificando o ato do presidente Inácio Barbosa de transferir de fundar a cidade-capital Aracaju

construído historicamente pelas relações travadas entre os homens, não foi uma realidade para Aracaju. Nas afirmações de Nascimento (2006a, p. 3), representou “em seu conjunto, a mais importante obra de Engenharia que Sergipe conheceu em toda a sua história” e o início de “um processo permanente de desequilíbrio ambiental que marca a história de Aracaju”.

Seu modelo, sua configuração espacial não pode ser encontrado em nenhuma cidade sergipana, corresponde aos ideais de uma racionalidade técnica e utópica, de uma nova maneira de entender as cidades e de operar sobre o espaço, herdada, sobretudo, do pensamento europeu. Sua condução foi confiada inicialmente ao saber do engenheiro Sebastião José Basílio Pirro e contou com os serviços do engenheiro Francisco Pereira da Silva. No projeto de Basílio Pirro, a cidade foi traçada em estrutura urbana ortogonal bem simplificada: 32 quadras simétricas de 110m x 110m (55 braças de lado), separados por vias de medidas iguais de 13,20 metros (60 palmos), prevendo uma extensão do projeto para 1.188 metros (540 braças) iguais nas direções norte, oeste e sul a partir da atual Praça Fausto Cardoso. (Nascimento, 2006a, p. 3; Nogueira, 2004, p. 158; Fortes Neto, 1955, p. 27; Porto, 1991, p. 30;).

Embora existisse uma rigidez no traçado das quadras, não existiu uma definição do tamanho dos lotes nelas. Essa preocupação também não vai ser encontrada no conjunto de leis que se seguiram a edificação da cidade (posturas). A rigorosidade do plano Pirro, em quadrados tal como um tabuleiro de xadrez representou uma de suas várias apropriações do pensamento urbano moderno e significou uma das peculiaridades do desenvolvimento inicial de Aracaju, demonstrando o início complexo da relação entre desenvolvimento, natureza e sociedade.

A aplicação do plano Pirro ao sítio escolhido para a cidade, contudo, demandou um esforço muito grande. As condições do sítio escolhido para sua fundação marcaram profundamente sua história e a historiografia que a contempla. A natureza se tornou uma constante nos relatos sobre a cidade, seja nos relatos de época, ou mesmo nos que foram reescritos contemporaneamente. Bonifácio Fortes a resume:

A praia do Aracaju em 1855 era uma estreita faixa de terra muito baixa e alagável entre dunas, mangues e pântanos. Sua vegetação era de cajueiros,

aroeiras, cambuís, cambucás, gobirabas e alguns coqueiros. A praia do Aracaju era a água. Da água parada e da água dos riachos, do mangue e do rio ninguém escapava. (Fortes Neto, 1955, p.23)

A simplicidade do traçado formulado por Pirro dava-lhe a mesma facilidade de reprodução e continuidade, entretanto, ele não foi traçado a partir das condições topográficas de todo o sítio. Diante das características da sua natureza, demandou fortemente a necessidade de aterramentos para construção das edificações e ruas, o que exigiu constante mão de obra. De acordo com Adriana Nogueira (2004, p. 156) havia parte considerável do terreno da cidade que poderia sofrer constantes inundações, dificultando o escoamento das águas das chuvas, visto que em muitas partes a cota de nível era baixa ou mesmo zero²⁷.

Manuel dos Passos de Oliveira Teles (1913, p. 49) revela que o antigo povoado Santo Antônio do Aracaju, para onde a capital estava sendo transferida, compreendia três zonas distintas: Santo Antônio, ao norte; Olaria, ao centro e Barra do Poxim, ao sul. O primeiro possuía uma pequena povoação e uma capela e se localizava no alto de uma colina, importante para os primeiros dias da capital. Mas não foi ao norte o local escolhido para a edificação da cidade, mas o centro, uma região de planície com características diferentes da anterior. (ver Figura 02).

²⁷ No “*Officio da Comissão nomeada para dar seu parecer acerca das condições hygienicas da capital do Aracaju*”, em 1856. (Arquivo Nacional) O tema das inundações por águas pluviais também era recorrente: “É o Aracaju como se sabe, assentado sobre uma planície de terreno pela maior parte arenoso e que apresenta muitos alagadiços e charcos já formados pelas águas pluviais, já pelas águas salgadas por ocasião das marés grandes” (p.8).

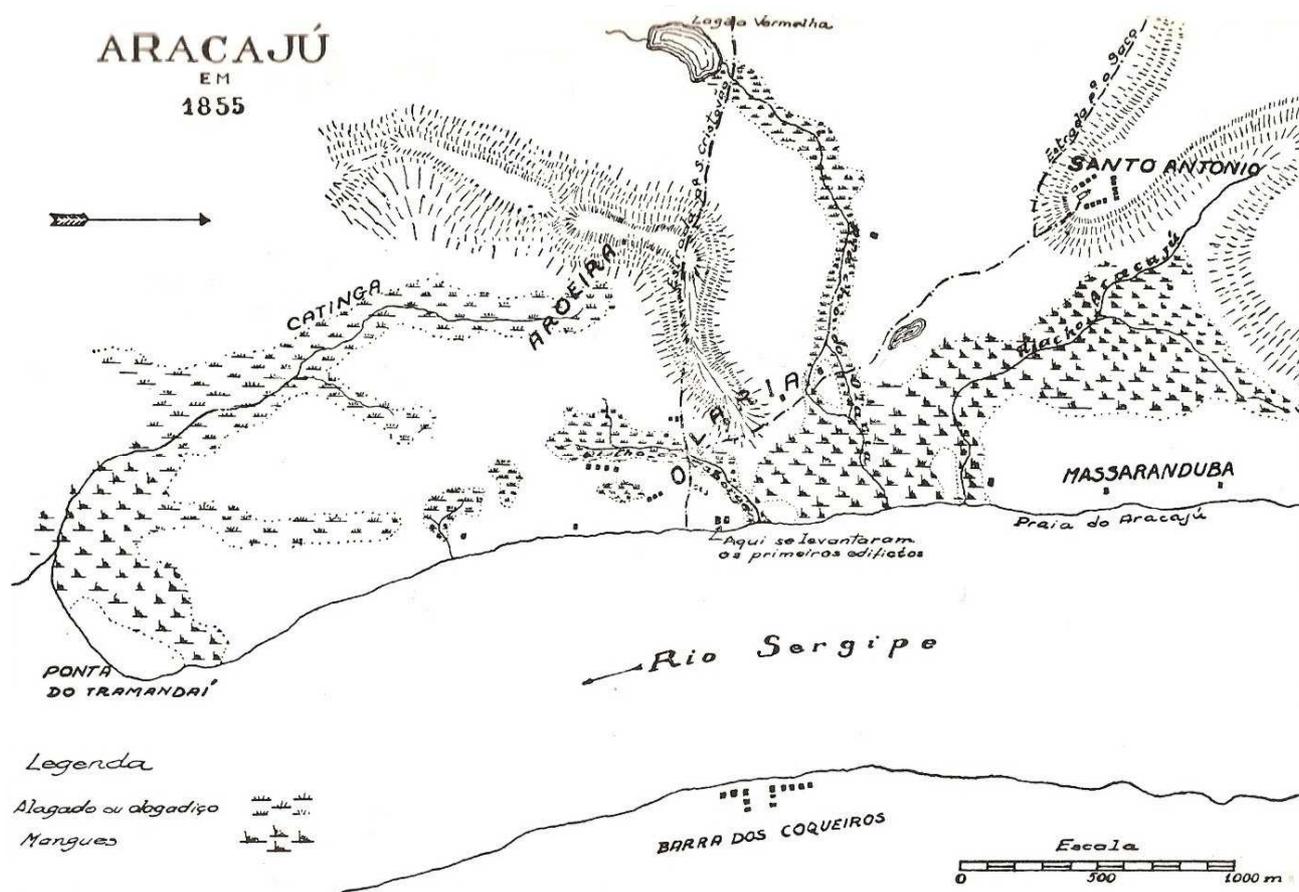


Fig. 2 – Planta do sítio do Aracaju em 1855.

Fonte: Porto, 1991, p. 18

O Engenheiro Pirro lia com rigidez geométrica e, por vezes inflexível, o traçado da cidade²⁸. Nos primeiros meses, após a resolução que funda Aracaju, começaram os

²⁸ Pirro reclamava das dificuldades de se fazer cumprir o alinhamento da cidade dentro do plano estabelecido, visto que os proprietários se recusavam a obedecê-lo, alguns deles com bastante influência política. Pirro possuía alguns inimigos, um deles, por exemplo, foi o Dr. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, cuja casa na rua de Estância se encontrava em ângulo diferente daquele estabelecido pelas quadras da planta da cidade. Pedia que se alinhasse, mas intercedia ao presidente da Província, na época: Manoel da Cunha Galvão (ofício de 30 de abril de 1859. In.: Porto, 1992, p.47-49). Alguns dos ofícios expedidos pelo Engenheiro Pirro podem ser encontrados no Arquivo Público Municipal de Aracaju (APA) e no Arquivo Público do Estado de Sergipe. Silva (1992), Porto (1991) e Fortes Neto (1955) Falam da rigidez do plano e o criticam.

trabalhos de roçagem, alinhamento das ruas e colocação dos marcos, concomitante com os serviços de aterramento da nova capital²⁹. Contudo, o plano teve que ser modificado em alguns de seus pontos.

A pedido do presidente Inácio Barbosa, a linha de praia deveria seguir o curso do rio e não ser retilínea como Pirro havia traçado. Existia o interesse em conceder aforamento da marinha. Outra modificação, que fugia a rigidez do quadrilátero, foi o traçado da estrada que ligaria a cidade a colina de Santo Antônio, o antigo povoado ao norte do plano (Estrada Nova, atual Av. João Ribeiro), onde o próprio Pirro se encarregou de traçar retilínea. (Fortes Neto, 1955; Silva, 1992). Foi levado em consideração ao escolher o local para criação da cidade, além de sua capacidade de conexão com outros municípios, suas possibilidades de expansão³⁰, entretanto o plano Pirro limitava-se a reger, inicialmente, os projetados quarteirões, bem como sua área de expansão inicial (1.188 metros que partiam da atual praça Fausto Cardoso), tornando-se estas terras as mais valorizadas e caras do período.

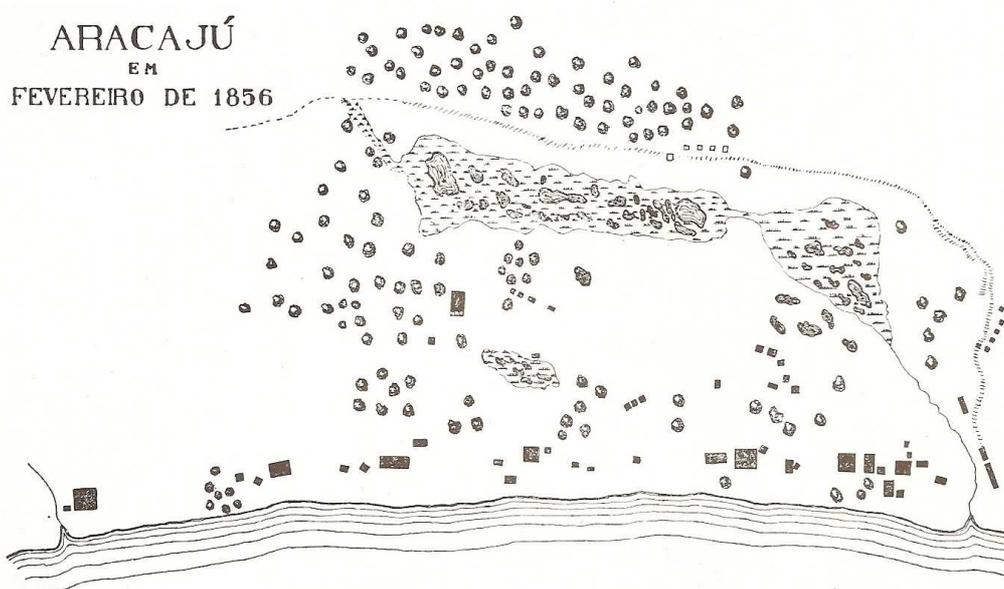
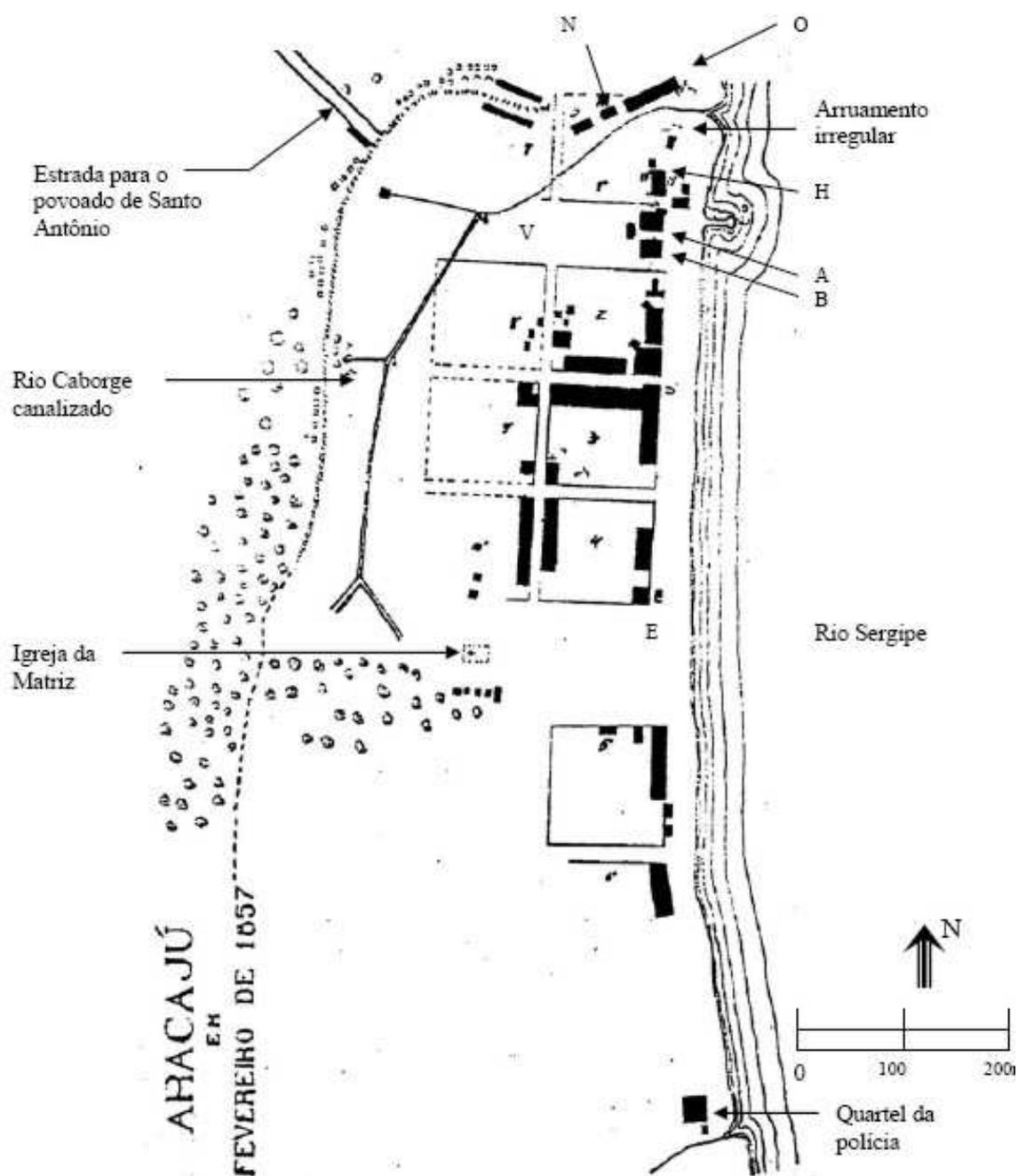


Fig. 3 – Cópia da Planta do Engº Francisco Pereira da Silva

Fonte: Porto, 1991, p. 40

²⁹ De acordo com o que comunica o jornal *Correio Sergipense* de 13 de junho de 1855, referindo-se ao expediente de 16 de maio do mesmo ano (CD-ROOM, PDPH/UFS). O *Correio Sergipense* foi um jornal importante do período, pois funcionava como uma espécie de diário oficial da província de Sergipe. Algumas medidas tomadas pelo presidente da província, bem como algumas resoluções são apresentadas pelo referido periódico. Encontra-se nele o pagamento dos serviços de alinhamento, aterro e demarcação de ruas tanto do engenheiro da província Basílio Pirro, quanto dos funcionários que trabalharam nos aterramentos e aberturas de ruas.

³⁰ *Correio Sergipense* de 23 de maio de 1855 (CD-ROOM, PDPH/UFS)



LEGENDA: A- Alfândega; B- Mesa de Rendas; E- Palacete da Presidência; H- Tesouraria da Fazenda; O- Barracão da Tropa de Linha; N- Enfermaria Militar; V- "Vala da Cidade".

Fig. 4 – Planta do Plano de Pirro pelo Engº Francisco Pereira da Silva.
Fonte: Porto, 1991, p. 41. In: A. D. Nogueira, 2004, p. 157.

A mão de obra utilizada para dar forma à cidade a partir do ano de 1855 veio de variados locais da província, dentre eles muitos trabalhadores rurais, agricultores que deixaram suas funções para trabalhar nos serviços urbanos exigidos pela montagem da nova capital. A historiadora Maria da Glória Santana de Almeida (1978, 1991), revela que só no ano de 1855 Aracaju recebeu mais de 200 homens vindos do interior, o que prejudicou na província o abastecimento de alimentos.

A estatística da população da província extraída do recenseamento realizado em todas as freguesias pelos delegados e subdelegados de polícia no final do ano de 1854 e oferecida ao público em 23 de maio de 1855 apresenta a população sergipana com um total de 132.640 habitantes, sendo 66.561 do sexo masculino e 66.079 do sexo feminino. Desses 100.192 eram livres e 32.448 escravos. Dos livres 70.488 eram adultos e destes 30.630 casados e 29.704 menores. A população livre encontrou-se assim dividida³¹:

Trabalhadores	Qtd
Agricultores	19623
Negociantes	940
Carpinas	836
Pescadores	744
Vaqueiros	570
Alfaiates	452
Sapateiros	363
Empregados públicos	217
Criadores	206
Ferreiros	167
Náuticos	161
Caixeiros	157
Pedreiros	107
Ourives	99
Mestres de açúcar	85
Serradores	77
Oleiros	69
Curtidores	66
Purgadores de açúcar	52
Músicos	45
Fogueteiros	26
Barqueiros	25
Funileiros	13
Pintores	10
Ocupações diversas	464

Tabela 1 Ocupações dos habitantes de Sergipe em 1854

Fonte: Correio Sergipense de 23 de junho de 1855

³¹ Informação construída a partir dos dados apresentados pela estatística provincial de 1855, publicada no Correio Sergipense de 23 de junho de 1855. (CD- ROOM/ IHGS).

No caso específico de Aracaju, o mapa apresentado pela delegacia da capital não revela com precisão o número total de pessoas na cidade, visto que ao apresentar os dados por quarteirão ressalta que o inspetor do primeiro quarteirão não incluiu muitos dos trabalhadores que se achavam presentes, por esses declararem que ao final do contrato retornariam para suas residências. Esse mapa³² traz uma classificação importante para entendermos as características dos primeiros habitantes de Aracaju. Ao total, entre livres, escravos e estrangeiros temos 1.484 habitantes na cidade. Loureiro (1983) afirma que quatro anos mais tarde (1860) a população de Aracaju chegou a cinco mil habitantes.

MAPPA ESTATISTICO													N. 2.
da população livre e escrava do districto da subdelegacia da capital do Aracajú.													
SUBDELEGACIA	QUARTEIRÕES	SEXOS		CONDIÇÕES		LIVRES						OBSERVAÇÕES	
		HOMENS	MULHERES	LIVRES	ESCRAVOS	NACIONAIS	ESTRANGEIROS	ADULTOS	MEIORES	CASADOS	SOLTEIROS		TOTAL
CAPITAL DO ARACAJÚ	1.	307	314	543	78	540	3	312	191	201	342	621	Nesta subdelegacia existem 165 Agricultores 7 Alfiates 45 Nauticos 10 Pedreiros 28 Carapinas 2 Ferreiros 8 Pescadores 2 Oleiros 16 Negociantes 1 Boticario 47 Empregados publicos 1 Advogado 2 Sacerdotes 1 Proprietario d'engenho 1 Medico 1 Purgador 2 Sapateiros 1 Encadernador
	2.	89	81	95	75	95	—	63	32	40	55	170	
	3.	65	52	110	7	110	—	90	20	43	67	117	
	4.	63	78	120	21	120	—	63	57	18	102	144	
	5.	65	56	106	15	106	—	66	40	15	91	121	
	6.	95	113	118	90	117	1	73	45	40	78	208	
	7.	46	60	99	7	99	—	69	30	27	72	106	
SOMMA		730	754	1191	293	1187	4	736	415	384	807	1484	

Subdelegacia da capital do Aracajú 14 de Junho de 1856.

O subdelegado
Antonio Pedro Machado de Araujo.

Fig.5 - Fac-simile do Mapa Estatístico de Aracaju em 1856

Fonte: Relatório da Assembléia Provincial de Sergipe de 2 de julho de 1856.

³² “Relatório com que foi aberta a sessão da undécima legislatura da Assembléia provincial de Sergipe no dia 02 de julho de 1856 pelo excellentíssimo presidente Doutor Salvador Correia de Sá e Benevides”. Bahia: Tipografia de Carlos Poggetti, 1856. (Biblioteca Nacional.)

No mapa (Fig. 5) verificamos um número elevado de agricultores. É bem possível que muitos dos trabalhadores que vieram para construir a cidade não tenham retornado para seus municípios. Sem muitas opções de moradias, surgiram fora dos quadrados projetados por Pirro arruamentos irregulares e uma periferia composta por uma população diversificada³³. (ver arruamento irregular nas Figuras 4 e 7).

As terras do Aracaju já tinham valorizado bastante com a criação da cidade. Nos anos de 1870, quando já contava com repartições públicas e uma mínima estrutura administrativa se estabelecia, as disputas judiciais sobre as terras do Olaria, na qual a cidade foi edificada, intensificaram-se. No arquivo do Judiciário de Sergipe, vários dos processos encontrados sobre disputa de terras ou sobre exploração das mesmas durante as primeiras décadas da nova capital referem-se às terras do Olaria³⁴. Desse modo, entendemos que

Foi nas cidades, e nesse período, que se verificou também uma outra faceta do enraizamento acelerado do capitalismo moderno. Trata-se da emergência de um mercado urbano de terras [...]. Transações com terras e moradias tiveram lugar no Brasil desde o século XVI. O que ocorreu de novo, no final do século XIX – e nas grandes cidades – foi que ambas se transformaram rapidamente em ativo financeiro. (Abreu, 2001, p. 36)

Também podemos observar na figura 5 que o segundo maior contingente de trabalhadores em Aracaju eram funcionários públicos³⁵, isso se explica pelos estímulos que

³³ Sobre essa população diversificada escreveu Robert Avé-Lalleman quando esteve em Aracaju em 1859. Em seu registro o viajante Alemão se impressiona com o ritmo das obras da nova capital e com a presença da população escrava nas ruas. (Avé-Lalleman, 1980).

³⁴ Arquivo do Judiciário de Sergipe (AGJ): **AJU/C. 1º Cx 01/2198** - refere-se ao sítio olaria onde foi edificada a cidade de Aracaju (28/10/1879); **AJU/C. 1º Cx 01/2228** - Posse de um sítio de terras do lado esquerdo da estrada que vai do centro ao povoado Santo Antônio (05/10/1892); **AJU/C. 1º Cx 01/2139** – Posse de terra em Aracaju, medição realizada em 11/02/1859; **AJU/C. 1º Cx 01/2139** – Posse de terras no olaria do Aracaju em 15/06/1878; **AJU/ 1ª V.CR Cx. 2556** Processo crime: Homicídio e Tentativa de Homicídio envolve destruição de marcas de divisão de terras na praia do Maçaranduba (Bairro Industrial), em 17/10/1877; **AJU/2º OF. Cx. 01-2228**: Ação Possessória - requerem pagamento pela ocupação dos indivíduos listados como réus em suas terras, que correspondem a Olaria do Aracaju (28-10-1879); **AJU/2º OF. Cx. 01-2228 - Ação Possessória** — Os autores requerem restituição da posse de terras suas (11-10-1892); **AJU/2º OF. Ação Possessória – Cx. 01-2228** – demarcação não amistosa de terreno comprado (19-10-1893); **AJU/C. 1º Cx. 01/2228** – Ação de possessória - invasão para construção de casas. Posse de um sítio ao lado da rua ainda em formação de Nossa Senhora das Dores

³⁵ Os dados visualizados na figura 5 que trata do número de funcionários públicos contraria aqueles apresentados por Alexandre Diniz (1987, p. 72). Diniz mostra uma quantia de 25 funcionários públicos em São Cristóvão e apenas dois em Aracaju no ano de 1872 (uma tentativa de lê uma possível resistência contra a mudança da capital pelos são-cristovenses). Contudo, embora o mapa da figura 05 seja do ano de 1856, e apresente os Empregados Públicos como a segunda maior categoria profissional em Aracaju (47 trabalhadores), entendemos que as medidas tomadas pelo governo para incentivar as edificações e moradias na cidade, bem como o funcionamento de alguns serviços públicos, adaptação de funcionamento e

o governo provincial vinha dando para a aceleração das construções na cidade, conforme nos deixa entender a resolução nº. 444 de 26 de agosto de 1856:

Art. 1º Fica aprovado o acto, pelo qual o presidente da provincia [Salvador Correia de Sá e Benevides] adiantou à alguns Empregados Públicos provinciaes um anno de seus ordenados para a edificação de casas para habitarem nesta capital.

Art. 2º. O mesmo presidente fica autorisado a conceder sob as mesmas clausulas e cautellas igual beneficio à todos aqueles Empregados Provinciaes que d'elle se quizerem utilizar³⁶.

Um mês antes o mesmo presidente da província isentou do pagamento da Décima Urbana³⁷, por um espaço de dez anos, os prédios compreendidos na cidade do Aracaju, cuja edificação fosse concluída até o ano de 1861³⁸. O governo justifica essa medida no relatório do mesmo ano (1856), tal atitude aponta algumas dificuldades encontradas no período:

Tem cessado os embaraços de todo o gênero que tem atropelado o serviço das repartições, já pela mudança da Capital, e falta dos necessários commodos na repartição, já *pelas enfermidades de que constantemente erão accommettidos* os empregados, &c., [...]. Acho justa a idea apresentada no relatório do digno inspector de dispensar do imposto da décima por alguns annos aquelles que na Capital *edificarem, segundo o plano municipal*, sendo extensivo este beneficio somente aquelles que apresentarem os edificios promptos até o último de Dezembro de 1857³⁹.

Foram difíceis os primeiros dias da capital. O Cólera-Morbus que tinha se espelhado pelo mundo chegou a Aracaju justamente no ano de sua fundação, o que contribuiu para diminuição do ritmo da obras, e para um acentuado número de mortes. (Santos Neto, 2001; Cardoso, 2002). Além do cólera-morbus, as muitas e indefinidas febres também representaram um elemento negativo ao trabalho na nova capital (Santana,

edificação de outros tantos não tenham sido capazes de reduzir consideravelmente o número de funcionários públicos no ano de 1872 em relação ao de 1856, conforme apresentado por aquele autor.

³⁶ SERGIPE. Resolução n. 444, de 26 de agosto de 1856. Aprovando o acto pelo qual o Presidente da Província adiantou a alguns Empregados Públicos provinciaes, um ano de seus ordenados para edificarem casas nesta capital. *Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe*. 1853-1858. Aracaju: Typ. Provincial, p. 34. (Biblioteca Pública Epifâneo Dórea/ BPED).

³⁷ Imposto criado no Brasil em 1808 também denominado por “Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos”. Seria uma espécie de antecessor do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

³⁸ SERGIPE. Resolução nº 430 de 31 de Julho de 1856. Isenção de décima urbana paor espaço de dez anos. *Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe*. 1853-1858. Aracaju: Typ. Provincial, (Biblioteca Pública Epifâneo Dórea/ BPED).

Resolução nº 430 de 31 de Julho de 1856

³⁹ Relatório com que foi aberta a sessão da undécima legislatura da Assembléia provincial de Sergipe no dia 02 de julho de 1856 pelo excellentíssimo presidente Doutor Salvador Correia de Sá e Benevides”. Bahia: Tipografia de Carlos Poggetti, 1856. (Arquivo Nacional – Grifo Nosso)

2001). A política de incentivo à edificação em Aracaju, cuja isenção do Imposto da Décima Urbana fazia parte, foi construída levando-se em consideração essas questões.

De acordo com o relatório de 1856, a isenção da Décima Urbana estava submetida à obediência ao plano municipal no momento de se construir, o que em outras palavras resumia-se em respeitar as orientações municipais quanto ao alinhamento das edificações e ao seu perfil construtivo dentro das quadras projetadas por Pirro. A política de estímulos às edificações não possuiu resultados capazes de modificar a fisionomia urbana da cidade, mesmo quando - segundo dados encontrados em Nogueira (2004, 164) - em 1890 Aracaju já contava com 16.336 habitantes.

Anos mais tarde, em 1910, para estimular as edificações e diminuir o número de terrenos baldios na área projetada da cidade, o governo do Estado tomou algumas medidas semelhantes àquelas adotadas pelo governo provincial em 1856, ou seja, concedeu isenção do pagamento de Imposto Predial, durante seis anos, as casas construídas em terreno baldio dentro do período de 1910 e 1912 na cidade de Aracaju desde que as plantas fossem aprovadas pelo governo⁴⁰, o que entendemos como uma continuidade do problema dos terrenos baldios na cidade.

Contudo, ao longo que se edificavam os prédios para as atividades administrativa, política e religiosa, ao tempo que se intensificaram as áreas aterradas e se abriam ruas, levantaram-se residências e casas comerciais, de modo que a cidade começou a tornar-se um espaço inteligível. De Certeau, (1994, p. 177) afirma que o caminhar cria mapas urbanos, “é um processo de *apropriação* do sistema topográfico pelo pedestre”.

⁴⁰ SERGIPE. Lei n. 574 de 14 de novembro de 1910. Isenta de imposto predial e outros impostos as casas que forem construídas nesta cidade em terreno baldio dentro de dois anos a partir da data de promulgação desta lei. *Collecção de leis e decretos de 1910*. Aracaju: Typ. de ‘O Estado de Sergipe’, 1912 (Arquivo Público do Estado de Sergipe/ Fundo Diversos-Sergipe, Caixa 02, Ficha 013. Biblioteca Pública Epifâneo Dórea/ BPED). Essa lei de 1910 também isenta de outros impostos sobre material de construção para prédios importados, em outras palavras de estilo eclético.

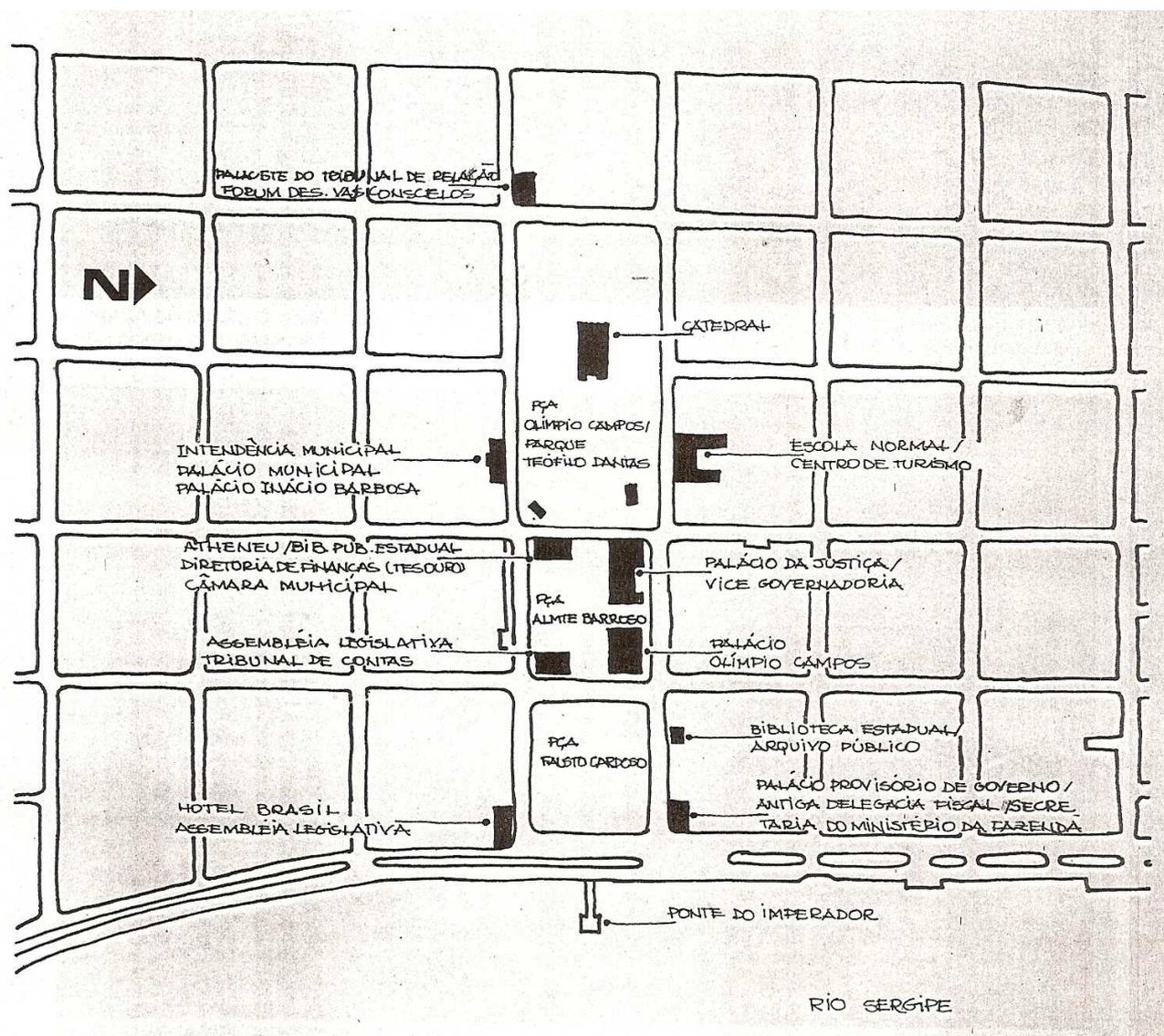


Fig. 6 O quadrado Pirro e Alguns edifícios do poder político-administrativo- religioso. (Alguns nomes estão atualizados)

Fonte: Barboza, 1992, p. 38.

De acordo com Adriana Nogueira (2004), nesse contexto foi se definindo zonas de integração global na cidade, capazes de concentrar as maiores movimentações de atividades e uma maior conectividade entre elas e seus usuários, seja entre aqueles que habitam o espaço da cidade ordenada, quanto os que se estabeleceram em sua periferia, cujo processo ordenador do início de Aracaju não conseguiu modificar.

O núcleo de integração de Aracaju, neste período de 1890, não se caracteriza como uma área convexa como ocorre em outras cidades brasileiras em seu período de ordenamento inicial, como por exemplo de Recife e Porto Alegre, que apresentam uma espécie de “anel” de vias mais integradas em seu núcleo. O núcleo integrador de Aracaju é representado, única e exclusivamente, por uma via axial (rua Itabaiana –Itabaianinha – antiga rua da conciliação), a mesma que possibilita uma maior acessibilidade a todos os locais da cidade. (Nogueira, 2004, p.171)

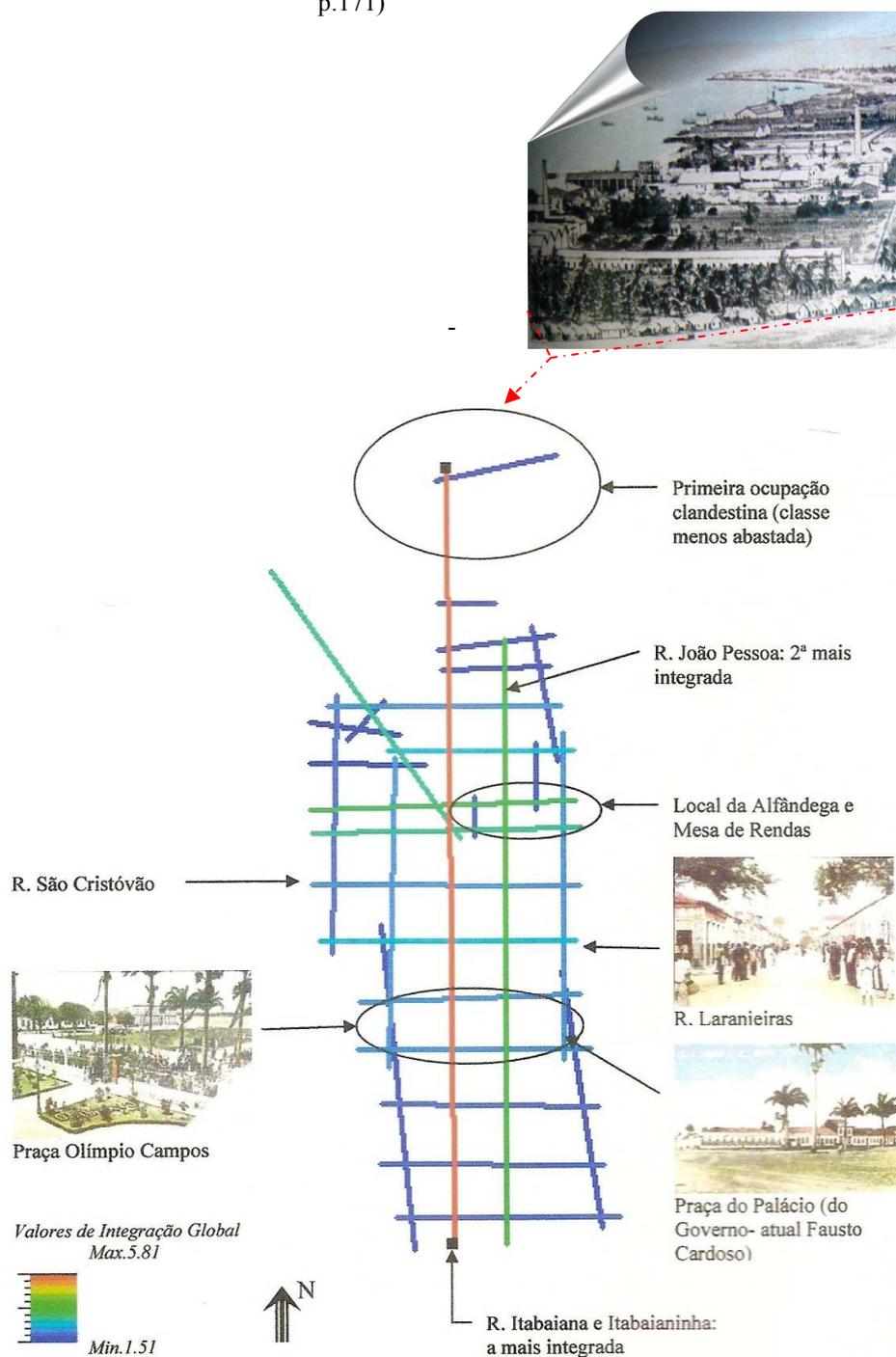


Fig. 7. Vista do Morro do Urubu /Integração Global de Aracaju em 1890

Fonte: Chaves (2002) / Nogueira (2004, p, 168)

As dificuldades encontradas para se edificar a cidade foram uma constante nos relatos e documentos da época e possibilitaram a elaboração de uma representação negativa da natureza. Importante considerarmos essas questões para entendermos algumas das possíveis formas que as noções de desenvolvimento exerceram sobre as perspectivas de futuro traçadas no percurso histórico de Aracaju.

No pensamento que se formou, o desenvolvimento da cidade deveria acontecer negando o passado e negando a natureza. Nas duas negativas, encontramos uma afirmação: a cidade moderna como um constante devir cuja arquitetura foi delegado o poder de substituir a natureza. De alguma forma, as apropriações realizadas sobre a natureza da cidade pelos diversos saberes que nela operam acabaram por naturalizar essas questões e por entendê-las como parte do processo evolutivo da cidade.

3.2. A CIDADE CONTRA A HISTÓRIA E A NATUREZA

Foi mesmo uma verdadeira subversão política econômica e social: deslocou para o norte o centro da gravidade da política local; aterrou o intercâmbio das mercadorias e fez declinar núcleos até então florescentes; criou a primeira “cidade livre” de Sergipe. De fato a civilização que se desenvolveu no Aracaju não tinha, como as demais, compromissos com a terra e seus senhores. Os que aí se estabeleceram pisaram terreno neutro, não alimentaram preconceitos, todos se igualaram na luta contra o meio hostil. (Porto, 1991, p. 16)

De acordo com Michel de Certeau (1994, p. 173), a cidade enquanto conceito operatório, instaurada pelo discurso urbanístico, estabelece como uma de suas tríplices operações “um *não tempo* ou um sistema sincrônico para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições: estratégias científicas unívocas, possibilitadas pela redução niveladora de todos os dados”, encontrando significado somente na própria idéia que a criou.

Nesse sentido, ela se constrói também por um processo de adequação de sentido as práticas de seus usuários por um processo de normatização. Ela se insere nas representações dos profissionais que a fundaram. No século XIX, em particular, o pensamento sobre as grandes cidades discutiu com bastante recorrência as possibilidades de múltiplas intervenções sobre o espaço construído e sobre o papel do Estado nesse contexto. Sua operacionalização se deparou com dois tipos de pensamentos, que inicialmente disputaram à primazia do conhecimento sobre as cidades: o saber médico e o saber da engenharia.

No caso aracajuano, as intervenções ocorridas comportaram os dois pensamentos. No entanto, a forma como se processou sua composição espacial, e o processo normatizador elaborado para seu controle e manutenção, definiu-se década a década por um ação constante de autodestruição construtora, negando qualquer sombra de decrepitude que as marcas do tempo pudessem imprimir.

A afirmação de que Aracaju não possuiu os vícios de uma cidade histórica, apontadas pelas palavras de Fernando Porto acima referenciadas, possui sintonia com as apresentadas pelo governo provincial de Sergipe, no Correio Sergipense de 23 de maio de 1855, ao rebater as críticas feitas pelos que foram contrários a mudança:

O exm. Presidente da província de accordo com os Escolhidos da Província fizerão transferir a Capital da Província para o Aracaju sem lamentarem a perda da Casa de mercado de São Cristóvão em que não havia que vender, sem lamentarem a perda da Cadêa, únicos edificios públicos, que possuía esta velha Cidade, que já vergava o dorso sob o peso de seus duzentos e tantos annos com todo o aspecto da decrepitude sem ter tido jamais a gloria de ter sido cortejada como jovem e bella.

Essa amnésia histórica proposta para a cidade moderna atua como um elemento disciplinador poderoso e como um discurso perigoso que permeia as palavras e as práticas dos diversos saberes que atuam sobre o ambiente complexo das cidades, além de prefixar outros conceitos operatórios: (1) criação de um *sujeito universal* e anônimo: a cidade (2) “a produção de um espaço *próprio*: [...] Racional deve portanto recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam”. (Certeau, 1994, 173).

Além da ausência de um pensamento culturalista (que mal emergia nos países europeus), todo o processo de fundação é contrário à idéia de continuidade histórica. Numa região marcada pelos estigmas do passado “espontâneo” das cidades montanhosas, “pensar o sítio” consiste, sobretudo, em fazer desaparecer seus traços”. Assim, a planta da cidade moderna deve implicar a tábula rasa da aglomeração existente, a antítese com a imagem da cidade antiga que ela substitui. (Salgueiro, 2001, p. 158)

No caso de Aracaju, especialmente, não são as regiões montanhosas que a caracterizam, mas os manguezais, dunas e as águas estagnadas. A cidade-capital construída em planície se edifica como antítese da antiga capital sergipana São Cristóvão.

O historiador Felisbello Freire, em 1891, na crítica mais forte desenvolvida contra a edificação de Aracaju, reconhece nos atos do presidente que a concretizou o propósito de negação da história. A medida da fundação da cidade e sua elevação a capital são apontadas como medidas negativas e “atentatórias” para a história de Sergipe. Representa, não obstante, o primeiro e quase isolado historiador a se posicionar contrariamente a existência de Aracaju⁴¹.

Uma outra questão importante é que além da história, a cidade surge contra a natureza. Ela se afirma na idéia de progresso e na supremacia da técnica sobre o ambiente. Nesse sentido, a arquitetura possuiu um papel preponderante para o pensamento que guia as práticas urbanas: ela se estabelece como “a imagem urbana” capaz de corrigir a “imperfeições naturais”.

⁴¹ De acordo com Felisbello Freire (1973) na medida de criação de Aracaju não se tratava apenas de se construir um porto, este poderia ter sido construído sem grandes prejuízos aos cofres públicos, uma vez que seria menos oneroso construí-lo em cidade já existente e com aparato urbano edificado, que construir uma cidade inteira para servi-lo. Interesses individuais falaram mais alto. A negação da história, da qual São Cristóvão era portadora, é um dos temas de suas críticas a origem de Aracaju. Felisbello fez uma leitura republicana do II Reinado no Brasil. Existe uma crítica ao regime monárquico ao qual ele adjetiva de anticívico e degenerescente. Este último atribui ao ato de negação de São Cristóvão e a fundação de Aracaju. Em suas palavras: “É incontestável que essa degeneração partia da instituição, da forma de governo. [...] E esse estado de decadência da sociedade, essa falta de patriotismo e de civismo de que se ressentia a população de Sergipe de então, revela-se claramente no fato de 1855, altamente atentatório à riqueza particular dos habitantes de S. Cristóvão e seu município, - a mudança da Capital para o Aracaju que então era uma praia inóspita e inabitada”. (Freire, 1977, p. 303). Manuel dos Passos de Oliveira Teles também seguiu as críticas de Felisbello Freire (Teles, 1913; Silva, 1992). Posteriormente, os escritores que se seguiram concentraram-se no debate do mérito da mudança de Aracaju: se um ato do presidente Inácio Barbosa ou do Barão de Maruim (Sebrão Sobrinho, 1955; Fortes Neto, 1955, dentre outros), mudando o foco para um viés positivo do empreendimento.

Em Aracaju, os relatos sobre a cidade nos documentos do século XIX deixam transparecer a metáfora da “luta” como recurso lingüístico importante para caracterizar a situação na qual se pensava sua formação. Contudo, a metáfora, por muito tempo assumiu uma condição diferente e se afirmou como a própria explicação da realidade. O grande inimigo, “a natureza,” precisava ser vencido para que o progresso se estabelecesse. Progresso, desenvolvimento e natureza foram por muito tempo, considerados pólos excludentes na compreensão de uma cidade moderna. A fabricação da imagem da cidade se opôs ao quadro natural aracajuano.

Uma das imagens que por excelência prefigura o discurso modernizador de Aracaju é a do seu traçado em forma de “tabuleiro de xadrez”. Embora não represente uma novidade em termos de urbanismo, correspondeu a uma maneira de pensar os espaços que ganhou projeção, sobretudo, na segunda metade do século XIX no Brasil e no mundo. A influência das transformações em Paris e a difusão de uma nova lógica de projeção das cidades foram apropriadas por diversos engenheiros e arquitetos na sua compreensão de modernidade urbana. Contudo, suas leituras quando transportadas para realidades como Aracaju ganharam contornos próprios. Ao sítio escolhido para a cidade e a seu quadro natural, os engenheiros e administradores públicos impuseram sua compreensão da cidade moderna em suas correlações com as apropriações exercidas em torno de uma elaboração teórica e ideal.

Heliana Salgueiro, por exemplo, ao tratar do plano estabelecido para Belo Horizonte do século XIX, ressaltou as dificuldades que encontraram os engenheiros para manter uma planta rígida. As condições do terreno, ondulado e cheio de acidentes naturais convergiam para que se não pensasse em uma visão planificada. Nesse caso, sem prejuízo do projeto, a arquitetura de Belo Horizonte foi pensada no sentido de aproveitar os acidentes naturais para garantir “efeitos artísticos” (Salgueiro, 2001.).

Todavia, a cidade de Aracaju não foi pensada no sentido de compor com o seu quadro natural. A leitura do Plano Pirro, seja pelo próprio engenheiro, seja pelos administradores que o interpretaram, aconteceu mantendo a horizontalidade do traçado, derrubando os areais e planificando as áreas para que se pudessem estender os traçados idealizados.

Tais atitudes revelam uma característica do desenvolvimento e expansão aracajuana que podemos encontrar nas atuais práticas urbanas da cidade. Ela inicia uma tradição de desmonte, aterramentos e desmatamento que caracteriza o seu atual crescimento. (Almeida, 2006).

Os materiais provenientes dos primeiros desmontes dos morros e dunas da cidade foram utilizadas para os aterramentos das áreas alagadiças⁴². Muitas das regiões elevadas da cidade cederam lugar para as ruas que se abriram ou que se estenderam, a exemplo do Alto de São Cristóvão e do Alto de Propriá. Dois dos morros demolidos mais referenciados pelos escritores da cidade compunham a oeste do centro da cidade o que o aracajuano das primeiras décadas do século XX conhecia como “rosário de dunas”. Eram eles: Alto da Areia (parte das dunas que ia de Rua de São Cristóvão até a rua Divina Pastora em um sentido, e em outro da Rua Santo Amaro até a Lagarto), também chamado Alto da Borborema. (Porto, 2003; Fortes Neto, 1955) e o Morro do Bomfim.

Quanto ao último, cem anos após a fundação de Aracaju a mesma prática dos primeiros meses da cidade foi empregada em sua derrubada. Formava uma região de areias que ficava na área das atuais ruas Carlos Bulmarqui, Getúlio Vargas, Divina Pastora, Geru e parte da Rua Capela, Santo Amaro e Carlos Firpo. Região de arruamento irregular com população de baixa renda. Nos dizeres do Jornal Correio de Aracaju de 16 de março de 1955: “ o morro do Bomfim, como maior obstáculo, era o espantinho dos urbanistas; assim como os alagados de marinha do bairro Industrial era o espantinho dos higienistas”.⁴³

⁴² Grande parte das obras de aterro foram realizadas pelo Eng^o Francisco Pereira da Silva. Cf.: “Relatório com que foi aberta a sessão da undécima legislatura da Assembléia provincial de Sergipe no dia 02 de julho de 1856 pelo excellentíssimo presidente Doutor Salvador Correia de Sá e Benevides”. Bahia: Tipografia de Carlos Poggetti, 1856. Arquivo Nacional – Grifo Nosso).

⁴³ Correio de Aracaju de 16 de março de 1955. Citado pelo Jornal Cinform, edição 1196 comemorativa. Março de 2006. p.07.

Rua São Cristóvão

Região do Bomfim



Fig. 8 – Região do Bomfim em 1923.

Fonte: Chaves, 2002



Fig. 9 – Desmonte do Morro do Bomfim. Início solene das obras em 1955.

Fonte: CIFORM, Março de 2006, edição n. 1196, p.7.

O crescimento da cidade, sob a leitura do desenvolvimento, tem suscitado uma discussão mais atenta às práticas que se repetem e que se reconstróem nas justificativas de intervenção sobre a natureza. Elas elaboram uma tradição de uso dos espaços na cidade de Aracaju que se reforça pela negação. Desse modo, mostra-se contraditório e produtivo, neste momento, pensar que a dialética (negação da negação) é produtora de uma prática contrária ao próprio movimento. Da negação da história e da negação da natureza produz-se a tradição de intervenção sobre a cidade (afirmação) que por si se fundamenta historicamente em práticas que se repetem, mas que embora permaneçam sob a forma de tradição, só se constrói pela negação do que constrói.

3.3. - A HISTÓRIA CONTRA A NATUREZA NA CIDADE

A história aracajuana possui seus narradores. Eles têm sido responsáveis por realizar o elo entre o passado e o presente da cidade, por transmitir os acontecimentos, tornando-os inteligíveis as pessoas a partir de linhas de raciocínio conduzidas por suas interpretações dos processos históricos. Embora recuem ao passado, sua compreensão se formula a partir de uma outra ordenação que se encontra no presente, em uma base de raciocínio extraída de concepções de mundo contemporâneas e que se esconde na própria mentalidade de quem a escreve.

A ação humana sobre o espaço físico aracajuano tem sido objeto de análise de diversos autores, seja no âmbito das ciências humanas ou sociais, como a geografia e a sociologia, ou mesmo no de uma história da cidade de Aracaju. Nesse sentido, contribuições valiosas colocaram a cidade no centro das atenções dos pesquisadores nesses 152 anos que se passaram desde sua fundação. Muitos deles sentiram-se atraídos pelas peculiaridades da história de Aracaju e dedicaram-se à análise de diversos aspectos da construção e crescimento da cidade. Contudo, os discursos, com algumas exceções, têm se repetido. A identificação da ausência de uma dimensão urbano-ambiental nessas pesquisas, por outro lado, vem sendo compensada por uma forte valorização da idéia de progresso.

Uma perspectiva teleológica perpassa a concepção de progresso, sobretudo no âmbito dos teóricos da cidade. Um referencial de modernidade e/ou um modelo de civilização estão sempre intrinsecamente vinculados a essa perspectiva de progresso. Em outras palavras, muitos pesquisadores acreditaram que o desenvolvimento de Aracaju atingiria um fim civilizatório (na última das perspectivas contemporâneas), ou alcançaria a modernidade (outro fim a que se dirigia o progresso). Encontramos, portanto, na noção de desenvolvimento um ponto em comum nas diversas narrativas existentes.

Gonçalves (2004), ao reavaliar o conceito de desenvolvimento adotado no Brasil e em outros países que o reivindicam, tem lembrado que o padrão cultural que o orienta parte de modelos homogeneizantes norte ocidental e norte americano. Tais perspectivas, faz-nos entender que as diversas leituras sobre um “real” desenvolvimento tem partido de premissas que o submetem a uma leitura ideal e o reduzem aos indicadores de crescimento econômico ou ao maior grau de recursos tecnológicos e de “modernização” das cidades.

Estendendo a análise para Aracaju, perceberemos que o conjunto das primeiras leis e procedimentos que tentaram dar condições para que ela se sustentasse enquanto espaço urbano, enquanto cidade e capital, apoiou-se nessa visão de desenvolvimento, cujo maior desafio nos seus primeiros anos foi vencer os obstáculos do terreno, das suas características ambientais, geográficas e, ao mesmo tempo, implementar o modelo de composição espacial planejado pelos cálculos da engenharia de Sebastião Pirro. Nessa maneira de entender, “a natureza deveria ser conquistada e domada e o universo remodelado, para servir aos seres humanos” (Caiden; Caravantes, 1988, p.20).

Na historiografia sergipana, o binômio sociedade-natureza foi constantemente apresentado em sua relação dicotômica refletindo a cristalizada relação de oposição, presente nas ciências, que contrapõe a natureza ao homem. No campo epistemológico, a natureza tem se apresentado como uma categoria de análise para pensar o homem e o mundo separadamente (Collingwood, 1976; Rosset, 1989). Sobre essa historiografia, Terezinha Oliva fez um balanço das produções e concluiu que dentre o seu conjunto,

Aracaju constitui um tópicos especial. Pode-se dizer que ela é, de longe a nossa cidade "que mais tem história". É por outro lado, porque a nova capital assumiu desde a sua fundação o caráter de um desafio, de um ponto focal no qual Sergipe empenhou toda a sua energia, até que se tornou num termômetro do Estado - da sua economia, do seu índice de modernidade, da sua projeção. (Oliva, 2002, p.113)

Entre seus objetos de investigação, a natureza ainda não tinha alcançado o foco das atenções, não tinha ainda possuído o privilégio de figurar como objeto de investigação histórica, de ser entendida como elemento de reflexão social. Por muito tempo, a visão cornucopiária da natureza traduziu os seus sentidos nas explicações do papel da natureza e do ambiente no desenvolvimento de uma sociedade. Tais considerações sobre a relação sociedade, natureza e desenvolvimento, não só podem ser constatadas nas construções das narrativas teóricas sobre a cidade de Aracaju, como nos permitem avaliar as perspectivas que seus estudiosos seguiram para estruturá-las.

Todavia, em alguns campos do conhecimento dentro das ciências humanas, como na história (especialmente em trabalhos regionais e locais), tais estudos, ainda que muito importantes, têm remetido a profundidade dessa relação à condição de estudos marginais, priorizando uma abordagem das transformações históricas sob a valorização da idéia de progresso, com uma forte compreensão de desenvolvimento ligado a uma concepção evolucionista. Nessa perspectiva, sociedade e natureza aparecem como elementos distintos e opostos.

Não obstante, quando aplicada à história das transformações e melhoramentos urbanos das cidades, tais clivagens hermenêuticas podem afastar o entendimento de que “na atualidade a degradação ambiental refere-se antes de tudo a um processo social que apenas pode ser compreendido (...) como uma questão socioambiental.” (Leonel, 1998, p.28), bem como, também podem construir representações e influenciar nas práticas dos indivíduos sobre a natureza, favorecendo um distanciamento da parcela de responsabilidade e de participação, que possuem, em torno dos problemas ambientais existentes e de suas resoluções. Assim, interessa-nos entender, quais as representações que se formam das apropriações realizadas pelos historiadores da cidade sobre aqueles que os lêem? De que maneira ela possibilita ou justifica uma compreensão separada dos problemas sociais e ambientais?

As apropriações exercidas pelas ciências humanas na perspectiva de compreender o ambiente sem ampliar suas dimensões e sua complexidade tem excluído a problemática da natureza das discussões sociais. Dentro da tradição histórica, essas preocupações com a relação sociedade, natureza e desenvolvimento são recentes e correspondem a demandas contemporâneas. Elas têm se inscrito em áreas de especialidades novas como a história ambiental.

A história ambiental reúne os temas mais antigos com os mais recentes na historiografia contemporânea: a evolução das epidemias e do clima, ambos os fatores sendo partes integrantes do ecossistema humano; a série de calamidades naturais agravadas por uma falta de antevisão, ou mesmo por uma absurda "disposição" dos colonizadores simplórios; a destruição da natureza, causada pelo crescimento populacional e/ou pelos predadores do hiperconsumo industrial, as mazelas urbana e industrial, que levam à poluição do ar e da água; o congestionamento humano ou os altos níveis de ruído nas áreas urbanas, num período de urbanização galopante. (Worster, 1991, P. 200).

A necessidade de se inserir as discussões das ciências humanas e sociais na formulação de um entendimento entre sociedade, natureza e desenvolvimento como aspectos de uma única realidade está ligado a questões de demandas bem contemporâneas. A relação sociedade e natureza é um tema bastante recorrente na atualidade, especialmente quando observada sobre o impulso de manifestações de diferentes movimentos ambientalistas. Tentam suscitar, cada qual a sua maneira, novas orientações acerca do comportamento do homem e de suas responsabilidades em torno dos riscos que o planeta vem sofrendo, decorrentes dos problemas ambientais diretamente ligados à natureza historicamente edificada de suas relações.

Dentro de uma perspectiva urbana, as indagações se voltam para a seguinte pergunta: Como se articula a questão urbana com o desenvolvimento? (Tsiomis, 1994). Nesse sentido, a história e as demais ciências humanas e sociais têm se visto na iminência de inserir em suas práticas essas temáticas e abordagens.

3.3.1 - O Problema da natureza na historiografia sergipana

Parece ter sido a partir da Primeira Guerra Mundial, aproximadamente, que Aracaju foi-se impondo como centro de atração residencial, superando a má fama de cidade de clima inóspito, pontuada de poças de água, onde proliferavam mosquitos causadores de febres.(Dantas, 1999, p.48)

Na historiografia aracajuana, existe um consenso sobre o período em que o projeto urbano da cidade de Aracaju pode ser consolidado, em que já não havia ameaça quanto a sua possibilidade de sustentar a capital sergipana. Essa historiografia aponta o período a partir da implantação da República (1889), sobretudo nos anos da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) como o momento em que a cidade adquiriu a posição de centro econômico do Estado, especialmente, quando os efeitos da guerra se fizeram sentir positivamente sobre a economia local, favorecendo a inserção de Sergipe, destacadamente sua Capital, no universo das transformações e dos serviços que em muitos pontos do país já eram sentidos, e graças a qual grande parte do modelo urbano projetado para Aracaju foi concretizado.⁴⁴

A partir da década de 1910, quando Aracaju foi se tornando o município mais importante do estado, sua indústria têxtil passou a constituir a segunda principal exportadora. (Dantas, 1999, p.48). Não só aumentaram os serviços na capital, como também nela se concentrou o maior número de indústrias do estado, sem contar o fluxo de migrações a partir de 1920. Ibarê Dantas (1999, 2004) não está sozinho, essa mesma visão é encontrada em: Campos (1949); Santos (1999); Barboza, (1992), Passos Subrinho (1987), Loureiro (1983), Ribeiro (1989) dentre outros. Podemos entender, ao lê-los, que grande parte da população que não conseguiu se estabelecer na cidade se concentrou ao seu redor, formando bairros populares onde dificilmente a legislação conseguiu ser aplicada, constituindo-se assim uma outra face da construção do urbano.

Também nesse período o governo estadual, juntamente com a intendência municipal, aproveitou a boa situação econômica do estado para preparar sua capital adequadamente para as comemorações do centenário de emancipação política de Sergipe

⁴⁴ Sobre essa idéia de desenvolvimento econômico referente à Aracaju corroboram na historiografia sergipana: Campos (1948); Fortes Neto (1955); Passos Subrinho (1987); Dantas (1999, 2004); Barboza (1992); Santos (1999).

(1820-1920), intensificando as obras de infra-estrutura sobre a cidade. Foi justamente nesse momento que, de acordo com Fortes Neto (1955), inúmeras ruas e becos que se formaram irregularmente na cidade foram eliminadas. Em mensagem presidencial, de 1º de janeiro de 1921, apresentada ao Conselho Municipal de Aracaju pelo Intendente Dr. Baptista Bittencourt, é possível contemplar essas questões;

Ao nosso lado a acção efficiente do Governo, cujo programma tem magna parte na remodelação desta Capital, a caminho de beneficios e condições indispensáveis a uma cidade moderna Aracaju, pelo aformoseamento de suas ruas, pela extinção dos focos pantanosos e pestilentos, pelo aterro e drenagem de lagoas e apicus, pela esthetica, já um tanto cuidada, de seus novos edificios, demonstra, evidentemente, progressos notáveis. Onde hontem se estendiam areas desertos, afloram, agora, ruas novas, construções recentes, attestando, assim, o desdobramento do perímetro da cidade e o crescimento da população.

Na avaliação das cidades, o privilégio aos indicadores de crescimento econômico e a sua maior ou menor relação com o grau de aparelhamento da cidade desde muito tempo servem, também, ao historiador para se posicionar historicamente sobre o desenvolvimento das sociedades.

A historiografia aracajuana tem reforçado a idéia de que o maior desafio nos primeiros anos da cidade foi vencer os obstáculos do terreno, das suas características ambientais, geográficas; e implementar o modelo de composição espacial planejado pelos cálculos da engenharia de Sebastião Pirro. Grande parte dessas idéias decorre da aceitação das leituras das fontes históricas do período. Dentre elas, algumas resoluções contra a localização da nova capital apontavam, na época da transferência, a cidade de Aracaju como uma "praia deserta e inabitável por suas contínuas epidemias [...] o estéril, insalubre e arenoso Aracaju". Correspondem as visões dos são cristovenses contra a mudança da capital para a cidade de Aracaju. São resoluções apresentadas ao presidente da província e ao imperador pela câmara de São Cristóvão em 28 de fevereiro de 1855. (Almeida, 2002). Existiram diversas narrativas com esse teor, sobre a natureza do espaço indicado para nova capital o que levou a entender a fundação de Aracaju como um ato de heroísmo, ou como uma missão quase impossível.

O historiador José Calazans Brandão da Silva chegou a expressar-se nesses termos:

[...] começava o combate do homem contra o riacho, contra o pântano, contra a lagoa, numa palavra, contra a água, o grande inimigo do povoador da nova cidade. Foi uma luta heróica do homem contra o meio físico, esta que se travou nas praias do Aracaju. Houve quem dissesse - e com toda a razão - que o habitante da cidade de Inácio Barbosa repetiu a façanha do holandês: conquistou sua terra, tomando-a como a dos filhos da Holanda; mas combatendo, dia a dia, palmo a palmo, contra a água parada, estagnada, traiçoeira. Água ruim, cujo descrédito os sancristovenses proclamavam. (Silva, 1992, p.81)

Um outro historiador da cidade utilizou a expressão "Sultana das Águas" e "Arenópolis" para denominar a cidade de Aracaju em seus primeiros anos, por conta das quantidades de águas e dunas que possuía no período. (Sebrão Sobrinho, 1955).

De fato, tais descrições sobre a natureza do espaço aracajuano em 1855 se fundamentam nos documentos da época da fundação que sobreviveram ao tempo. Não obstante, o historiador Aurélio de Vasconcelos Almeida faz uma crítica a essas visões generalizantes. Segundo ele "alguns historiadores as interpretaram no sentido absoluto do termo e entenderam que em 1855, na realidade, as praias do Aracaju era um deserto onde ninguém ousara jamais residir" (Almeida, 2002, p 181). De acordo com o autor, a própria Câmara de São Cristóvão mandou logo para o referido terreno o Arquivo Provincial, o que se pode deduzir que existiu exagero na imagem que se criou da nova capital. Essas contradições não foram percebidas por muitos historiadores.

O engenheiro Pirro, ao tratar do sítio onde se estabeleceu a capital no ofício expedido para o presidente da província Manoel da Cunha Galvão, em 1860, define Aracaju nestes termos:

E verdade Exmo. Sr. Que no ato repentino d'uma mudança de Capital, para um local *onde somente havia mato, rôças e pequenas casinhas irregularmente disseminadas*; onde unnicamente se tratava de construir a todo transe, mas da maneira a mais commoda e econômica para os poucos edificadores que se apresentavão, e com os quaes era preciso que a presidencia tranzigisse d'aguma maneira, porque poucos acreditavão na estabilidade da Capital no Aracajú, para nelle depositarem suas fortunas. (Porto, 1991, p. 48. *Grifo nosso*)

Juntamente com os temas sobre as águas, pântanos, areais e mangues representou uma recorrência comum tratar do cólera, das febres e da insalubridade, da higiene e das

condições de moradia. Ao discurso médico- higienista competiu inicialmente realizar essa ligação. Contudo, outras leituras também surgiram desse pensamento:

[...] não se devia imputar o papel de vilão apenas à Natureza. Havia também "causas sociais" da insalubridade, que se evidenciavam na superlotação, na insuficiência de ventilação e na pouca insolação das habitações; na sujeira dos logradouros públicos; [...]. Como esses "fatores sociais" reforçavam a ação dos "fatores naturais" de infecção, era preciso combater tanto uns quanto outros, razão pela qual difundiu-se, a partir dessa época, um tipo de reflexão médica de caráter nitidamente "ecológico", que buscava identificar toda a cadeia de fatores responsáveis pela insalubridade dos lugares, e que se materializou na elaboração das chamadas geografias e topografias médicas. (Abreu, 1996, p. 161)

Todavia, para se construir a cidade e para que seu modelo conseguisse se sustentar, diante das muitas visões que se tinha da nova capital, o governo provincial elaborou estratégias para conseguir atrair novas construções para cidade, bem como para acelerar o ritmo dos aterramentos. Dentre as já citadas, figuram o adiantamento de salário e a isenção do Imposto Predial por dez anos. Outras medidas também foram adotadas, como a concessão para alguns investidores da iniciativa privada de vantagens e monopólio de exploração sobre os terrenos que conseguissem planificar e aterrar com materiais extraídos dos areais da cidade, cujos limites eram definidos pelos contratos.

Na busca pelo desenvolvimento, os gestores da cidade aracajuana elaboraram uma série de instrumentos legais que tentaram dar condições para que ela se sustentasse enquanto espaço urbano, enquanto cidade e capital. Dentre esses instrumentos, as posturas e os códigos de posturas foram inicialmente os que garantiram a gestão da cidade e seu uso pelos diversos grupos que se estabeleceram em Aracaju.

Dentre os trabalhos mais relevantes que guiaram a produção historiográfica sobre Aracaju, destaca-se a tese para o concurso à cadeira de História do Brasil e de Sergipe, da Escola Normal "Rui Barbosa", intitulada: "*Aracaju: Contribuição à história da capital de Sergipe, em 1942*" (1992), de autoria de José Calazans Brandão da Silva, que ao longo dos anos se consagrou como um dos maiores expoentes dessa historiografia. Nela, o autor construiu um enredo heróico do homem aracajuano em sua história de "luta" para vencer os "obstáculos" representados pela natureza na construção da cidade. O discurso historiográfico de Brandão foi apropriado, posteriormente, por outros historiadores, e sua

narrativa deixou marcas nas representações que alguns artistas produziram sobre a natureza e a cidade de Aracaju nos anos iniciais de sua fundação⁴⁵.

Calazans, em sua obra, ainda fez uma revisão de trabalhos anteriores que tiveram como tema a cidade. Assim, ele cita dentre os muitos autores Felisbello Freire (que via a fundação de Aracaju como um empreendimento negativo); Manoel Passos de Oliveira Teles e Clodomir Silva (este último discutiu questões toponímicas ligadas aos significados do nome Aracaju) autores esses que não nos deteremos neste estudo.

Vários estudos também foram publicados posteriormente a Calazans, sobretudo nos períodos próximos da comemoração do Centenário da fundação da cidade (1955). Dentre esses, destacam-se os de Fernando Porto: *“Aracaju 1855-1865: ensaios de evolução urbana”* (1944); José Aloísio de Campos: *“As contribuições de melhorias e obras de urbanismo em Aracaju”* (1949); Sebrão Sobrinho; *“Laudas da história do Aracaju”* (1954); José Bonifácio Fortes Neto: *“Evolução da paisagem humana de Aracaju”* (1955). Tais obras representam a base contemporânea do discurso historiográfico sobre a cidade. Nesse aspecto, dos muitos estudos recentes os mais citados são o do historiador José Ibarê da Costa Dantas, especialmente *“O Tenentismo em Sergipe”* (1974) e a *“História de Sergipe República”* (2004). Ambos avaliam o contexto aracajuano que antecede e permeia os conflitos políticos do Brasil republicano. Novas publicações têm surgido próximas das comemorações do aniversário da cidade. Em sua maioria utilizam como suporte as discussões já consagradas sobre a cidade, ao tempo em que tem, servem como suporte para outras áreas do conhecimento como a geografia, a arquitetura, o urbanismo e a medicina.

O comportamento contemplativo da história diante do crescimento e do processo de formação da cidade encontra um paralelo no que Marshall Berman define por modernidade pastoral. Ao apresentar os impactos do modernismo nas ruas de Paris sobre a obra poética de Baudelaire, ele o fez distinguindo duas visões distintas que aparecem e se entrecruzam nos escritos do poeta e que define alguns dos contornos assumidos pelo modernismo.

⁴⁵ Um exemplo clássico são as obras em porcelana e em óleo sobre madeira da pintora sergipana Rosa Moreira Faria (1917-1997) existentes no Memorial de Sergipe/UNIT e na sede da Associação Sergipana de Imprensa

A primeira delas se caracteriza por uma atitude contemplativa diante das transformações operadas no espaço parisiense. Celebra o progresso humano sem obstáculos materializado nas transformações da cidade e o identifica com a capacidade criativa burguesa. O desejo de progresso humano como desejo universal se anuncia nos desejos de progresso material, da indústria, economia e artes. A segunda distingue-se pela atitude crítica e pela oposição à primeira. Nesse sentido, a atitude contemplativa cede lugar à crítica a moderna idéia de progresso material. Respectivamente denominadas por Modernidade Pastoral e Antipastoral elas encerram uma compreensão das transformações na cidade de Paris no período de Haussmann, presentes nas temáticas dos vários escritos do poeta.

Por sua vez, na experiência sergipana não será a poesia que fará esse papel, mas a prosa historiográfica. Constrói-se pela contemplação e pela atitude pastoral (a exceção de Felisbello Freire e Manoel do Prado de Oliveira Teles). A ode à cidade na perspectiva do seu desenvolvimento e evolução material, entendida como estágio do progresso humano, encontra sentido quando cruzadas com as narrativas que justificam as práticas sobre o ambiente, sobre a natureza. A atitude pastoral descortina-se por traz de uma leitura da cidade com ênfase na visualidade. Aspectos das transformações do cenário urbano.

Embora os estudos de José Calazans sejam os mais citados, inclusive pelos historiadores que o sucederam, é importante entender que todos eles comungaram de uma visão dicotomizada na relação sociedade, natureza e desenvolvimento; seja porque, possivelmente partilharam dessas idéias em suas épocas, ou porque atribuíram às fontes históricas uma autoridade demasiada. Contudo devemos ressaltar que

Muchos historiadores pertenecen a una tradición, que de muchas maneras sigue siendo la predominante, en que la naturaleza, sea como ideología, sea como realidad material, no figura, salvo quizá como el escenario donde se representa el drama real: el drama de las vidas humanas, de la acción humana, de los sucesos centrados en el humano. Lo cierto es que muchos historiadores se sentirían incómodos con la intrusión en sus relatos de algo tan abstracto o tan completo. La naturaleza, quizá argumentaran, pertenece a los que poseen calificación técnica para lidiar con ella: biólogos, climatólogos, epidemiólogos, y así sucesivamente. La materia de estudio propia de la historia es la gente. (Arnold, 2001, p.09)⁴⁶

⁴⁶ “Muitos historiadores pertencem a uma tradição, que de muitas maneiras segue sendo a predominante, em que a natureza, seja como ideologia, seja como realidade material, não figura, salvo talvez como o cenário onde se representa o drama real: o drama das vidas humanas, da ação humana, dos sucessos centrados no humano. O certo é que muitos historiadores se sentiram incomodados com a intrusão em seus relatos de algo

Portanto, não podemos dispensar a idéia de que a história, tal como outras formas de conhecimento, possuiu e possui um papel importante a contribuir no debate sobre a cidade de Aracaju e sobre a compreensão da problemática da natureza como um problema socio-ambiental. São formas de apropriação e de construção do urbano que se inscrevem nos campos dos saberes que as operacionalizam. No caso específico de Aracaju, a forma como se processou a relação natureza e desenvolvimento ganhou projeção em quase todos os escritos que referenciam sua origem, marcando não só a sua história, mas definindo um dos pontos comuns da noção de desenvolvimento. Idéia esta que se renova nas práticas contemporâneas e se firma na tradição, atuando sobre o imaginário social e reforçando a permanência/resistência de certas práticas que apontam para uma relação de conflito entre homem e natureza.

tão abstrato ou tão completo. A natureza, talvez argumentaram, pertence aos que possuem qualificação técnica para lidar com ela: biólogos, climatólogos, epidemiólogos, e assim sucessivamente. A matéria de estudo própria da história são as pessoas”. (Arnold, 2001, p.09. Tradução Livre)

CAPÍTULO 4

USOS DA CIDADE DE ARACAJU: DAS APROPRIAÇÕES ÀS PRÁTICAS

4.0 – USOS DA CIDADE DE ARACAJU: DAS APROPRIAÇÕES ÀS PRÁTICAS

Há muito que uma grave compressão pesava sobre os habitantes desta cidade, mormente sobre os empregados públicos. Essa compressão achava-se no elevadíssimo preço do aluguel das cazas que absorveo todos os lucros do individuo, expondo-os a innumeras privações. Um dos primeiros proprietários do lugar o exm Barão de Maroim foi o primeiro que mandou reduzir o aluguel de suas cazas; agora outros o tem imitado, baixando 5 \$ reis e 10\$000 por mez; entre esses proprietário [...] é o Sr. capitão José Teixeira da Cunha, que acaba de ter essa indulgencia, com algumas excepções porém, talvez devidas a causas que ignoramos. Com effeito na crize actual em que o empregado publico está em atrazo de mezes de seos ordenados, a lavoura em decrescimento, o comercio em estagnação, os mais trabalhos da vida quase paralisados, seria uma barbaridade conservar as cazas por um preço tão alto. Elles ahi já tão ficando feixadas, e reproduzindo-se as palhoças para um abrigos daqueles que não possuem comportar tão altos preços. É melhor ter uma alluguel ainda que menor effectivo do que os edificios feixados sem rendimentos arruinando-se. Deos queira que a verdade e a conveniência dos senhores proprietários vão sendo sentidas. (Correio Sergipense, 23 de março de 1860)

O Correio Sergipense chega ao final do mês de março tratando de um assunto recorrente na cidade de Aracaju: moradia. Passado cinco anos da fundação da cidade, a valorização de terras e sua concentração nas mãos de poucos proprietários repercutiram na imprensa sergipana sob a forma do problema da habitação. Por mais que o governo tenha esboçados incentivos para a edificação de novas casas na cidade para o funcionalismo público, a especulação imobiliária garantiu uma elevação dos preços para aquelas já edificadas.

Nesse caso em particular, o jornal atribuiu o surgimento de “palhoças” na região da cidade como uma reação aos elevados preços dos aluguéis, agravados pelos atrasos nos pagamentos dos salários do funcionalismo público, e pela situação financeira da província. Se observarmos os números da população aracajuana apresentados no capítulo anterior, nos primeiros anos da cidade, veremos que ela cresceu consideravelmente, embora ainda não tivesse conseguido impor um ritmo de construções que transformasse sua fisionomia.

Assim, em 1856, Aracaju contava com 1.484 habitantes; em 1860, com 5.000 e, em 1890, com 16.336 habitantes. Desse modo, elevou-se também a demanda por habitação, o que repercutiu nas formas que essas assumiriam sobre a cidade. Um número considerável

de edificações de barro com cobertura de palha se desenvolveu sobre Aracaju, incluindo edifícios públicos, conforme demonstra o relatório do presidente da província de 1858:

O governo Imperial, senhores, tão disvellado em prover de remédio às necessidades publicas com a autorisação da obra, de que tracto, sanou uma necessidade, necessidade extrema. Não era possível deixar por muito tempo a força de linha aquartellada n'um tosco barracão de palha, que sobre ser immundo, é ainda mais indigno de conservar no centro d'uma Cidade, sede do Governo⁴⁷.

Ampliou-se a população, aumentou o problema da moradia e se consolidou nos primeiros anos da cidade uma forma de habitá-la, capaz, em alguns momentos, de fugir as especulações da terra (crescendo nas zonas limites do plano Pirro) e dos preços dos imóveis. Em que pesem as afirmações sobre os primeiros anos da cidade de Aracaju, esses problemas apresentados nos fazem pensar que as edificações, embora não representassem a intenção do governo, responderam a uma falta de planejamento urbano.

A cidade fundada sob a égide de um discurso modernizador, ratificado pelo desenho urbano de Sebastião Pirro, não foi planejada. Não é de se estranhar diante das dificuldades financeiras que enfrentou a província em seus primeiros anos, que a habitação em barro e palha fosse uma prática comum dentro da cidade projetada, não sendo exclusividade apenas das regiões fora dos tabuleiros de Pirro. Anos mais tarde, o governo de Sergipe criou leis rigorosas para extinguir essas habitações nos limites da cidade, bem como para anular a possibilidade de seu retorno.

Preocupações com as edificações, com a escassez e com a poluição das águas potáveis (controle relativo ao recurso), assim como com a destinação do lixo, figuraram desde os primeiros anos da cidade como preocupações dos administradores. Problemas esses que de forma semelhante, ainda que observadas as especificidades de um contexto diferente, estão presentes nas discussões atuais sobre Aracaju.

As primeiras leis com o intuito de organizar os usos da cidade vieram pela resolução nº. 458, de 3 de setembro de 1856. Depois dessas, várias outras surgiram, de acordo com as demandas da cidade, na medida em que ela crescia. Podemos perceber o

⁴⁷ SERGIPE. Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da duodécima legislatura da Assembléia Legislativa de Sergipe pelo Excellentissimo Presidente Doutor João Dabney D'Avellar Brotero. Bahia: Typ. O. França Guerra, 1858. p.38.

teor dessas leis ao lermos o artigo 7º da resolução nº 458 acima, que diz: “o indivíduo que deitar nas cacimbas, ou fontes, imundícies, ou quaisquer objetos que infeccionem, ou corrompam a água, será multado em 10\$ réis e o dobro nas reincidências, e não pagando a multa, sofrerá oito dias de prisão”. Elementos penais permearam todos os artigos dos códigos. Eles tentavam solucionar, inicialmente, problemas imediatos da cidade e, posteriormente, tentavam garantir seu desenvolvimento.

O modelo aracajuano, tal como modelos mais novos de cidades, a exemplo de Belo Horizonte e Brasília, situa-se em uma dimensão mais ampla, ou seja, na da projeção baseada no ideário de uma cidade capital, forjado no discurso urbano monumental, cujo modelo parisiense figura como maior expoente. Suas artérias, obras de saneamento, parques e edifícios públicos produziram um padrão de segregação espacial de tipo centro-periferia.

A periferia tem se revelado como área importante de estudo no pensamento sobre as cidades. A valorização de determinados espaços urbanos, seja pela iniciativa pública como pela privada, sua vigilância e a quantidade de serviços que eles oferecem atrelados a sua valorização econômica, possibilitam a segregação espacial e o surgimento de periferias desestruturadas, com problemas socioambientais que se repetem. Tais práticas se afirmam com um laço forte entre o passado e o presente de Aracaju. Nela:

A diversidade paisagística, o uso diferenciado do território e a apropriação desigual do espaço dão o tom da cidade. Espaços antagônicos e ambivalentes acompanham toda a história urbana de Aracaju: uma cidade onde o centro está em contraposição com a periferia. Na verdade, a construção de Aracaju é um processo de apropriação dos ambientes mais aprazíveis das topografias mais suaves pelos mais abastados e, em contrapartida, cabe aos mais desfavorecidos os sítios mais problemáticos. Aqui a máxima da degradação ambiental como sinônimo de espaço empobrecido socialmente parece ter grande sentido. (Vilar, 2006, p. 105)

Nesse sentido, podemos perceber a existência de duas cidades em uma. A Cidade da Ordem, ideal, estruturada, dotadas de vários serviços, vigiada; e a Cidade da Desordem⁴⁸, periférica, desestruturada, carente de serviços e dependente de políticas que as integrem com o restante da cidade.

⁴⁸ Referimos-nos aqui ao projeto de cidade e aos limites definidos para ela pelos gestores públicos, como a Cidade da Ordem. As preocupações públicas com embelezamento, serviços públicos e infra-estrutura são pensados para garanti-la. Ela nasce antes pela idéia, pelo projeto e pela norma. A Cidade da Desordem é o seu oposto.

Na Aracaju do passado, a valorização das áreas dos quadrados de Pirro, no centro, possibilitou uma supervalorização de suas terras e dos aluguéis. Entendida como a Cidade da Ordem, representou a porção de terra mais policiada, no sentido de sua arquitetura e do comportamento de seus usuários. Recebeu infra-estrutura e serviços urbanos regulados e regulares.

Por outro lado, sua periferia desestruturada projetou-se fora do quadrado de Pirro, com habitações mais populares e menos luxuosas na forma e no emprego de materiais, e em regiões sem infra-estrutura, com crescimento espontâneo e irregular de ocupação do espaço. No caso de Aracaju, essa periferização foi marcante também no processo de segregação residencial, que a acompanha até os dias atuais.

Construiu-se assim um elemento no mínimo perturbador: a responsabilidade do Estado em gerenciar a organização da cidade ideal, abstrata, e pautada em modelos de civilização universais (o que já é uma leitura particular da cidade ideal) sem o entendimento da natureza das diferenças sociais, em favor de suas adequações ao processo de homogeneização dos espaços. Os códigos de postura e outras leis elaboradas para as práticas sobre a cidade foram instrumentos importantes nesse gerenciamento.

Flávio Villaça (1999) construiu uma periodização que insere o pensamento ou a ação do Estado na formulação de estratégias de desenvolvimento urbano que prefigura o discurso dos planos de desenvolvimento urbano no Brasil (ênfase em Rio de Janeiro e São Paulo), não necessariamente planejamento urbano:

O primeiro período [1875-1930] é marcado pelos planos de melhoramentos e embelezamento ainda herdeiros da forma urbana monumental que exaltava a burguesia e que destruiu a forma urbana medieval (e colonial, no caso do Brasil). É o urbanismo de Versalhes, de Washington, de Haussmann e de Pereira Passos. O Segundo, que se inicia em 1930 [até 1990], é marcado pela ideologia do planejamento enquanto técnica de base científica, indispensável para a solução dos chamados “problemas urbanos”. Finalmente o último, que mal está começando, é o período marcado pela reação ao segundo. (Villaça, 1999, p. 182)

Nosso objeto, a priori, insere-se no primeiro período apontado por Villaça, marcado por planos de embelezamento da cidade⁴⁹, o que nos faz concordar com a afirmação que diz ser a cidade moderna uma experiência basicamente visual (Santos; Souza, 2006), pelo menos nos anseios dos seus projetistas. Dentro de uma possível concepção utilitária da cidade, estabelece-se um conflito entre a função e a visualidade.

A ênfase dada à visualidade e, de certa forma, sua vinculação à legislação traçada para a Aracaju, no período de sua fundação, intensificou os conflitos entre os grupos sociais, levando muitos a fugirem do modelo ideal e a comporem uma outra alternativa de consumo dos espaços. Nesse sentido, as tentativas de infração de postura, os desvios de conduta e as práticas definidas como ilegais passaram antes por formas de apropriação de um mundo ideal e uma reorganização ao seu modo. Assim, é possível partilhar da idéia de Leite (2001, p.231) ao afirmar que: "transformações urbanas raramente resultam de um desenvolvimento imanente da cidade. [como também] nenhuma cidade excessivamente planejada e controlada segue invariavelmente o modelo que a gerou".

Ao tratarmos das leis no Brasil, abre-se um problema: o que está escrito, ou seja, formalizado, materializado na documentação oficial não corresponde efetivamente às práticas. Não obstante,

da mesma forma, as representações constituídas sobre o urbano podem, também, corresponder ou não aos códigos iniciais e às intenções dos seus construtores [...]. Por exemplo, as construções e espaços do poder público podem obedecer a uma intencionalidade enquanto projeto e concepção, distante das referências simbólicas que o seu uso e consumo elaboram. Ou seja, enquanto formuladores de propostas para a cidade, os urbanistas e arquitetos atribuem uma função e sentido a seus projetos, que poderão se distanciar em muito das construções simbólicas feitas pelos usuários daquele espaço transformado. (Pesavento, 1995, p.286)

Por sua vez, os conteúdos das leis são importantes para entendermos quais os debates principais que envolveram a cidade e quais as estratégias construídas para se gerenciar alguns dos seus problemas urbanos. Quando confrontadas com outros documentos, essa legislação nos possibilita enxergar além das determinações legais, o que nos permite entender os conflitos de representação decorrentes das variadas apropriações e práticas desenvolvidas pelos diferentes grupos de interesses envolvidos na construção do

⁴⁹ No caso de Aracaju o ano de 1875 não representa nenhum marco. Ele o é apenas para realidade paulista. 1855 é o que marca a história sergipana. A cidade de Aracaju, embora sem condições suficientes, nasce de um discurso de melhoramento, modernidade e monumentalidade.

urbano na cidade de Aracaju, como também nos autoriza a compreender a evolução dessa legislação.

Desse modo, tentaremos articular a questão urbana com o desenvolvimento de Aracaju ao compreendermos a evolução das leis traçadas para a cidade em seus primeiros anos. Nesse caminho, reforçaremos a tese apresentada por Adriana Nogueira (2001, 2006) que afirma ser Aracaju, desde a sua fundação, uma cidade não planejada. Neste sentido, apresentaremos algumas formas de usos que existiram e sua vinculação com premissas que se repetem na atualidade.

4.1. DO CONCEITO ÀS PRÁTICAS

Em ofício remetido ao Presidente da Província, Dr. Manoel da Cunha Galvão, no ano de 1860, o engenheiro Basílio Pirro afirmou que as primeiras edificações em Aracaju “se fizeram a esmo pela pressa que demandavam⁵⁰”. Em outras palavras, não receberam a vigilância devida, nem mesmo os cuidados com sua estética. Nesses primeiro anos, a preocupação com o alinhamento das casas chegou a substituir a vigilância sobre a sua forma arquitetônica em muitos pontos da cidade. No entanto, se cruzarmos os inúmeros elogios à modernidade do traçado da cidade durante as décadas que se seguiram a sua fundação com as leis que se encarregaram de garantir seu uso e sua realização como cidade moderna, a leitura que vagamente permite ser feita contraria a própria perspectiva do engenheiro. A cidade surgida a esmo, referida por Pirro, é uma negação da ordem. A Cidade Ideal, cujas leis e normas tentaram garantir, cruza-se com a Cidade Real na efetivação de seu conceito, nas práticas de seus usuários.

De tal modo, o artigo 2º da Resolução nº 458, de 3 de Setembro de 1856⁵¹, que estabelecia as dimensões de um edifício, bem como seus elementos estéticos (a exemplo da

⁵⁰ Cf. Ofício anexo em Porto (1991, p.48). Nele encontramos alguns elementos que nos remete a idéia do não planejamento da cidade.

⁵¹ Primeira Postura de Aracaju. Cf. SERGIPE. Resolução n. 458, de 3 de setembro de 1856. Aprova posturas da Câmara Municipal de Aracaju. *Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe*. 1853-1858. Aracaju: Typ. Provincial, p. 80. (Biblioteca Pública Epifâneo Dórea/ BPED).

determinação do uso de cornija, ou platibanda⁵², junto do telhado, em toda a extensão do edifício), correspondeu inicialmente muito mais a uma projeção ideal que uma realidade. Mesmo que essa resolução tenha atrelado as edificações na capital a uma prévia licença da Câmara Municipal, demonstrando uma preocupação com o seu policiamento.

Ao analisar as notas dos jornais aracajuanos nos anos iniciais da capital sergipana, Cardoso (2003) apontou a existência de diversos anúncios de casas a venda e estabelecimentos comerciais na extensão da cidade, cujas características contrariavam a norma estabelecida. Na sua maioria, casas de palhas servindo para várias atividades dentro do perímetro urbano.

Desse modo, uma das questões importante que surge de uma leitura mais atenta do Plano Pirro é a que se refere a sua limitação e falta de previsibilidade sobre questões urbanas suscitadas quando seu projeto saiu dos conceitos do engenheiro e se fragmentou nas práticas urbanas.

Em outras palavras, o plano Pirro, conforme supôs Fernando Porto (1991, p. 32), não previu a localização dos primeiros edifícios públicos e de uso público na cidade, bem como a localização das casas residenciais e sua separação dos serviços que, de acordo com o artigo 14 da resolução nº 458 de 1856, podiam “corromper a atmosfera, e prejudicar a salubridade pública”, a exemplo de trapiches, alambiques, curtumes, fábricas de sabão e caldeireiros, conforme é referido pelo próprio documento.

Essas constatações nos levam a pensar que as ações de Pirro se limitaram a garantir o desenho da cidade, mas não abrangeram um programa integrado de uso do espaço, não foi fruto de um planejamento urbano. A normatização ainda que figure como uma etapa do processo do planejamento, não foi capaz por si só de compreendê-lo. Uma confusão, nesse aspecto, tem-se repetido nas leituras existentes sobre a cidade: o entendimento entre projetar (desenhar, pensar a formar) e planejar. Neste ponto, concordamos com a tese apresentada por Adriana Nogueira (2004, 2006). Segundo ela:

⁵² Cornija, de acordo com o dicionário de Belas Artes corresponde a uma “série de molduras salientes que coroam uma superfície, como as de pedestal, balaustrada, fachada, porta, janela, etc. Na parte superior dos edifícios têm por finalidade, conduzir as águas pluviais que descem dos telhados”. (Real, 1962. p. 161. Ver figura 10). Existe uma variedade de estilos decorativos de cornijas. Já a platibanda “moldura chata e unida, mais larga saliente que contorna o telhado” (Real, 1962. p. 403- ver figura 11).

Não se pode falar de uma cidade planejada, pois o planejamento, de modo abrangente e sem definições complexas, requer além de um traçado urbano definido, uma projeção de onde estariam localizadas as principais atividades, de acordo com a importância econômica e social local, uma previsão de possíveis correntes migratórias, de diferentes classes sociais, reflexos de um contexto regional. No caso de Aracaju, a cidade recém-construída deveria ser pensada em função de suas cidades próximas e de um raio de abrangência econômica, chegando a Salvador e Maceió (semelhante ao que hoje se denomina de polarização) o que não aconteceu. (Nogueira, 2006, p. 146).

O planejamento urbano do Município deve ser capaz de pensar a cidade estrategicamente. Em síntese, deve operacionalizar mecanismos e instrumentos que impulsionem o seu desenvolvimento urbano. No decorrer dos anos, sobre a forma de postura ou Código de Postura, alguns desses instrumentos foram instituídos na tentativa de organizar a cidade e criar condições para que seu desenvolvimento acontecesse. Necessariamente eles não corresponderam a um planejamento urbano.

A ordenação do espaço, dentre seus múltiplos interesses, apresenta um forte aspecto político de cunho pedagógico, tem como propósito ensinar ao homem a se comportar na “nova sociedade”. Ensiná-lo quais as posturas que deveria assumir na cidade, como e quando transitar pela cidade, como morar e o comportamento que deveria adotar em suas casas (lixo, limpeza, pintura, etc.) e outros estabelecimentos (matadouros, açougues, feiras), como praticar a cidade.

Os expedientes legais (leis, resoluções e decretos) que se dedicaram a ordenar as práticas dos usuários na cidade receberam o nome de Postura ou, quando em conjunto com outras, de Código de Posturas. Desse modo, “criação coletiva, o espaço urbano se faz segundo tais regras, apesar delas ou contra elas”. (Marx, 1999, p.42)

Em Aracaju, esses expedientes foram utilizados constantemente e, ao longo que os serviços da cidade e a população foram aumentando, essas leis ampliaram seu poder de alcance. Fundamentavam-se no anseio de integrar a questão urbana com as perspectivas de seu desenvolvimento. Observaremos aqui as primeiras posturas aracajuanas, entre as décadas de 1850 e a de 1930, na tentativa de entender como a compreensão existente de desenvolvimento foi favorável na construção de um padrão de segregação habitacional que marca a história da cidade.

4.2 - DA NORMA A FORMA

As posturas aracajuanas formam um material rico em informações sobre as apropriações e representações que se criaram sobre a cidade. Importa destacá-las uma vez que representam medidas de gerenciamento assumidas pelo Estado, mesmo que grande parte não tenha se efetivado. As ações que convergiram para uma valorização dos espaços pelo seu embelezamento e infra-estrutura assumidas pelo governo, ou facilitada por ele, foram acompanhadas de um conjunto de instrumentos jurídicos que garantiram seu policiamento contra as “poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam”. (Certeau, 1994, p.173). Por outro lado, foram favoráveis para ações especulativas dos agentes financeiros da terra, e, por conseguinte, para definição de uma periferia desestruturada e segregada sócio-ambientalmente.

Algumas dessas normas que trabalharemos estão divididas em posturas e códigos de posturas⁵³. Coincidentemente e, respectivamente, encontram-se distribuídas entre o século XIX e XX. Assim, são posturas: Resolução n°. 458, de 3 de Setembro de 1856; Resolução n°. 537, de 12 de Julho de 1858; Resolução n°. 698 de 7 de julho de 1864; Lei n°. 926, de 06 de Abril de 1872⁵⁴; Lei n. 1196, de 11 de maio de 1881⁵⁵ (século XIX).

Códigos de Posturas⁵⁶, leis mais complexas e abrangentes pelo volume dos temas de que trata e da quantidade de artigos que a compõe, são: Lei n. 84 de 27 de janeiro de

⁵³ As posturas de 1856, 1858 e 1872 e 1881 se encontram na Biblioteca Pública Epifânio Dórea In. SERGIPE. Resolução n. 458, de 3 de setembro de 1856. Aprova posturas da Câmara Municipal de Aracaju. *Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe*. 1853-1858. Aracaju: Typ. Provincial. A de 1864 no Arquivo Público do Estado de Sergipe. CM1 -06, As demais no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. In: CÓDIGO DE POSTURAS DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ARACAJU. 05 de julho de 1902. Aracaju: Tip. Do Estado de Sergipe”. 1903; CÓDIGO DE POSTURAS DA CIDADE DE ARACAJU. Aprovado pela Lei do Conselho Municipal n° 112 de 16 de abril de 1912. Aracaju: Tip. Do estado de Sergipe. 1912; CÓDIGO DE POSTURAS DA CIDADE DE ARACAJU. Aprovado pela Lei do Conselho Municipal n° 338 de 6 de setembro de 1926. Aracaju: Regina 1927, DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 28 de out. de 1938. Pg.3017-3019.

⁵⁴ Trata apenas da proibição de venda e depósito de pólvora em atacado e varejo dentro dos limites da cidade. Possui apenas três artigos.

⁵⁵ Existiu apenas para regulamentar o abate de animais para consumo. Postura composta por oito artigos.

⁵⁶ Além dessas posturas, outras existiram, mas que não tivemos acesso, seja pelas dificuldades de pesquisa nos arquivos do estado, seja porque não sobreviveram as intermitências das políticas de conservação de documentos históricos no Estado. Em alguns dos autos de infração de postura encontrado no Arquivo Público do Estado de Sergipe são citadas algumas dessas leis que não tivemos acesso. O exemplo de uma ocorrência de infração de Postura em 20 de junho de 1885 referente à falta de alinhamento normatizado em casa na rua Estância, o fiscal se refere à infração do artigo 3º do Código de Postura em Vigor. Nesse sentido, a referencia

1903, baseada no ato nº. 8 de 05 de julho de 1902; Lei nº. 112 de 16 de abril de 1912; Lei nº. 338 de 06 de setembro de 1926, Decreto-lei nº. 37, de 26 de outubro de 1938 (século XX).

Temos aqui quase uma postura por década (1856/58, 1864, 1872, 1881, 1903, 1912, 1926, 1938). A cada postura, novas orientações foram editadas para o uso da cidade. O maior êxito que possuíram foi garantir a continuação do traçado da cidade por várias décadas através da vigilância do seu alinhamento. Também impetraram um policiamento maior dos tipos arquitetônicos dentro da área urbana, garantido a partir do afrouxamento da fiscalização quanto aos tipos arquitetônicos nas áreas de sua periferia.

A postura de 1856 atuou como um elemento regulador inicial no processo de inserção da cidade em um artifício disciplinador maior. Edificar na área compreendida pelo plano Pirro só era permitido diante de licença da câmara municipal. Pirro deixa claro, como afirmamos anteriormente, o medo que tinha de que a falta de profissionais para edificar em Aracaju e as construções sem fiscalização prejudicassem o alinhamento da cidade, comprometendo o seu traçado como havia acontecido na “rua do Comercio” (atual rua João Pessoa)⁵⁷.

Se essas posturas não chegaram a se efetivar em todos os seus artigos, elas nos revelam algumas preocupações existentes na construção de Aracaju. Em seu artigo 6º, ao especificar que “ninguém poderá fazer escavações dentro dos limites da capital, ou villas do município, e nem nos lugares de trânsito público”, a postura tenta evitar uma prática que se repetia constantemente: o número de escavações para retirada de barro destinado ao uso em edificações. Pois, se por um lado se procurava evitar as acumulações de águas estagnadas através da sua drenagem ou aterramento, por outro, com essas práticas novos focos apareciam com as escavações. As preocupações com a estética da cidade e as determinações para edificar dominaram o teor das primeiras posturas, mas também se fizeram presentes aquelas sobre comportamentos dos usuários da cidade no espaço público (proibição de gritos nas ruas, proferir palavras ou gestos obscenos, lavar-se de dia em rios,

foi a um código anterior, provavelmente elaborado na década de 1870, uma vez que as infrações de postura nesse período chegaram a se referir a infração de artigo de nº. 90.

⁵⁷ Cf. Ofício anexo em Porto (1991, p.48). Nele encontramos alguns elementos que nos remete a idéia do não planejamento da cidade

praias ou qualquer lugar público do município se não estiver “vestido de maneira que não offenda a moral pública”).

No perímetro urbano, era a lei quem determinava o espaço limpo e ordenado, qual a área que seria urbanizada. Tinha consigo um papel de marco delimitador do poder. A postura demarca, classifica e determina um trecho do território e o elege como valioso, urbano e limpo, seja em seus aspectos físicos e sociais. Quanto ao último aspecto, recaía sobre alguns grupos sociais uma vigilância maior:

“Art. 10 he prohibido fazer vozerias, alarido, e dar gritos sem ser para objetos de necessidade, assim como he prohibido aos trabalhadores andarem gritando pelas ruas, sob pena de quarenta e oito horas de prisão, ou multa de 4\$reis.” (Resolução n. 458 de 1856, p. 78).

Na postura de 1856, os temas se encontram assim divididos:

POSTURAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU RESOLUÇÃO Nº. 458 DE 3 DE SETEMBRO DE 1856 TOTAL DE ARTIGOS: 17 Presidente da Província: Salvador Correia de Sá e Benevides		
NATUREZA	ARTIGO	TOTAL
Edificação	1º (licença, alinhamento); 3º	2
Estética	8º	1
Edificação e Estética das construções	2º; 4º	2
Poluição	7º (água); 14º (atmosfera, salubridade).	2
Terrenos	5º (cercamento e alinhamento)	1
Escavações	6º	1
Moral	11º; 12º; 16º;	3
Revogação de disposição contrária	17º	1
Outros	9º; 10º; 15º,	3

Tabela 2 – Estrutura da Postura Municipal de Aracaju de 1856

Fonte: Extraída da Resolução n. 458, de 3 de setembro de 1856/ APES

Nesse primeiro momento da cidade, a diferenciação entre urbano e rural se estabeleceu na configuração de sua geografia, no traçado delimitado como região para moradia. Embora não possamos negar que o tipo de edificação, a arquitetura, foi também aos poucos se definindo como um elemento de diferenciação entre o rural e o urbano na medida em que a cidade ampliava suas edificações. Quem se estabeleceu no perímetro urbano recebeu uma orientação mais precisa quanto às características da moradia, seja em altura, em embelezamento, em alinhamento:

Art. 2º Toda a casa que se edificar, ou reedificar, terá 20 palmos de vivo pé direito no primeiro, dezenove no segundo pavimento, dezoito palmos no terceiro, e assim por diante, diminuindo sempre um palmo a cada andar, e na frente junto do telhado terá uma cornija, ou platibanda em toda a extensão do edifício. As portas, bem como as janellas de sacadas, terão treze palmos de vivo em alturas, e cinco de vivo em larguras. As janellas de peitoril terão oito palmos de vivo em altura, e cinco de vivo em largura. As portas de colcheira, e armazéns, terão dez palmos de vivo em largura, e quatorze palmos de vivo em altura até a bandeira, e dezaseis palmos e meio até o vivo da verga. Os contraventores, donos, ou administradores da obra serão multados em 30\$reis, e comdenado a demolirem à mesma obra. (Resolução n. 458 de 1856, p. 80)

As orientações sobre como edificar e as regulamentações quanto ao tamanho e extensão do edifício permaneceram inalteradas durante a década seguinte. Outras posturas foram elaboradas, em especial, para demarcação do local para feira e as formas de seu uso. A Resolução nº 537, de 12 de Julho de 1858, teve esse objetivo. Contudo, em meio aos temas das feiras, duas posturas se sobressaíram - em relação às outras temáticas -, como formas mais dura no combate às habitações em palha e de promover o embelezamento da cidade. Corresponderam ao início dos combates mais fortes as formas das habitações populares. Essa resolução de 1858 proporciona a seguinte estruturação:

POSTURAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU		
RESOLUÇÃO Nº. 537 DE 12 DE JULHO DE 1858		
TOTAL DE ARTIGOS: 12		
Presidente da Província: João Dabney d'Avelar Brotero		
NATUREZA	ARTIGO	TOTAL
Feira	1º; 3º; 4º; 5º; 6º;	6
Gêneros alimentícios	2º	1
Abate de animais p/ consumo	10º	1
Estética	8º	1
Edificação e Estética das construções	7º; 9º (casa de palha); 11º (resto do corte da carne); 12º (comércio).	2
Higiene		2
Revogação de disposição contrária	AUSENTE	0

Tabela 3 – Estrutura da Postura Municipal de 1858

Fonte: Extraída da Resolução nº 537, de 12 de Julho de 1858/APES

Dessa maneira, os artigos 7º e 9º apresentam uma orientação, respectivamente, sobre embelezamento e edificação em palha, que foi seguida pelas décadas posteriores no trabalho de erradicação dos tipos de habitação populares edificadas, e no processo de diferenciação sócio-territorial pela arquitetura.

Art. 7º Fica marcado o prazo de seis meses, à contar da data da publicação da presente postura, para que os proprietários das casas, que estão edificadas antes da Lei de 3 de setembro de 1856, substituam o encachorramento⁵⁸, e beira subeira das casas pelas cornijas ou platibanda, ordenadas no art. 2º da mesma lei. O contraventor sofrerá à multa de 30\$000 réis, e ficar-lhe-há marcado o prazo de 60 dias para fazer a referida substituição: na reincidência sofrerá a multa no duplo. (Resolução nº. 537, 1858)

⁵⁸ Encachorramento é o ato de por cachorros: “peça saliente que sustenta uma cornija, cimalha, etc. e que tem como fundamento de sua resistência a parte posterior encravada na parede”. . (Real, 1962. p. 106).

Cachorro de beiral e cachorrada
(conjunto de cachorros)

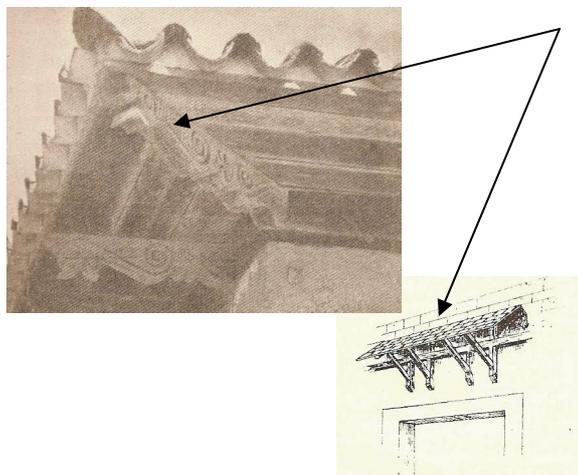


Fig. 100 – Alguns modelos de Cachorros
Fonte: Real (1962. p. 161)

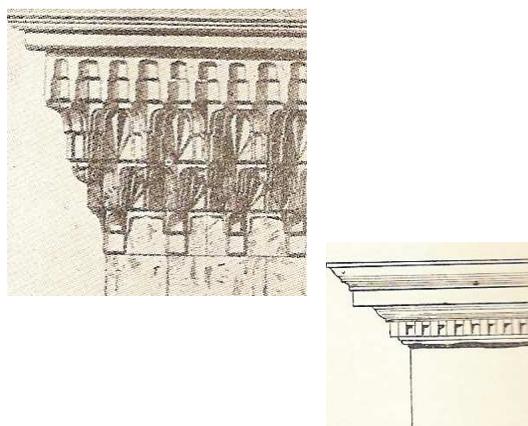


Fig. 11 – Alguns modelos de Cornijas
Fonte: Real, (1962. p. 403)

Não conseguindo evitar totalmente a presença das habitações em palha no perímetro da cidade, o artigo 9º abre um precedente segregador forte, pois a casa de palha passa a não ser um elemento totalmente proibido, ele o é apenas em uma área da cidade.

Art. 9º Fica Proibido fazerem-se casas de palha desde a casa, que se acha edificando José Carlos do Nascimento, até a várzea, e d'ahi pra cima até a valla que corta esta Cidade: as existentes não serão reedificadas ou concertadas. O infrator sofrerá a multa de 10\$000 réis. (Resolução nº. 537, 1858)

Área de abrangência que se tornou mais ampla com as posturas de 1864, inclusive com algumas ponderações:

Art. 2º Fica igualmente proibida a edificação de casas de palha, ou de telha, que não estejam de conformidade com a lei provincial nº. 458 de 3 de setembro de 1856 dentro do espaço compreendido pela seguinte linha, que partindo da esquina da casa do Dr. Guilherme Pereira Rabelo na rua da praça de palácio à esquina da parte do oeste que fica fronteira a Matriz, que se está construindo, compreendendo a praça desta, della segue pela vala que serve de esgoto as águas da mesma praça até a sua foz, e d'ahi pela frente da rua d'Aurora até o quartel de Polícia. (Resolução nº698, 1864).

A principal temática das posturas de 1864 publicadas com a Resolução nº. 698 de 7 de julho do mesmo ano, composta por apenas três artigos, é estritamente dedicada ao problema dos alinhamentos e das casas em palha. Quase sempre as informações sobre as habitações desse tipo vêm acompanhadas de observações quanto ao alinhamento. Como as licenças para edificações que não obedecessem às regulamentações determinadas pela Câmara Municipal, publicadas desde 1856, eram negadas pela câmara, sobretudo quando se referiam as edificações com telhado ou casa em palha, elas foram, em muitos casos, edificadas sem orientação do alinhamento correto pelo fiscal.

Art.3º Os donos de casas, que tiverem de reedificá-las serão obrigados a chamá-las ao alinhamento com assistência do fiscal. Os contraventores dos presentes artigos pagarão de multa 30\$000 réis, e demolirão a custa a obra feita. (Resolução nº698, 1864)

ARACAJÚ

Arruamento em 1865

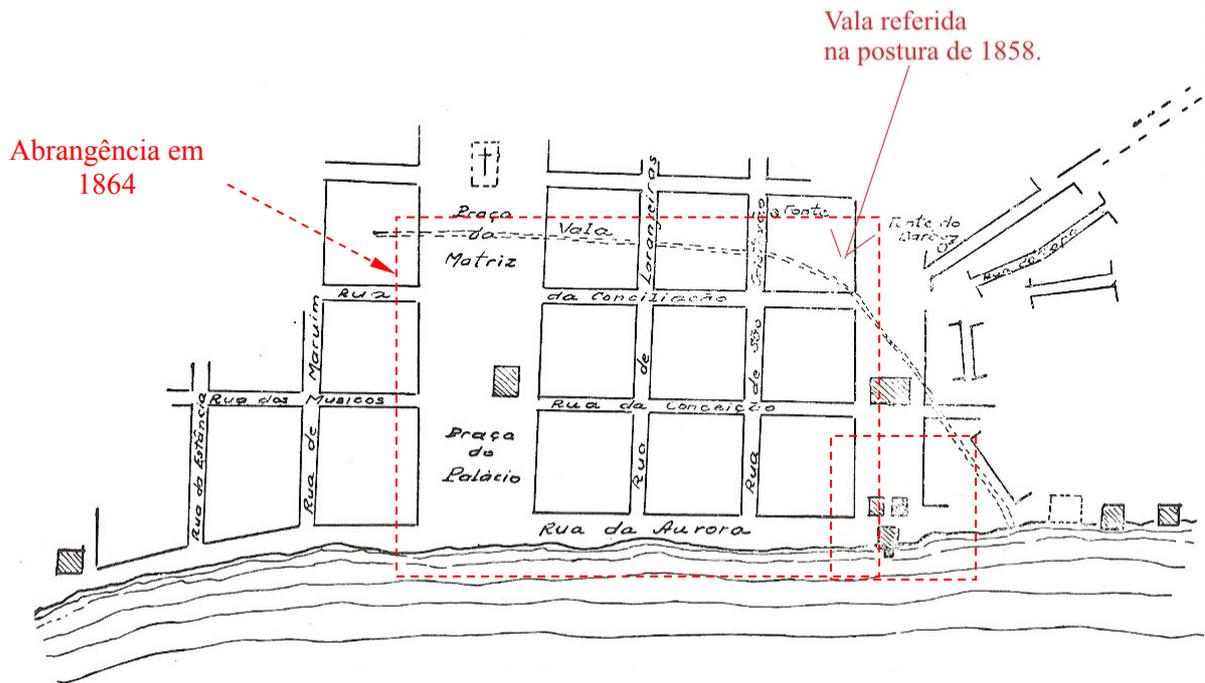


Fig. 12 – Vala da cidade. Área de maior vigilância. Planta reconstituída por Fernando Porto a partir de documentos do período.
Fonte: Porto, 1991, p. 45

Os temas das edificações reapareceram nos códigos de posturas de 1903, 1912, 1926, agora período republicano. Esse período reinaugurou uma preocupação sobre as cidades brasileiras decorrente em muitos aspectos de seu aumento demográfico favorecidos pelos acontecimentos da abolição da escravatura (1888). Ex-escravos, homens brancos pobres, imigrantes foram os novos personagens a compor o espaço urbano das cidades, especialmente das grandes cidades, e enfrentaram as dificuldades de trabalho, os altos preços das terras urbanas e dos aluguéis.

Imbuídos do ideário de ordem e progresso, bem como do pensamento positivista e darwinista que se uniram na interpretação sobre a sociedade, os novos republicanos intensificaram suas ações sobre as cidades. Os códigos de posturas que se formularam nesse período energizaram em seus artigos e incisos as formas de punição sobre infrações as posturas. A moradia popular continuou sendo motivo de vigilância pelas forças públicas que tentaram disciplinar sua entrada no espaço urbano. No caso específico das formas de

edificações em palha, ou com telhado de palha o posicionamento dos gestores públicos se concentrou na sua eliminação. Cardoso (2003) nos lembra que a preocupação com a salubridade foi recorrente, levando muitos dos médicos a se posicionarem contra esses tipos de habitação.

Duas outras questões também envolveram os discursos contrários às edificações em palha: A primeira refere-se a sua vulnerabilidade a incêndios. Sendo construções em sua maioria contíguas possibilitavam que esses acidentes não se restringissem a uma edificação apenas, conforme era noticiado constantemente nos periódicos da época⁵⁹. A segunda questão se referia ao *estatus* da edificação. Nesse caso, as edificações em palha tinham uma natureza depreciativa, denotavam uma inferioridade social, principalmente quando remetia a lembrança das habitações de índios, “mocambos de escravos fugitivos ou mesmo de livres desvalidos”, grupos socialmente marginalizados. (Cardoso, 2003, p. 114).

Os saberes que operaram sobre as cidades tentaram, ao seu modo, reduzir tanto a presença desses grupos quanto as suas habitações no espaço público. Sevcenko chama a atenção para a atuação marcante que o saber técnico-científico ganhou no período republicano sobre as cidades:

A consagração da ciência positiva como apanágio do progresso no século XIX pôs em cena uma nova elite de personagens envolvidos na sua gestão: cientistas, médicos, engenheiros, arquitetos, urbanistas, administradores e técnicos. As decisões com maiores conseqüências sobre a vida das pessoas passavam ao controle dessa nova burocracia científico tecnológica. (Sevcenko, 1998, p.17)

De alguma forma, o discurso médico conseguiu esboçar uma integração entre os elementos sociais e fatores naturais, no mínimo de uma “ecologia” perturbadora. Fatores naturais e causas sociais somaram-se para que os médicos interpretassem como um mau casamento. A partir disso, o pensamento médico passou a elaborar suas geografias e topografias médicas. Os espaços naturais e as geografias médicas e topografias se uniram na elaboração do espaço citadino. Assim, delineou-se uma relação de causa e efeito entre o meio físico e social e o estado de saúde da população, passando a integrar as políticas de gerenciamento e racionalização da sociedade, e a justificarem as práticas de “controle e coação, mesclando, portanto, saber médico com o poder de polícia” (Abreu, 1996, p. 162).

⁵⁹ Jornal do Aracaju de 1875 e “O Raio” de 1876. Compilação feita por Cardoso (2003)

Para o código de 1912, por exemplo, a insalubridade das habitações mereceu um capítulo especial (capítulo III). Ao definir insalubridade, o código criou condições para que se pudesse interditá-las legalmente:

Art. 176. Considerar-se-ão insalubres as habitações:

- 1º Quando o solo, sobre o qual estiverem edificadas, for amido ou alagadiço;
 - 2º Quando todos os compartimentos, e especialmente os dormitórios, não forem convenientemente arejados e clareados;
 - 3º Quando não forem abastecidos de água suficiente para todos os misteres;
 - 4º Quando houver falta de asseio no interior e em suas dependências;
 - 5º Quando nos pactos e quentes houver acomodo de lixo e de emudeceis, águas pútridas estagnadas, cisternas ou fosso;
 - 6º quando houver descuido na conservação das latrinas e esgotos.
- (Lei n. 84 de 1903)

No espaço urbano da cidade, segundo regulamentação, não poderia existir atividades que comprometessem a salubridade pública, mas também não poderiam existir habitações com o uso de palha. Nesse aspecto, o espaço fora da cidade parecia comportar todas as suas atividades “ilícitas”. Assim, eram proibidos trapiches, alambiques, curtumes, fábricas de sabão e caldeireiros, gritos de trabalhadores e suas residências em palha. Fora do perímetro demarcado pelo código a salubridade e a moradia pareciam poder conviver juntas.

Michel de Certeau (1994, p. 174) afirmou, ao analisar as práticas urbanas, que esse tipo de cidade (a “cidade-conceito”), degrada-se. Apesar disso, não podemos acreditar que essa enfermidade da mente de quem a projetou se estenda às populações urbanas, aos seus praticantes. Estes invertem seu conteúdo, transformam a norma em novas formas, refabricam retirando-a dos conceitos e inserindo-as nas práticas. Assim sendo, nos códigos que se seguiram a partir das posturas de 1864 o combate as formas de habitação em palha cederam lugar a sua regulamentação. Nessas posturas, as habitações em palha não foram mais proibidas, apenas deveriam ser controladas e atreladas, - como em qualquer construção da cidade – a partir da licença e do alinhamento emitidos pela fiscalização municipal.

Sua licença, ao contrário de outras edificações como os sobrados, era concedida gratuitamente. Entretanto, permanecia não sendo permitida nos perímetros urbanos da

cidade. Com essa medida, os gestores tinham o interesse de garantir que o alinhamento urbano fosse mantido e continuado em todos os sentidos que a cidade expandisse (norte, sul, leste e oeste). Outro ponto de interesse dos gestores foi garantir uma melhor ventilação, luminosidade e segurança desses edifícios, ao definir sua altura e ao estabelecer uma distância de três metros entre uma e outra casa de palha que se edificasse.

Art. 8º É proibida a edificação ou mesmo qualquer reparo ou concerto em casa de palha na área da cidade. Essa proibição estende-se até cem metros dos limites edificados. – Pena de 20\$000 de multa ou cinco dias de prisão, ficando o infrator obrigado a demolir a obra feita.

Art. 9º A construção de casas de palha nos logares não compreendidos no artigo antecedente, não se dará sem o pedido de alinhamento que será concedido gratuito, em continuação do alinhamento urbano em todos os sentidos, de norte a sul, de leste a oeste. – Penas de 5\$000 de multa, ou 2 dias de prisão, além da obrigação de demolir a obra feita ou começada.

Art. 10º nos logares em que é permitida a edificação de casa de palha deverá mediar de uma a outra o espaço de 3 metros. – Penas de 5\$000 de multa, ou 2 dias de prisão. (Lei n. 84 de 1903)

Aproximadamente uma década após a publicação do código de posturas de 1903 o código de 1912 apresentou as mesmas determinações sobre as edificações em palha. Contudo, acrescentou que as edificações deveriam seguir os seguintes termos:

Art. 9º As licenças serão promovidas pelo proprietário, ou seu procurador bastante, ou representante, perante o Intendente; e estão sujeitas ao imposto consignado na lei orçamentária.

§ 1º O requerimento pedindo licença, declarará com precisão o local, com indicação da rua, praça, ou avenida, e o trecho, acompanhado das seguintes peças:

1ª planta do terreno, quando for possível apresentar;

2ª plano da obra a fazer-se, o que é indispensável.

(Lei nº. 112 de 1912)

No código de postura de 1903, a expansão da cidade já pode ser verificada. O município, segundo justifica o seu art. 3º, foi dividido em seis distritos para uma melhor fiscalização administrativa. Desse modo, do primeiro ao quarto constituem a cidade, imediações e subúrbio; o quinto e o sexto a Barra dos Coqueiros e o Porto Grande. Nos códigos de 1912 e de 1926 (Art.3º de ambos) essas divisões em distritos permaneceram existindo, porém, com algumas alterações:

1º Distrito Municipal – (1912 e 1926):

“A parte Sul da Cidade, compreendendo a zona a começar do ângulo da rua S. Paulo com a rua de Própria, em direcção do actual edificio da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional; e deste ponto para o sul até a avenida Presidente Ignácio Barbosa, formando quadrilátero com a dita rua de S. Paulo.”

2º Distrito Municipal:

1912:

“A zona ocupada pelos arraiaes denominados: Luzia, Gragerú, Quirino, Raposa, Barreiras, Sambabaia, Tramandahy, Saquinho, Gila, Porto do Algodão, Jabotiana, Pau-Grande, Capucho, Barro Vermelho, Bugio e outros intermédios até os limites do Município”.

1926:

“A parte norte da cidade de Aracaju, compreendendo a zona a começar do ângulo da rua de São Paulo com a rua de Própria em direcção ao actual edificio da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional e deste ponto para o norte á Avenida Carlos Bularmaque, formando quadrilátero com a rua de São Paulo”.

3º Distrito Municipal:

1912:

“A parte norte da cidade de Aracaju, compreendendo a zona a começar do ângulo da rua de São Paulo com a rua de Própria em direcção ao actual edificio da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional e deste ponto para o norte a Avenida Carlos Bularmaque, formando quadrilátero com a rua de São Paulo”.

1926:

A zona ocupada pelos povoados Santos Antônio e arraiaes Cabeça Molle, Sacco, Telha, Aracajusinho, Bairro Industrial, Getimana, Engenho Velho, Urubu, Miramar, Porto das pedras, Gengibre, Porto Dantas, e unidades outras intermédias, estendendo-se até aos limites do município.

4º Distrito Municipal:

1912

A zona ocupada pelos povoados Santos Antônio e arraiaes Cabeça Molle, Sacco, Telha, Aracajusinho, Chica -Chaves, Getimana, Engenho Velho, Urubu, Miramar,

Porto das pedras, Gengibre, Porto Dantas, e unidades outras intermédios, estendendo-se até aos limites do município.

1926

A zona ocupada pelos arraiaes denominados: Luzia, Gragerú, Quirino, Raposa, Barreiras, Sambabaia, Tramandahy, Saquinho, Gila, Porto do Algodão, Jabotiana, Atalaia, Pontal, Pau-Grande, Capucho, Barro Vermelho, Bugio e outros intermédios até os limites do Município”.

5º Distrito Municipal- (1912 e 1926): “O Povoado Barra dos Coqueiros em toda a extensão da Ilha”.

6º Distrito Municipal- (1912 e 1926): “O povoado porto Grande e o restante compreendido entre o oceano e o rio Pomonga”

Esses dados denotam um domínio maior da geografia e topografia do município, bem como do crescimento de sua população. De certa maneira, já figuram como futuras áreas de expansão da cidade. Décadas mais tarde, integraram-se a toda a cidade de acordo com a expansão dos bairros de Aracaju e dos interesses públicos e privados neles investidos.

Os distritos 1º e 3º em 1912 e os 1º e 2º em 1926 corresponderam às áreas centrais, com melhores infra-estruturas, mais valoradas. Distritos mais policiados do município cujas determinações judiciais se apresentaram mais enfáticas nas definições das formas de habitar. Só nas primeiras décadas do século XX, o crescimento demográfico de Aracaju atingiu índices elevados: no ano de 1900 a população estimada de Aracaju era de 21.132 habitantes, em 1920 subiu para 37.440 e em 1924 atingia 42.469⁶⁰ habitantes.

Com o crescimento demográfico e a complexificação das relações travadas em sua malha urbana no processo de expansão da cidade, as posturas do ano de 1903, 1912 e 1926 se apresentaram mais ampliadas.

⁶⁰ Dados encontrados em Neuza Ribeiro (1989, p.46) e Ibarê Dantas (1999, p. 48). Ambos foram extraídos dos dados apresentados pelo próprio estado de Sergipe em seu “(Quadro Estatístico de Sergipe de 1938.)”.

No Código de 1903, por exemplo, existe um capítulo específico para regulamentar o lixo urbano produzido na cidade. A estruturação interna de seus artigos se encontra de acordo com o original, metodologicamente assim distribuídos:

CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE ARACAJU Ato Nº. 8 DE 05 de Julho de 1902/ Lei N. 84 de 27 de janeiro de 1903 TOTAL DE ARTIGOS: 158 (19 Capítulos) Intendente Municipal: Francisco Monteiro de Carvalho Filho	
Emendas a Lei 77 de 15 de março de 1902, posta em vigor pelo ato n. 8 do mesmo ano.	Total de Artigos
Diversas posturas (Art. 1º emenda os Arts. 100º, 101º, 103º, 108º, 112º, 114º).	2
ATO N.08	
CAPÍTULO 1 - Do município, sua circunscrição territorial, sede e divisão.	3
CAPÍTULO 2 - Da edificação, reedificação, alinhamento das ruas, praças e avenidas e designação. Penalidades.	27
CAPÍTULO 3 - Do asseio e higiene da cidade	15
CAPÍTULO 4 - Das Servidões Públicas	5
CAPÍTULO 5 - Do Comércio	16
CAPÍTULO 6 - Da Fiscalização municipal	25
CAPÍTULO 7 - Da Pastagem de animais e coimas	10
CAPÍTULO 8 - Dos Matadouros e açougues	8
CAPÍTULO 9 - Dos Jogos, rifas e loterias.	1
CAPÍTULO 10 - Da Iluminação Pública	7
CAPÍTULO 11 - Dos Inflamáveis	8
CAPÍTULO 12 - Da Remoção do lixo	5
CAPÍTULO 13 - Das Indústrias e profissões	3
CAPÍTULO 14 - Dos Terrenos de plantação	2
CAPÍTULO 15 - Do Calçamento da Cidade	1
CAPÍTULO 16 - Do Cemitério	2
CAPÍTULO 17 - Da cobrança dos impostos	12
CAPÍTULO 18 - Da Cobrança das multas e da execução das prisões	7
CAPÍTULO 19 - Disposições gerais	6

Tabela 4- Estrutura do Código de Postura de 1903

Fonte: Construída a partir da Lei Nº 84 de 27 de janeiro de 1903/ IHGS

O código de 1912 apresenta as maiores determinações quanto ao tipo das edificações. A ênfase a visualidade é perceptível nas orientações estéticas da cidade e da

sua arquitetura. Possui, mesmo que incompleto⁶¹, 201 artigos distribuídos em várias temáticas. Higiene e edificações são os temas mais recorrentes. Quanto a este último traz um capítulo dedicado às habitações e outro dedicado à higiene das edificações.

O código de 1912 incorpora elementos que formam o decreto nº 536 de 3 de agosto de 1905, onde o Estado regulamenta o seu serviço de higiene. Nesse sentido, um capítulo do código é dedicado exclusivamente ao exercício da Polícia sanitária e suas visitas domiciliares. Nesse período, o saber médico alcançou seu auge nas políticas públicas iniciais de intervenção sobre a cidade. Metodologicamente, ele se encontra dividido da seguinte maneira:

CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE ARACAJU Lei do Conselho Municipal Nº. 112 DE 16 DE ABRIL DE 1912 TOTAL DE ARTIGOS: 201 [?] (4 secções [?])- DOCUMENTO INCOMPLETO Intendente Municipal: A. Teixeira Fontes	
TÍTULO I - Polícia administrativa	Total de Artigos
SECÇÃO 1ª	
(Do município, sua circunscrição territorial, sede, divisão distrital, arruamentos e edificações).	
Capítulo I - Circunscrição territorial, sede, divisão distrital.	3
Capítulo II - Planta da Cidade (ratificação da existente sem alterações)	3
Capítulo III - Licenças para Edificações	10
Capítulo IV - Arruamentos e alinhamentos	12
Capítulo V - Edificações em geral	21
Capítulo VI - Edificações em Particular. Habitações	8
SECÇÃO 2ª	
(Comércio, Indústria e Profissões).	
Capítulo I - Licenças	15
Capítulo II - Balanças, pesos e medidas (aferições).	12
Capítulo III - Fábricas e oficinas	2
SECÇÃO 3ª	
(Segurança em geral)	
Capítulo I - Transito Público em geral	9
Capítulo II - Transito de veículos	9
Capítulo III - Animais Soltos	8
Capítulo IV - Edifícios ruinosos	5

⁶¹ Este código é disponibilizado para a pesquisa, apenas, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Ele se encontra incompleto até o artigo 201.

SECÇÃO 5ª	
(costumes, comodidades e diversões).	
Capítulo I - costumes	16
Capítulo II - Armas e jogos proibidos	7
Capítulo III - Divertimentos Públicos	5
TÍTULO II - Higiene Municipal	
Capítulo I - Higiene nas ruas e praças	22
Capítulo II - Higiene das habitações	8
Capítulo III - Insalubridade das habitações. Interdição	4
Capítulo IV - Higiene da alimentação	8
Capítulo V - Cocheiras e estábulos	8
Capítulo VI - Polícia sanitária. Visitas domiciliares	3
	1
	[Código de postura incompleto a partir deste artigo]
Capítulo VII - Moléstias transmissíveis	

Tabela 5 – Estrutura do Código de Postura de 1912.

Fonte: Construída a partir da Lei do Conselho Municipal N°. 112 de 16 de abril de 1912/IHGS

O código de 1926, por sua vez, apresenta a mesma estrutura do código de 1912. Possui 202 artigos divididos em 5 secções. No entanto, a ênfase na higienização e a atuação dos médicos são reduzidas. A preocupação do código de 1926 é de regulamentar a atividade dos construtores. O capítulo 3º da 1ª secção tem esse objetivo. Nesse sentido, ele submete os construtores a um exame oral perante o engenheiro do município com conteúdo específico já anunciado nos artigos desse código. Somente os engenheiros civis e os arquitetos diplomados por institutos oficiais brasileiros estão dispensados do exame (art. 8º).

Os anos entre 1918 e 1926 foram de intensa movimentação construtiva. As comemorações do Centenário da Emancipação Política de Sergipe (1820-1920) foram acompanhadas por várias reformas dos edifícios públicos e particulares da cidade. O código de 1926⁶² é fruto desse momento da cidade e encontra-se assim dividido:

⁶² O quadro político aliado ao crescimento econômico de Sergipe foi favorável para que os investimentos públicos fossem destinados à reforma dos edifícios públicos, dotando-os de maior grandiosidade e de estilo mais carregado em decorações: o ecletismo. Muitos trabalhadores vieram de Salvador/BA: arquitetos, pintores, decoradores que tinham realizado uma reforma nessa cidade promovida por J.J. Seabra quando governou a Bahia em 1912. O ecletismo oficial influenciou as edificações particulares que em muitos pontos da cidade, nas áreas mais nobres já eram visualizados em palacetes, challet e casas mais simples. Ver. Memória de Aracaju, 1997; Godofredo Filho, 1984, p. 15-27.

CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE ARACAJU
Lei do Conselho Municipal Nº. 338 DE 06 DE SETEMBRO DE 1926
TOTAL DE ARTIGOS: 202 (5 secções)
Intendente Municipal: Donald Santaflor Cardoso

	Total de Artigos
TÍTULO I	
SECÇÃO 1ª	
Capítulo I - Circunscrição territorial, sede, divisão distrital.	3
Capítulo II - Planta da Cidade (ratificação da existente sem alterações)	1
Capítulo III - Edificações	18
Capítulo IV - Arruamento	11
Capítulo V - Edificação	15
SECÇÃO 2ª (Comércio, Indústria e Profissões).	
Capítulo I - Licenças	15
Capítulo II - Balanças, pesos e medidas (aferições).	11
Capítulo III - Fábricas e oficinas	2
SECÇÃO 3ª (Segurança)	
Capítulo I - Transito Público	9
Capítulo II - Transito de veículos	8
Capítulo III - Animais Soltos	7
Capítulo IV - Edifícios ruinosos	4
TÍTULO II - Vigilância Municipal	
SECÇÃO 5ª (costumes, conforto e diversões).	
Capítulo I - costumes	17
Capítulo II - Armas e jogos proibidos	5
Capítulo III - Divertimentos Públicos	5
Capítulo IV - Polícia Sanitária	7
Capítulo V - Interdição	4
Capítulo VI - Higiene da alimentação	11
Capítulo VII - Cocheiras e estábulos	7
Capítulo VIII - Moléstias transmissíveis	3
Capítulo IX - Vacinação e revacinação	3
Capítulo VIII - Terrenos devolutos	2
Capítulo VIII - Disposição gerais	18

Tabela 6 – Estrutura do Código de Postura de 1926

Fonte: construído a partir lei do conselho municipal nº. 338 de 06 de setembro de 1926/IHGS

No cruzamento dos três códigos de posturas do século XX, anteriormente expostos, construímos um gráfico a partir do qual observamos a predominância de alguns temas em número de artigos dedicados a eles:

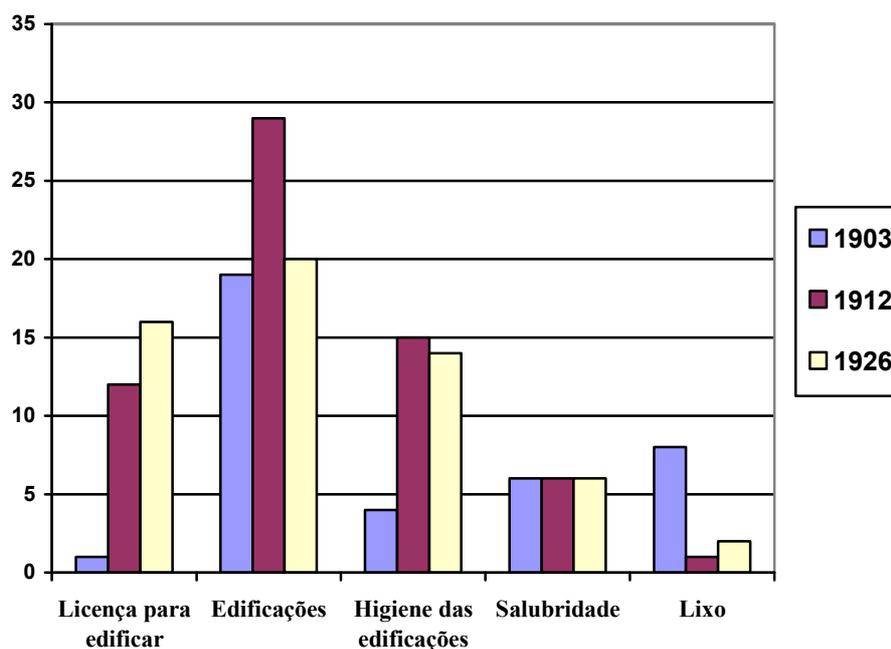


Gráfico 1 – Temas referentes às edificações nos três primeiros códigos de postura do século XX.

Fonte: O autor a partir dos códigos de 1903, 1912, 1926.

Os artigos com orientações quanto forma de edificar foram os mais constantes em todos os códigos visualizados. A definição dos usos e a preocupação com os espaços destinados para algumas atividades não foram definidos por um plano prévio, mas diante das demandas apresentadas pelo desenvolvimento e crescimento demográfico do município, cruzados com a imagem urbana dos engenheiros, médicos e gestores públicos. A separação dos espaços da cidade continuou concentrada na dinâmica centro-periferia, tornando-as regiões polarizadas. Essa divisão não foi fruto de um planejamento urbano, mas do fluxo natural da expansão da cidade na forma inicial esboçada nos anos de 1855.

A ênfase na cidade moderna, visualmente significativa permeou de sentido várias das temáticas da legislação urbana da cidade. Para o código de 1912, por exemplo, cujo número de artigos dedicados às edificações foi maior, o art. 8º se expressa nestes termos:

A Intendência Municipal, por seos fiscaes, ou agentes profissionaes examinará toda a obra que for feita dentro da zona urbana, ou perímetro da cidade, tendo em vista assegurar a execução das disposições reguladoras, em proveito da hygiene, segurança e embelezamento da cidade.

Fossem somente as determinações dos códigos que garantissem o embelezamento da cidade, mas a população do perímetro urbano também se posicionava. Em 25 de julho de 1926 uma matéria no *Jornal Correio de Aracaju*, intitulada “Contra a esthetica da cidade” trouxe uma crítica que dava o tom da concepção de uma cidade moderna. Dizia a matéria:

Nada obstante a febre de construcções, então manifestada nesta capital, não nos é dado deixar lamentar, entretanto, o estado de algumas moradas, verdadeiros pardieiros, pensos e desbaratados, que, de quando em vez, encontramos em meio das nossas melhores habitações, concorrendo consequentemente, para o desembellezamento da capital, que estendida magestosamente, a margem do nosso Sergipe, e a sombra das balouçantes folhas dos nossos coqueiraes, bem lembra uma das belas cidades orientaes, a protecção das victoriosas palmeiras, ouvindo os cânticos maviosos das suas virações e sentindo bater aos seus cílios a pardacenta nuvem de poeira levantada dos seus gigantescos desertos. É necessário, pois, que desapareçam, quanto antes, estas velhas construcções, vivas recordações, talvez, dos tempos coloniaes, que tanto vem offuscar a esthetica da Cidade. (*Correio de Aracaju*, 25 de julho de 1926, p. 1)

Serviços importantes para a cidade só vieram a se concretizar no século XX. Antes disso, a cidade não acompanhou no mesmo ritmo o crescimento demográfico operado em seu espaço e tentou resolvê-los pelas posturas. Somente em 1908 chegaram à cidade os serviços de água encanada, antes disso alguns contratos sem sucesso foram tentados desde 1858⁶³. Também são de 1908 os primeiros bondes de tração animal, em 1913 os serviços de energia elétrica foram trazidos para Aracaju e somente em 1914 os serviços de esgoto. (Ribeiro, 1989). Dessa maneira, se no perímetro urbano os serviços de água encanada e esgoto foram alguns dos maiores problemas enfrentados no início da cidade, eles também o foram para a periferia que permaneceu sentindo-os. As primeiras políticas urbanas desenvolvidas para Aracaju foram formuladas a partir de uma hierarquia de privilégios territoriais favoráveis as áreas e empreendimentos centrais da cidade.

⁶³ Um desses contratos foi tentado em 1858 com Horácio Úrpia pela resolução 539 de 12 de julho de 1858. Lançada como espécie de edital para atrair interessados ofereceu para Horácio Úrpia, ou para quem mais vantagens oferecesse o abastecimento de água potável na Capital. SERGIPE. Resolução nº. 539 de 12 de julho de 1858. Autoriza ao governo provincial a contratar.... *Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe*. 1853-1858. Aracaju: Typ. Provincial, p. 94. (Biblioteca Pública Epifãneo Dórea/ BPED). Em 1869, o relatório do presidente Evaristo Ferreira da Veiga a assembléia provincial de 1869 ele afirma que continua ruim o abastecimento de água potável na capital. E critica “É um erro firmar-se contratos ao bem público sem a certeza de serem cumpridos” exigindo o fim disso que ele entende como abuso. In. SERGIPE. Relatório apresentado a Assembléia Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1969 pelo sr. Presidente Dr. Evaristo Ferreira da Veiga. Aracaju: Typ. de “O Jornal de Sergipe”, 1869. p. 83. (PDPH/ CD-ROOM, n. 3).

Além disso, uma maior tentativa de controle sobre a cidade pode ser visualizada no gráfico anterior. A quantidade de artigos nos códigos, referentes a licença para edificar, denota a complexificação da burocracia governamental. Entendemos também como uma tentativa de ampliar o controle da Câmara Municipal, sobre a “qualidade” das edificações. Estas não seguiram isoladas em uma ordem crescente em quantidade de artigos. A higiene nas edificações também foi um fator bastante presente que possibilitou uma intervenção na cidade acompanhada por um discurso técnico-científico.

Por sua vez, a união dos dois procedimentos, no que diz respeito às edificações, encontra sentido naquilo que Heliana Salgueiro⁶⁴ considerou como o pensamento que se forma sobre as cidades nesse período. Segundo essa autora: “o processo de formação de uma cidade com ‘valores modernos’ pressupõe a eliminação de ‘elementos constrangedores’: à ‘toalete topográfica’ segue-se a ‘toalete social’.[...]. Acreditava-se que a cidade e mesmo a arquitetura transformariam o mundo social”. (Salgueiro, 2001, p. 164).

Outros pontos a serem explorados no gráfico anterior são os que se referem à salubridade e ao lixo. Se a salubridade representou uma preocupação para os habitantes de Aracaju e para seus gestores, nesse período, ela não aparece assim na evolução das posturas. Não existe uma evolução no número de artigos que se dedique a ela. Por sua vez o código de 1912 dedica um capítulo com apenas quatro artigos sobre o tema, mas sua preocupação é com a interdição das edificações, não evoluindo em número de artigos nas posturas restantes (seis artigos em cada Código de Postura).

Contudo, é interessante destacar a preocupação com o lixo. No código de 1903 existe um capítulo dedicado somente a essa questão, mas ao longo que os anos se passaram essa ênfase diminuiu consideravelmente. Entre 1903 e 1926, percebe-se um decréscimo significativo no número de artigos que visam sua regulamentação. Em contrapartida, nesses anos, observou-se um crescimento populacional muito representativo. A regulamentação do serviço na cidade influenciou para a formação desse quadro, no entanto, com o processo intenso de periferização, o lixo representou um problema para as

⁶⁴ A aplicação de Salgueiro ao entendimento da cidade está fortemente ligada a experiência de Belo Horizonte. Neste caso, nos apropriamos de suas palavras para dar-mos sentido a um comportamento aracajuano.

regiões de acesso mais difíceis como morros, mangues e alagadiço, fora dos limites territoriais da cidade, administrativamente definidos pelos códigos desses períodos.

A primeira tentativa de pensar a cidade de forma a planejar a composição dos espaços através de um zoneamento que compreendia todas as suas atividades, serviços e habitações foi esboçada somente na década de 1930, durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), no código de posturas 1938, que substituiu o de 1926. Esse código partiu de uma solicitação feita pela Prefeitura de Aracaju a Lisandro Pereira da Silva, engenheiro e urbanista da prefeitura de São Paulo, quando viajava por Sergipe em 1936⁶⁵.

A cidade foi pensada em uma divisão nesse sentido:

Art.3º. Para os efeitos do presente Código fica o Município de Aracaju dividido nas seguintes zonas: Comercial (ZC), Industrial (ZI), residencial (ZR) e Rural e Agrícola (ZA).

Parágrafo Único. A zona residencial é dividida em três partes: primeira parte ZR1, segunda parte ZR2, e terceira parte ZR3.

Art.4º.Fica estabelecida a seguinte classificação na ordem decrescente de importância das zonas e partes de zonas: ZC, ZI, ZR1, ZR2, ZR3, ZA.

Parágrafo Único. Os logradouros limítrofes de duas zonas ou partes de zonas devem ser considerados como pertencendo à zona importante, salvo as exceções que serão descritas na delimitação das zonas.⁶⁶

⁶⁵ A comissão para apreciar o novo código foi composta por “Fernando de Figueiredo Porto, engenheiro do município, construtores dr. H. Arendt Von Altenesh, Aristides Araújo e Corintha Pinto de Mendonça”. In. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 07 de JULHO de 1936. Aracaju: Imprensa oficial, 1936. P. 994

⁶⁶ Cf. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 28 de out. de 1938. Pg.3017-3019 (IHGS). Existe uma ampliação visível da cidade em relação aos códigos anteriores. O zoneamento aconteceu, sem excluir a política de valorização de algumas áreas em detrimento de outras. De acordo com o código de 1938: “SEÇÃO III//Utilização das Zonas// Art.11. As construções em ZC devem ser destinadas a estabelecimentos comerciais, escritórios, consultórios, bancos, pequenos laboratórios, restaurantes, confeitarias, hotéis, habitações, cafês e similares, casas de diversões, garagens comerciais. Industriais leves. // Parágrafo Único. É proibida a construção de edifícios ou adaptação dos existentes, destinados a indústrias pesadas, hospitais ou casas de saúde, fábricas de móveis e grandes depósitos de materiais e mercadorias. // Art.12. As construções serão de alvenaria com fachadas encimadas por platibandas. // Parágrafo Único. As construções que se fizerem na rua João Pessoa e na avenida Ivo do Prado terão no mínimo, dois pavimentos, sendo vedada a reconstrução total ou parcial dos edifícios aí existentes de um pavimento. // Art.13. As construções em ZI devem se destinar a fábricas em geral, grandes oficinas, laboratórios, armazéns, depósitos garages.// Parágrafo Único. Serão toleradas construções destinadas a habitação e comércio local, consultórios, escritórios e similares.//Art.14. salvo prescrições especiais para os edifícios fabris, todas as demais construções satisfarão quanto aos seus materiais:// nas avenidas Vitória e Niterói as exigências ZR1.// na parte situada ao Norte da rua Sabino Ribeiro as exigências de ZR3.// Nas demais ruas serão adotadas as exigências de ZR2.//Art.15. As edificações em ZR1 devem ser preferentemente para fins residenciais ou para pequeno comércio local.//§ 1º. A juízo da Secção Técnica poderão ser instaladas casas de diversão, postos de abastecimentos de automóveis, garages, pequenas indústrias leves, laboratórios.// §2º O funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e garages só será permitido quando possa ser realizado sem emissão de fumo ou poeiras, sem desprendimento de gases nocivos ou de cheiro desagradável, sem produção de ruído e desde que, em suma, não cause incômodo nem prejuízo à vinsinhança. Depois dos 20 e antes das 7 horas

As preocupações com as formas das edificações reapareceram no código de 1938, a proibição de casa de taipa e palha também, com novos limites. Contudo, o zoneamento funcional do qual o código de 1938 é portador, por mais que seja uma leitura diferente do espaço citadino, reproduziu alguns dos problemas dos códigos anteriores. Ao definir os novos espaços para a existência de possíveis casas de taipa e palha, o código tende a revelar que as Zonas Residenciais (ZR's), embora estejam incluídas em uma mesma categoria, possuíram graus de importância diferentes. Algumas das práticas exercidas em certa Zona residencial foram proibidas em outra, como é o caso da ZR1 em relação a ZR2:

Art.16. em hipótese alguma será permitida a construção ou adaptação de prédios destinados a indústrias pesadas, grandes indústrias, comércio, por atacado, grandes depósitos, estábulos e concheiras [Sic]. Art.17. As construções em ZR1 deverão ser todas alvenaria e de acordo com as prescrições que este código determinar, sendo terminantemente proibido as construções de taipa. Art.18. As edificações na avenida Barão de Maroim e Ivo do Prado serão exclusivamente residenciais, ficando proibida a construção ou adaptação de prédios para fins que não o consignado neste artigo. Art.19. As edificações em ZR2, quanto ao uso, obedecerão às exigências do ZR1. / §1º. São permitidas nesta zona construções de taipa sendo vedadas as coberturas de palha. / §2º os edifícios cobertos de palha atualmente existentes nesta zona não serão reconstruídos nem acrescidos, nem poderão sofrer obra que concorra para aumentar sua duração normal. Art.20. As construções em ZR3 quanto ao seu uso, devem satisfazer as exigências de ZR2, sendo ainda permitidas as construções de grandes depósitos, cocheiras e estábulos. Parágrafo Único. Nesta zona e ZA será permitida a cobertura de palha e colmo. Art. 21. na zona rural a construção será livre respeitadas porém as disposições relativas a alinhamentos, níveis, recuo, etc.,

será absolutamente vedado o funcionamento naqueles estabelecimentos de qualquer serviço ou de qualquer instalação de aparelho ou maquinismo que possa perturbar o repouso. // §3º. Não são considerados infratores deste artigo as padarias desta zona que se destinem ao comércio local. // §4º. A prefeitura interditará ou embargará o funcionamento do estabelecimento, do serviço ou da instalação, do aparelho ou do maquinismo que infringir as disposições deste artigo e seus parágrafos. Pelo desrespeito ao embargo ou interdição a Prefeitura lançará mão de todos os meios ao alcance para efetivá-lo, inclusive auxílio da força pública ou mesmo o desmonte ou a demolição. // Art.16. Em hipótese alguma será permitida a construção ou adaptação de prédios destinados a indústrias pesadas, grandes indústrias, comércio, por atacado, grandes depósitos, estábulos e concheiras [Sic]”.

Art.17. As construções em ZR1 deverão ser todas alvenaria e de acordo com as prescrições que este código determinar, sendo terminantemente proibido as construções de taipa.

Art.18. As edificações na avenida Barão de Maroim e Ivo do Prado serão exclusivamente residenciais, ficando proibida a construção ou adaptação de prédios para fins que não o consignado neste artigo.

Art.19. As edificações em ZR2, quanto ao uso, obedecerão as exigências do ZR1.

§1º. São permitidas nesta zona construções de taipa sendo vedadas as coberturas de palha.

§2º os edifícios cobertos de palha atualmente existentes nesta zona não serão reconstruídos nem acrescidos, nem poderão sofrer obra que concorra para aumentar sua duração normal.

Art.20. As construções em ZR3 quanto ao seu uso, devem satisfazer as exigências de ZR2, sendo ainda permitidas as construções de grandes depósitos, cocheiras e estábulos.

Parágrafo Único. Nesta zona e ZA será permitida a cobertura de palha e colmo.

Art. 21. na zona rural a construção será livre respeitadas porém as disposições relativas a alinhamentos, níveis, recuo, etc., que este Código determinar.

Art.22. Os prédios construídos de taipa em ZR2, ZR3 e ZA não poderão ter altura inferior a 3 metros medida na fachada.

que este Código determinar. Art. 22. Os prédios construídos de taipa em ZR2, ZR3 e ZA não poderão ter altura inferior a 3 metros medida na fachada⁶⁷.

Desse modo, as “políticas públicas” sobre a cidade se concentraram na regulamentação e valorização de áreas específicas em detrimento de outras. Assim, também entendemos que não existiu nesse período em Aracaju uma política pública habitacional voltada às classes menos abastadas. No entanto, o governo atuou como o principal promotor das áreas mais segregadas de Aracaju, onde residiram as classes populares. A legislação urbana da cidade foi criando condições legais para que na história do desenvolvimento de Aracaju as questões sociais de moradias se revelassem como graves problemas socioambientais.

4.3. - USOS OU CONTRA-USOS DA CIDADE?

Os instrumentos legais criados para garantir um desenvolvimento da cidade foram os mecanismos mais utilizados para seu gerenciamento e para definição de seus usos. Todavia, a definição de uso como prática dentro do que foi legalmente estabelecido, do que se encontra juridicamente normatizado, apresenta um contraponto conceitual: aquilo que não se encaixa no que se define como uso é uma forma contrária do próprio uso, um contra-uso.

O *uso* define o fenômeno social pelo qual um sistema de comunicação se manifesta de fato: remete a uma norma. O estilo e o uso visam, ambos, “uma maneira de fazer” (falar, caminhar, etc.), mas um como tratamento singular do simbólico, o outro como elemento de um código. Eles se cruzam para formar um estilo de uso. (Certeau, 1994, p. 180)

Sobre os praticantes da cidade os estilos de uso, ou os “modos de fazer” definem-se pela leitura trabalhada do espaço. Para De Certeau, os usuários da cidade antes de serem agentes passivos das políticas segregacionistas, eles são possuidores de “criatividade sub-reptícias”, reapropriando-se de seus conteúdos. Nesse sentido, se a ordem define ir por um

⁶⁷ Cf. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 28 de out. de 1938. Pg.3017-3019 (IHGS)

lado e não por outro, ele a segue criando atalhos, desvios, estratégias e formas diferenciadas do uso.

Deste Modo, é pelo contra-uso⁶⁸, pela “criatividade sub-reptícia” da qual fala De Certeau (1994) que o urbano também se constrói. O contra-uso, acima de tudo, é um uso que se fundamenta “no repertório com o qual os usuários procedem a operações próprias”, operações essas que criam lugares, que refabrica a cidade e a reorganiza ao seu modo, modos de fazer, de se inserir, de usar e consumir.

Assim, as possíveis infrações de posturas que aparentemente poderiam revelar a fragilidade dos praticantes da cidade diante do processo normatizador significam estratégias seguras no redesenho da cidade. Estratégias minúsculas, táticas estáveis, reincidências constantes, astuciosas, resistentes, teimosias. É assim que, no caso aracajuano, aparecem as infrações de posturas referentes às habitações populares. Pouco a pouco, vão flexibilizando a norma, vão ganhando seu espaço no processo de expansão da cidade, sua definição na própria norma da qual ela ressignifica.

Tomemos, para exemplificar, um dos variados autos de infração de postura, realizado no período: na manhã do dia 14 de fevereiro de 1884, ao passar pela rua Laranjeiras, o fiscal municipal, Januário José de Góis, deparou-se com uma edificação que amanheceu coberta com telhado de palha. Ele tomou nota, chamou duas testemunhas, invocou o artigo 4º da postura municipais de 20 de abril de 1874 que “Prohíbe que se edifique, reedifique, ou se faça qualquer reparo em casas de palha na área desta cidade” e multou o proprietário, sr. Gomes Dias Olava em vinte mil réis ou oitos dias de prisão. Sendo que reincidência equivaleria ao dobro da pena. Das duzentas infrações de posturas constantes no livro de Registro da Prefeitura entre os anos de 1877 e 1892, mais da metade delas correspondiam a reincidências⁶⁹.

A maioria das posturas violadas referia-se a animais soltos pastando nas praças da cidade ou em terrenos alheios destruindo plantações, abate irregular de carne, venda irregular de produtos na feira e a presença das coberturas de palha nas edificações. Quanto

⁶⁸ De Certeau (1994) não utiliza a palavra contra-uso, ele a insere na própria conceituação do uso. Nós a utilizamos aqui para diferenciá-la do uso normatizado (que significa a idealização do uso).

⁶⁹ Livro de Registro de Infração de Posturas , 1877-1892. - CM6 - 01 (APES)

Por outro lado, aqueles que resolviam seguir as determinações legais, nem sempre foram impedidos. De acordo com as informações do jornal O Município de 1893 vários requerimentos foram direcionados ao poder público pedindo licença para edificar casas de palha nas atuais ruas do Barão de Maruim, Itabaiana e Divina Pastora. A todas foram concedidas as licenças, desde que fosse respeitado o alinhamento da cidade indicado por um fiscal municipal. (Cardoso 2003, p. 114).

4.4. AS PRÁTICAS E A TRADIÇÃO: UM PROBLEMA SÓCIO-AMBIENTAL

No dia 01 de abril de 1891, nos Tribunais de Sergipe, o Engenheiro Civil Bernardino Salomé de Queiroga moveu uma ação de embargo contra o negociante José de Santana Cardoso. Por uma edificação que este construía nesse momento nos terrenos alagadiços localizados entre “o extremo norte da capital e a região denominada Chica-Chaves” (Bairro Industrial) ⁷⁰.

O dito engenheiro civil tinha um contrato com o governo do Estado para arrasar os morros de areias ao oeste da Capital e efetuar o aterramento dos alagadiços que ficam ao norte desta cidade, com direito a desapropriação dos terrenos, bem como de destruir qualquer obra nova que se tentasse construir dentro da área, ou seja, tinha o direito de embargar as edificações nos alagadiços, na qual edificava o referido negociante.

O engenheiro deveria, de acordo com o contrato, entregar no prazo de três meses um plano completo indicando as novas ruas e praças que haveriam de existir, respeitando o plano geral da cidade e as condições de higiene. As obras teriam o prazo de um ano para começar os trabalhos, tempo este determinado para que os habitantes do morro providenciassem novas casas.

Como pagamento, o governo garantia a companhia organizada pelo Eng^o Civil Bernardino Salomé de Queiroga, no prazo de quinze anos, aforamento gratuito dos terrenos da marinha e alagadiços compreendidos entre os limites acima descritos bem como a

⁷⁰ O documento é uma ação de embargo de 31 de março de 1891 que se encontra no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe/AGJ, Série: Cível; Fundo AJU/C.1ºOf. ; Caixa: 01, nº. Geral: 2066.

desapropriação das terras de particulares (terras, prédios e benfeitorias) ali realizadas. “Isenção de décima para cada edificação” que se fizesse nos terrenos obtidos pelo aterro dos alagadiços e desaterro do morro, isenção de direitos de importação para materiais a empregar nas referidas obras, autorização para sustar toda e qualquer obra nova que se tentasse construir dentro da citada área, “com exceção para as obras da estrada de ferro de Sergipe”.

O embargado alega que sua obra já tinha começado antes da assinatura do contrato, portanto deveria receber indenização. E também que ela se encontrava em lugar onde este contrato não alcançaria: rua Japarutuba. (atual João Pessoa próximo aos mercados). A ação de embargo, acima referida, foi julgada improcedente em 03 de julho de 1891. Contudo, ela é rica em informações sobre problemas sociais como moradia e problemas ambientais ligados à destruição de dunas e ao aterramento de mangues e alagadiços. Do mesmo modo, a ação abre uma discussão fundamental para entender a participação do Estado nesse contexto.

As primeiras obras de aterramento dos alagadiços da cidade começaram no ano de 1855, com o emprego de recursos públicos. Porém, essa atuação do Estado foi logo partilhada com a iniciativa privada, através de contratos firmados que davam garantias para o setor privado de exploração do espaço. Setor público e setor privado caminharam juntos no processo de construção da cidade de Aracaju, seja promovendo a expansão de algumas áreas ou na valorização de outras, seja possibilitando a integração de regiões ou mesmo contribuindo para segregação sócio-espacial.

Se a ação de embargo exemplificada corresponde ao período republicano, não podemos nos precipitar em afirmar que durante o período imperial brasileiro (1822-1889) tenha sido diferente, pelo menos durante no Segundo Reinado (1840-1889) no qual a história da Cidade de Aracaju inicia. Os recursos públicos foram empregados na consolidação do projeto da cidade, mas ele contou com o privado desde o início. Assim,

em 1856, o Presidente da província Salvador Correia de Sá e Benevides em seu relatório fez um balanço da atuação dos dois setores nestes termos⁷¹ (fig. 14):

26

ESGOTO E ATERRO DOS PANTANOS DA CAPITAL.

Esta obra, tão importante, não só para o aceio e limpeza da cidade, como para livrar os habitantes dos funestos miasmas exhalados pelas aguas estagnadas e putridas, que rodeiavão quasi todas as casas, foi começada, parte por contracto, e parte por administração.

Receiando que fosse necessario despender avultada somma com este trabalho, quiz ensaiar um e outro meio a ver qual d'elles era mais util, e menos dispendioso. O trabalho feito por contracto foi orçado em 1:294~~0~~899 réis. O trabalho que se tem feito por administração, sendo d'elle encarregado o capitão d'engenheiros Francisco Pereira da Silva, tem custado aos cofres provinciaes até hoje a quantia de 348~~0~~000 réis. Comparando o serviço feito por contracto, com aquelle que se está fazendo por administração, verifica-se á favor deste muito mais economia e regularidade; o que é sem duvida devido em grande parte ao zelo e restricta vigilancia do habil e honrado engenheiro que está na direcção dessa obra.

Fig. 14 – Fac-Simili da Pág., 26 do relatório do Presidente da Província de Sergipe em 1856.

A crítica à irregularidade das atividades do setor privado, visto que muitos contratos não chegavam a ser concluídos, foi ratificada pelo presidente da província Evaristo Ferreira da Veiga no ano de 1869⁷². Em suas palavras: “É um erro firmar-se contractos que visão ao bem publico sem a certeza de serem cumpridos; e as vezes até preterindo-se as seguranças de prompta realização, e compromettendo os melhoramentos e interessas da província”. A parceria com o setor privado era difícil, mas a ampla maioria

⁷¹ “Relatório com que foi aberta a sessão da undécima legislatura da Assembléa provincial de Sergipe no dia 02 de julho de 1856 pelo excellentissimo presidente Doutor Salvador Correia de Sá e Benevides”. Bahia: Tipografia de Carlos Poggetti, 1856, p. 26. (Arquivo Nacional.)

⁷² SERGIPE. Relatório apresentado a Assembléa Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1969 pelo sr. Presidente Dr. Evaristo Ferreira da Veiga. Aracaju: Typ. de “O Jornal de Sergipe”, 1869. p. 83. (PDPH/ CD-ROOM, n. 3).

dos serviços da cidade foi estabelecida nessa parceria: abastecimento de água, esgoto, luz elétrica, transportes (fluvial, terrestre, urbano). Estado e setor privado tiraram mútuas vantagens dos acordos firmados entre si. O primeiro, quando não atuou diretamente sobre alguns setores, deu condições para que o segundo o fizesse.

Uma dupla degradação foi se desenvolvendo: a destruição de morros e dunas (as ações antrópicas sobre as encostas) e a destruição dos ecossistemas de manguezais. Ambas sobre justificativas variadas como moradia, abertura de praças, de ruas para integração da cidade, em suma, “progresso”. Podemos identificar, dessa maneira, nos primeiros anos da cidade o início de uma tradição que se mantém. Nas análises de Almeida:

A prática constitui um expediente corriqueiro transitando pelas diversas classes sociais, desde os mais desprovidos economicamente, que constroem seus casebres sobre os mangues, até os mais abastados que constroem suntuosas mansões à beira dos rios. (Almeida, 2006, p.6)

As ações de aterramento e desmonte de morros foram medidas de expansão da cidade. A população com melhor poder aquisitivo residia nas áreas com melhores condições para construir, áreas não alagadas e aterradas cujas terras agora possuíam um alto valor de mercado. Para a população mais pobre, as terras mais baratas e menos policiadas sobre o ponto de vista da legislação urbana não contavam com as mesmas vantagens estruturais. Alagadiços, mangues e dunas foram locais habitados por população com baixo poder aquisitivo, cujo processo de expansão da cidade e de valorização de novos espaços promovido entre a parceria público-privado ia afastando pouco a pouco, ou expulsando bruscamente, conforme exemplificou a ação de embargo acima exposta.

De acordo com Araújo (2006), as encostas são compreendidas, em sua maioria, como elementos que afetam diretamente as atividades humanas, entre elas a agricultura, a construção de rodovias, ferrovias, a expansão urbana, a mineração, as atividades de lazer, dentre tantas outras. Seu mau uso pode provocar riscos aos seres humanos e às suas atividades econômicas.

Os morros e encostas aracajuanos quando não foram demolidos passaram por processos modeladores que reduziram sua declividade e regularizaram seu perfil para que

se pudessem desenvolver atividades humanas⁷³. Aracajuzinho, Alto da Areia, Morro do Bomfim são alguns dos mais famosos citados por Fernando Porto (2003). Desse modo, a partir dos primeiros anos da cidade, a ação estatal na política de desenvolvimento urbano foi fundamental na caracterização topográfica da cidade. Aos poucos, suas areias foram utilizadas para aterramentos em outros pontos da cidade. Em contrapartida, o governo promovia eliminação de velhas artérias, bem como a criação de novas outras no sentido de garantir acessibilidade a outros pontos da cidade. Mantinha também a continuação dos quadrados de Pirro. A “rua do Araçá” é um exemplo significativo:

A rua do Araçá sumiu do mapa aracajuano quando as obras de aterro e organização dos mangues entre a rua Santa Rosa e a estrada de ferro, no início da administração de Pereira Lobo (1918-1922), à custa das areias do início do morro do Bomfim, donde desapareceu o labirinto de ruas de traçado irregular, nascido nos primeiros anos da capital. (Porto, 2003, p.59)

Na definição e ordenamento da cidade de Aracaju, as políticas urbanas se comportaram no sentido de traçar as coordenadas legais que possibilitaram a reconfiguração da cidade, sua integração e segregação sócio-espacial. Contratos como aquele firmado com o Eng^o Bernardino Salomé de Queiroga, em 1891, favoreceram a privatização de áreas desocupadas na cidade, a especulação imobiliária e a conseguinte alta valorização dos preços dos terrenos.

Essas ações que denotam o comportamento da relação que se travou entre sociedade, natureza e desenvolvimento na construção de Aracaju nos remetem a questões mais importantes como a entender que os maiores problemas ambientais ligados à cidade estão historicamente relacionados a problemas sociais como moradia. As periferias da cidade foram regiões onde as práticas não policiadas puderam acontecer. Em muitos pontos da cidade elas cresceram de forma desordenada e com alta densidade em regiões frágeis como morros e mangues.

Encostas, morros, mangues e alagadiços foram espaço ocupados para habitação (e de certo modo ainda são). Nesse sentido, a falta de organização da periferia levou a um acelerado processo de desgaste. A urbanização de algumas áreas de maior fragilidade

⁷³ Nos relatórios provinciais dos primeiros anos de Aracaju já se fazia referencia a diminuição da declividade da Colina de Santo Antônio.

levou a taxas aceleradas de erosão, significando maior quantidade de sedimentos nos cursos d'água.

Se nos anos iniciais da cidade as áreas com melhores infra-estruturas sofreram problemas como lixo, falta de água tratada, disposição inadequada de águas servidas, esgotamento sanitário, nas regiões periféricas da cidade o problema era maior. A legislação urbana não compreendia a sua periferia, na qual se concentrava um contingente populacional muito amplo. A ênfase na legislação urbana sobre as áreas periféricas era vista quanto ao respeito e manutenção ao alinhamento da cidade.

Dizia Villar (2006, p.105), em Aracaju: “a formação de uma geografia perversa, porque socialmente injusta e ecologicamente danosa, materializa-se na desordem e no adensamento desigual”. Contudo, ela é histórica. Formou-se dos diferentes usos da cidade, das apropriações e práticas dos seus planejadores e usuários, frente às suas condições naturais e ao pensamento moderno que a negava (progresso-modernidade), bem como diante da ampla legislação urbana produzida para pensá-la, que contribuiu para a formação de cicatrizes na cidade, comprometendo sua fisiologia.

Assim, a problemática da natureza em sua correlação com o desenvolvimento nos permite entender que os problemas ambientais isolados se fundamentam na ação antrópica, nos problemas sociais construídos nas práticas sociais que se desenvolveram em seu espaço. A fabricação de uma cidade segregada e o problema ambiental dela decorrente se encontram naquilo que hoje caracterizamos como problemas sócio-ambientais.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nosso lado a acção efficiente do Governo, cujo programma tem magna parte na remodelação desta Capital, a caminho de beneficios e condições indispensáveis a uma cidade moderna. Aracaju, pelo aformoseamento de suas ruas, pela extinção dos focos pantanosos e pestilentos, pelo aterro e drenagem de lagoas e apicus, pela esthetica, já um tanto cuidada, de seus novos edificios, demonstra, evidentemente, progressos notáveis. Onde hontem se estendiam areas desertos, afloram, agora, ruas novas, construções recentes, attestando, assim, o desdobramento do perímetro da cidade e o crescimento da população. (Mensagem presidencial..., 1921, p. 03)

E se não fizermos nada? [..] Aumentará o número de domicílios sem dispor de sequer um banheiro; [...] As dunas, lagoas e manguezais serão destruídos; A poluição será maior, em todas as suas vertentes: a sonora, no centro; a das águas, em toda a cidade e praias, e a do ar; [..] A lixeira se esgotará e poderá contaminar a região do entorno. (Plano, 2003, p. 09)

O que é indispensável para uma cidade moderna? A resposta a esse questionamento, se partida dos trechos acima selecionados, pode apontar para conteúdos diferentes. A mentalidade que os fundamentam se insere em perspectivas de desenvolvimento diferenciadas, forjadas em épocas igualmente diferenciadas.

Em ambos os trechos, a representação da natureza se apresenta dotada de sentidos distintos. No primeiro, de 1921, a ênfase aos aspectos visuais da cidade se fortalece na negação do estado do sítio na qual a cidade foi construída. Nesse caso, a celebração da cidade moderna e do progresso acontece pela contemplação de suas edificações e dos motivos arquitetônicos que as animam e pela celebração da submissão da natureza, vista como empecilho para o desenvolvimento. Nos 152 anos da fundação de Aracaju, esse pensamento animou a sua expansão urbana.

No segundo trecho, as considerações corresponderam a preocupações discutidas e esboçadas no “Plano Estratégico de Desenvolvimento Aracaju + 10” (2003), elaborado com o intuito de planejar os próximos dez anos da cidade e que foram expostas no Congresso da Cidade no ano de 2003. O interesse pela preservação dos mangues e dunas responde a intenções bastante atuais, fundamentadas, tal qual a nota de 1921, no conhecimento dominante técnico-científico contemporâneo, e nas expectativas de uma nova relação entre sociedade e natureza.

As notas de 1921⁷⁴ e a de 2003 acima expostas revelam preocupações distintas sobre a cidade, lembrando que a segunda decorre da execução da primeira nos anos que a antecedeu. Medidas administrativas que impactuaram na vida e no comportamento da cidade.

As inquietações com os ritmos atuais do crescimento aracajuano encontram suas mais profundas raízes nos processos históricos iniciais de construção e gerenciamento urbano da cidade. Dentro da relação sociedade, natureza e desenvolvimento é importante considerá-las, uma vez que denotam a representação da natureza que movimentou as práticas que trataram do ambiente aracajuano, seja pelos técnicos que a operacionalizaram (ou a operacionalizam) e os teóricos que construíram uma narrativa sobre seu passado e o seu presente (engenheiros, arquitetos, médicos, urbanistas, historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, artistas)

Fundada no século XIX como parte de um projeto de desenvolvimento para Sergipe, a cidade de Aracaju foi expandindo e subvertendo as dificuldades iniciais apresentadas pelo sítio escolhido para a sua fundação. Seus idealizadores possuíam a esperança de conciliar um projeto de crescimento econômico com o de criação de uma cidade-capital moderna capaz de comportá-lo. Tanto os interesses públicos quanto os privados foram responsáveis pelas ações de desenvolvimento desde sua origem, bem como na atualidade também estão envolvidos com o seu processo de expansão. Contudo, a relação público-privado, em muitos momentos da história da cidade, não se converteu em benefícios capazes de reverter um problema que a vem acompanhando desde sua origem: a degradação ambiental e os problemas sociais ligados às dificuldades de moradia e de sua periferização desestruturada. Essas mazelas são reveladores do que denominamos de problemas sócio-ambientais.

Na atualidade, com uma população aproximada de 460.898 habitantes, os dados apresentados pela Prefeitura Municipal de Aracaju apontam em seu diagnóstico para a existência de 10.380 domicílios construídos em Alvenaria ou Taipa que necessitam de melhorias habitacionais e urbanas. Um número igualmente alto é representado pela

⁷⁴ MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal de Aracajú em 10 de Janeiro de 1921 pelo Intendente Dr. A. Baptista Bittencourt. Aracaju: Imprensa Oficial, 1921.

estimativa de déficit habitacional em Aracaju: 23.751 domicílios. Quanto a este, 1.056 estão situados em áreas de risco, 3.186 em áreas de preservação ou pública. A grande maioria desses problemas está situada nas regiões periféricas da cidade, nas quais a necessidade de infra-estrutura é maior: esgotamento sanitário deficiente ou inexistente, assim como, o recolhimento de lixo e o abastecimento de água precários⁷⁵ (Anuário, 2005)

Desse modo, entender a história da cidade de Aracaju, e as mudanças que levaram ao esboço de preocupações diferentes como as apresentadas pelas notas acima, concorrem para a identificação do momento em que historicamente elas foram construídas, de forma que o desenvolvimento urbano e as questões sociais que o acompanhou convergiram para os problemas sócio-ambientais contemporâneos.

Neste estudo, identificamos que as práticas esboçadas sobre a cidade, que se afirmaram na evolução de sua legislação urbana, concorreram para a origem de algumas permanências no trato da integração da questão urbana com seu desenvolvimento. Neste caso, entendemos que as ações do Estado estiveram diretamente ligadas à execução e elaboração do aparato legal que permitiu, desde a origem da cidade, o surgimento de uma tradição que tem se prolongado em sua história: (1) a tradição de aterramentos e arrasamentos de dunas para a promoção, estruturação e valorização, direta ou indireta, de algumas áreas específicas da cidade, (2) e a formação de uma periferia desestruturada com alta densidade de ocupação se estabelecendo em regiões menos valorizadas da cidade, com dificuldades de serviços básicos como saneamento e abastecimento de água.

Finalmente, se diante do exposto, acerca dos estudos sobre a história da cidade de Aracaju, não podemos falar em todos os momentos em desenvolvimento sustentável sem sermos anacrônicos, por outro lado podemos apontar que as possíveis continuidades, no presente, desse perfil de desenvolvimento, remetem-nos a uma perspectiva de insustentabilidade frente à preocupação de integrar a questão urbana com o desenvolvimento de uma premissa ambientalmente sustentável.

⁷⁵ Essas informações variam entre o ano 2000 e 2004 e foram publicadas pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Aracaju no Anuário Estatístico Municipal de 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. Cidade Brasileira: 1870-1930. In.: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p. 35-44.

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. IN: CASTRO, Iná Elias de Castro; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Brasil: Questões atuais da organização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.145-184.

ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Aracaju: SERCORE, 2000, v.1.

ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de; RIBEIRO, ADAUTO DE Souza. Tradição versus sustentabilidade: os aterros dos ecossistemas de manguezais aracajuanos – SE (1855-2005). In. ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO,2., 2006, São Cristóvão. *Resumos e trabalhos completos... São Cristóvão: UFS/POSGRAP, 2006. 1CD-ROOM.*

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Estrutura de produção: a crise de alimentos da província de Sergipe (1855-1856). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 27, 1965-1978, p. 15-39.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Atividades Produtivas. In. DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Org.). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: UFS/BANESE, 1991. p. 61-125.

ANUÁRIO Estatístico. Prefeitura Municipal de Aracaju. SEPLAN, 2005.

ARACAJU. Aspectos geográficos. Disponível em <<http://www.aracaju.se.gov.br/cidade/aspectos.asp>> Acesso em 20 nov. 2006.

ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico: el médio, la cultura y la expansión de Europa*. Traducción de Roberto Elier. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

ARAÚJO, Hélio Mário de. Encostas no Ambiente Urbano de Aracaju. In. _____. (Org.). *O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju*. Departamento de Geografia da UFS, 2006. p. 247-265

AVÉ-LALLEMAN, Robert. Viagens pelas províncias da Bahia Pernambuco e Sergipe (1859). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 330-347.

BARBOZA, Naide. *Em busca de imagens perdidas: Centro Histórico de Aracaju 1900-1940*. Aracaju: Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W.; GASKEL, G. *Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som: Um manual prático*. Trad. Pedrinho A. Guareschi, 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. IN. CUNHA, S.B. GUERRA, A.J.T. (Orgs.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 15-42.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In. CAVALCANTI, Clóvis (Org.) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. 4.ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. p. 29-39.

CAIDEN, Gerald E.; CARAVANTES, Geraldo R. *Reconsiderações do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

CAMPOS, José Aloísio de. As contribuições de melhoria e as obras de urbanismo em Aracaju. *Revista de Aracaju*. n. 3, p. 123-143, 1949.

CARDOSO, Amâncio. Cidade de Palha: Aracaju 1855-1895. *Revista de Aracaju*. Aracaju, n. 10, p. 111-115, 2003.

CARDOSO, Amâncio. Uma geografia da morte: roteiro do cólera por Sergipe: 1855-1856. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 33, p. 209-236, Edição comemorativa dos 90 anos de sua fundação 2000-2002.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. 11 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. v.1.

CHAVES, Rubens. *Aracaju: para onde vai?*. Aracaju: [s.n.], 2002

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. *O outro lado o meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental*. 2. ed. Campinas: Millennium 2002

COLLINGWOOD, R.G. *Ciência e Filosofia*. Tradução de Frederico Montenegro. 2.ed. Lisboa: Presença; Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1976. (Biblioteca de Ciências Humanas)

DANTAS, José Ibarê Costa. *O Tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à Revolução de 1930*. 2a• ed. Aracaju: J. Andrade, 1999.

DANTAS, José Ibarê Costa o *História de Sergipe República: 1889-2000*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2004.

DINIZ, José Alexandre Filizola. *O subsistema Urbano-regional de Aracaju*. Recife: SUDENE, 1987.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v.1

LEITE, Rogério Proença de Souza. *Espaço público e política dos lugares: uso do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Campinas, SP, 2001, 391p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: EDUSP, 2000 (Didática; 1)

FERREIRA, Leila da Costa. Cidades, sustentabilidade e risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: cidade e sustentabilidade*. Curitiba, n.9, p. 23-31, jan/jun. 2004.

FERREIRA, Leila da Costa. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003

FORTES NETO, Bonifácio. *Evolução da paisagem humana da cidade do Aracaju*. Aracaju: Regina, 1955.

GABEIRA, Fernando. O Mar não está para a família Peixe. Folha de São Paulo de 30 de out. 2000. In. FONTES, Ilma. *Zé Peixe: uma vida no mar*. Aracaju: Sercore, 2000. p.46-47. (O livro dos danados, 1)

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. Tradução de Raul Fiker. 5. reimp. São Paulo: UNESP, 1991.

GODOFREDO FILHO. A Influência do Ecletismo na Arquitetura Baiana. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 19, p.15-27. 1984.

GOMES, Alair de Oliveira. *Reviravoltas na arte do século XX*. Niterói, RJ: EDUFF, 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (Dês)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (Dês)caminhos do meio ambiente*. 12. Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

IBGE. Aracaju. Disponível em <
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=280030&r=1>> Acesso em 20 Set. 2006.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela. 3.Ed. São Paulo: Cortez, 2002

- LEFF, Enrique. *Saber ambiental*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlinch Orth. 4.Ed. Petrópolis:Vozes, 2005.
- LEONEL, M. Introdução: degradação ambiental como processo social. In. _____. *A Morte social dos rios*. São Paulo: Perspectiva, 1998. p. 01-26.
- LEPETIT, Bernard. Das Capitais às praças centrais. Mobilidade e centralidade no pensamento econômico francês. In. SALGUEIRO, Heliana Angotti. (Org.) *Cidades Capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos*. São Paulo: Ed. da USP, 2001. p. 41- 63.
- LOUREIRO, Kátia A.S. *A trajetória Urbana de Aracaju*, em tempo de interferir. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisas- INEP, 1983.
- MAGNOLI, Demétrio. Contra Haussmann. *Folha de São Paulo*, 10 nov. 2005. Disponível em < <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=232931> > Acesso em 20 jul. 2006.
- MARX, Murillo. Postura. _____. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999. p.41-53. (Coleção cidade aberta)
- MELLILO, Patrícia. *Urbanismo*. Disponível em < <http://www.patriciamellilo.com.br/urbanismo.htm> > Acesso em 30 nov. 2006.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Prefácio: Cidade capital, hoje? In. SALGUEIRO, Heliana Angotti. (Org.) *Cidades Capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos*. São Paulo: Ed. da USP, 2001 p. 9-18.
- MEMÓRIA de Aracaju. Aracaju: J. Andrade, 1987. 37p.
- MORIN, Edgar. *A Religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Tradução e notas: Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Construindo Aracaju. *Jornal Cinform*. Aracaju, n. 1207, 29 de maio a 04 de junho de 2006a, p. 03. (Caderno de Cultura e Variedades)
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Engenharia, água e esgoto. *Jornal Cinform*. Aracaju, n. 1204, 08 a 04 de maio. A 04 de junho de 2006b, p. 04. (Caderno de Cultura e Variedades)
- NOGUEIRA, Adriana Dantas. *Análise Sintático-Espacial das transformações urbanas de Aracaju: 1855-2003*. 365p. Tese (Doutorado em Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- NOGUEIRA, Adriana Dantas. *Patrimônio arquitetônico e história urbana*. São Cristóvão: Ed. UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.
- OLIVA, Terezinha A. de. Aracaju na história de Sergipe. *Revista de Aracaju*, n.9,

p.113-125, 2002

OLIVA, Teresinha Alves de.; SANTOS, Lenalda Andrade. *Para conhecer a história de Sergipe*. Aracaju: Opção Gráfica, 1998.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História econômica de Sergipe: 1850-1930..* Aracaju: UFS, 1987.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 279-290. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/178.pdf> Acesso em: 11/09/2005.

PLANO Estratégico de Desenvolvimento Aracaju + 10. Aracaju: Secretaria Municipal de Planejamento/ Banco do Nordeste, 2003.

PORTO, Fernando. *A cidade do Aracaju: 1855-1865I: ensaio de evolução urbana*. 2. ed. Aracaju: FUNDESC, 1991.

PORTO, Fernando de Figueiredo. *Alguns nomes antigos do Aracaju*. Aracaju: J. Andrade, 2003

RIBEIRO, Neuza Maria Góis. *Transformações do Espaço Urbano: o caso de Aracaju*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros passos, 203).

ROSSET, Clément. *A Antinatureza: elementos para uma filosofia trágica*. Traduzido por Getúlio Puell. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SACHS, Ignacy. Ambiente e estilos de desenvolvimento. In: ___. *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986. p.9-27.

SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para o século XXI *Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente*, Curitiba, n. 1, 1994. p.47-62.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Introdução: da Temática, dos autores e de suas idéias. IN. _____. (Org.) *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2001a. p 19-40

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In. _____. (Org.) *Cidades Capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos*. São Paulo: Ed. da USP, 2001b. p. 135-181.

SANTANA, Antônio Samarone de. *As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju; [s.n.],2001.

SANTOS, Graziela Lima; SOUZA, Lécio Max Vieira. *Nos Caminhos do Passado: Um olhar na Rua João Pessoa*. Aracaju, SE, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Curso de História, Universidade Tiradentes.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 4.Ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso. *Sob o Signo da Peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856)*. 2001, 235p. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de Campinas, Campinas, SP. 2001.

SEBRÃO SOBRINHO. *Laudas da História do Aracaju*. Aracaju: Prefeitura Municipal, 1955.

SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe (1820-1920)*. Aracaju: Estado de Sergipe, 1920.

SILVA, José Calazans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDEC, 1992.

SILVA, Marcos Virgílio da. *Naturalismo e biologização das cidades na constituição da Idéia de Meio Ambiente Urbano*. 2005, 246p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SOUZA, Rosemeri Melo e. Representações discursivas e visões de natureza no pensamento ambientalista brasileiro. *Tomos*. São Cristóvão, ano 5, p. 99-120, 2002.

SCHUSSEL, Zulma das Graças Lucena. O desenvolvimento urbano sustentável: uma utopia possível?. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: cidade e sustentabilidade*. Curitiba, n.9, p. 57-67, jan./jun. 2004.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In. CAVALCANTI, Clóvis (Org.) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. 4.ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. p. 104 -127.

SEVCENKO, Nikolau. Introdução: prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso. In. _____ (Org). *República: da Belle Époque a era do rádio*. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 07-48. (História da Vida Privada no Brasil; 3).

TELES, Manuel dos Passos de Oliveira. Aracaju. Suas origens. Seu provável futuro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, ano 1, n.2, p. 47-51

TERRITÓRIO e Sociedade: entrevista com Milton Santos. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VEIGA, José Eli da. *Meio Ambiente e Desenvolvimento*. São Paulo: Senac São Paulo, 2006. (Série Meio Ambiente; 5)

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In. DEÁK, Csaba; SHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs). *O processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p.169-243

VILAR, José Wellington Carvalho. Problemas Socioambientais da periferia de Aracaju. In.: ARAÚJO, Hélio Mário. (Org.). *O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju*. Departamento de Geografia da UFS, 2006. p.89-113

ZANCHETI, Sílvio Mendes. O desenvolvimento sustentável urbano. In. _____. *Gestão do patrimônio cultural Integrado*. Recife: UFPE. 2000. p. 79-83,

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental!. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 198-215.

TSIOMIS, Yannis. O meio ambiente e a questão urbana. In. RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda. (Ed.). *Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente*, Curitiba, TI. 1, p. 131-135, 1994.